



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

ANO XIII - Edição nº 2148 - 19 de dezembro de 2023



Mesa Diretora

Presidente: Deputado **Roberto Cidade**
1º Vice-Presidente: Deputado **Carlinhos Bessa**
2ª Vice-Presidente: Deputada **Alessandra Campêlo**
3ª Vice-Presidente: Deputado **Felipe Souza**
Secretário-Geral: Deputado **João Luiz**
1º Secretário: Deputado **Abdala Fraxe**
2ª Secretária: Deputada **Joana Darc**
3º Secretário: Deputado **Cabo Maciel**
Ouvidor: Deputado **Sinésio Campos**
Corregedor: Deputado **Dr. Gomes**

20ª Legislatura

Deputado **Abdala Fraxe**
Deputado **Adjuto Afonso**
Deputada **Alessandra Campelo**
Deputado **Cabo Maciel**
Deputado **Carlinhos Bessa**
Deputado **Cristiano D'Angelo**
Deputado **Comandante Dan**
Deputado **Daniel Almeida**
Deputada **Débora Menezes**
Deputado **Delegado Pércicles**
Deputado **Dr. George lins**
Deputado **Dr. Gomes**
Deputado **Felipe Souza**
Deputada **Joana Darc**
Deputado **João Luiz**
Deputado **Mário César Filho**
Deputada **Dra. Mayara Pinheiro**
Deputada **Mayra Dias**
Deputado **Roberto Cidade**
Deputado **Rozenha**
Deputado **Sinésio Campos**
Deputado **Thiago Abrahim**
Deputado **Wanderley Monteiro**
Deputado **Wilker Barreto**

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição, Justiça e Redação
E-mail: ccjr@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Econômicos
E-mail: com.cae@aleam.gov.br

Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
E-mail: comapa@aleam.gov.br

Comissão de Política Sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa
E-mail: com.sobredrogas@aleam.gov.br

Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade
E-mail: com.tmu@aleam.gov.br

Comissão de Defesa do Consumidor
E-mail: comissao.defesadoconsumidor@aleam.gov.br

Comissão de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social;
E-mail: cdhpdps@aleam.gov.br

Comissão de Educação
E-mail: com.educacao@aleam.gov.br

Comissão de Esporte e Lazer
E-mail: comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos
E-mail: com.opsp@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento
E-mail: comunder@aleam.gov.br

Comissão de Indústria, Comércio e Zona Franca
E-mail: ciczf@aleam.gov.br

Comissão Turismo, Fomento e Negócios
E-mail: ctur@aleam.gov.br

Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa
E-mail: com.mfi@aleam.gov.br

Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento
E-mail: cgeodiversidade@aleam.gov.br

Comissão de Segurança Pública
E-mail: com.spública@aleam.gov.br

Comissão de Saúde e Previdência
E-mail: csaudeprevidencia@aleam.gov.br

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação
E-mail: cctec@aleam.gov.br

Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens
E-mail: cjca@aleam.gov.br

Comissão de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
E-mail: cpama@aleam.gov.br

Comissão de Cultura e Economia Criativa
E-mail: com.cec@aleam.gov.br

Comissão de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul
E-mail: cecem@aleam.gov.br

Comissão de Assistência Social e Trabalho
E-mail: com.ast@aleam.gov.br

Comissão de Ética
E-mail:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

EXPEDIENTE

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Responsável pela criação, organização das matérias para publicação e edição do Diário Oficial Eletrônico

EDIÇÃO
Moisés Fernandes Nunes Jr

DIRETOR DE INFORMÁTICA
Renato da Silva Bueno

DIRETOR GERAL
Wander Araújo Motta

PORTARIAS**PORTARIA N.º 492/2023/DG**

EXONERAR o servidor abaixo mencionado do respectivo cargo de confiança, a contar de 15.12.2023;

NOME	CARGO
VANDERLAN DE OLIVEIRA MOREIRA	APC-11

PORTARIA N.º 493/2023/DG

EXONERAR o servidor abaixo mencionado do respectivo cargo de confiança, a contar de 14.12.2023.

NOME	CARGO
EMERSON GUIMARÃES DOS SANTOS	APC-7

Deputado **CARLOS EDUARDO BESSA DE SÁ**
Vice-Presidente

WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor Geral

PORTARIA N.º 2809/2023/GP

AUTORIZAR viagem à servidora, ANALU PRESTES VIEIRA CERVEIRA, RPD N.º 1022/2023-DG e Processo Digital n.º 2023.10000.00000.0.003462, para o Município de Parintins/AM, no percurso MANAUS/PARINTINS.

PORTARIA N.º 2803/2023/GP

AUTORIZAR viagem ao Excelentíssimo Senhor Deputado, SINÉSIO DA SILVA CAMPOS, RPD N.º 1018/2023-DG e Processo Digital n.º 2023.10000.00000.0.003432, para a Cidade de Brasília/DF, no percurso MANAUS/BRASÍLIA/MANAUS.

PORTARIA N.º 2804/2023/GP

AUTORIZAR viagem ao servidor, CAIO HENRIQUE BASTOS NUNES RODRIGUES, RPD N.º 1019/2023-DG e Processo Digital n.º

2023.10000.00000.0.003433, para a Cidade de Brasília/DF, no percurso MANAUS/BRASÍLIA/MANAUS.

PORTARIA N.º 2805/2023/GP

AUTORIZAR viagem ao servidor, CARLOS CRISTIANO FELIX, RPD N.º 1020/2023-DG e Processo Digital n.º 2023.10000.00000.0.003434, para a Cidade de São Paulo/SP, no percurso MANAUS/SÃO PAULO/MANAUS.

PORTARIA N.º 2806/2023/GP

AUTORIZAR viagem ao Excelentíssimo Senhor Deputado, LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA, RPD N.º 1021/2023-DG e Processo Digital n.º 2023.10000.00000.0.003435, para a Cidade de São Paulo/SP, no percurso MANAUS/SÃO PAULO/MANAUS.

PORTARIA N.º 2810/2023/GP

PRORROGAR a disposição do servidor SIMÃO SOUZA DA SILVA, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, com ônus para o órgão de destino, pelo período de 12 meses, com base no art. 37 da Lei n.º. 3.013/05, a contar de 01.01.2024.

PORTARIA N.º 2811/2023/GP

O Deputado ROBERTO MAIA CIDADE FILHO, Presidente e o servidor, WANDER ARAÚJO MOTTA, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, resolvem:

CONSIDERANDO que o ato de concessão de aposentadoria da servidora ELIZABETH REGINA SEIXAS SOARES, e **CONSIDERANDO** o que mais consta do processo n. 2023.4.07761ALE - Amazonprev e n. 003339/2023-ALEAM.

1º) APOSENTAR, por tempo de contribuição com proventos integrais, a servidora ELIZABETH REGINA SEIXAS SOARES, matrícula n.º. 317, no cargo Analista Legislativo, Nível Superior, Referência 11, com fundamento no artigo 21-A, da Lei Complementar n.º 30, de 27 de dezembro de 2001, texto consolidado em 29 de julho de 2014.

Vencimento **R\$ 5.505,98**

(Artigo 17, Anexo I, da Lei n. 3.013, de 14 de dezembro de 2005, alterado pelo artigo 1º, da Lei n.º 6.223 de 13 de abril de 2023.)

Adicional Tempo de Serviço **R\$ 250,27**

(5% de acordo com o artigo 4º da Lei n.º 2.531 de 16 de abril de 1999, revisado pelos índices de reajustes previstos nas legislações pertinentes)

TOTAL **R\$ 5.756,25**

2º) DETERMINAR a adoção das providências decorrentes desta Portaria.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de dezembro de 2023.

PORTARIA N.º 2812/2023/GP

O Deputado ROBERTO MAIA CIDADE FILHO, Presidente e o servidor, WANDER ARAÚJO MOTTA, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, resolvem:

CONSIDERANDO que o ato de concessão de aposentadoria da servidora MARIA FLAVIA FERNANDES DE OLIVEIRA, e **CONSIDERANDO** o que mais consta do processo n. 2023.4.03068ALE - Amazonprev e n. 003303/2023-ALEAM.

1º) **APOSENTAR**, por tempo de contribuição com proventos integrais, a servidora MARIA FLAVIA FERNANDES DE OLIVEIRA, matrícula n. 568, no cargo Agente Legislativo, nível Fundamental, Referência 15, com fundamento no artigo 21-A, da Lei Complementar n.º 30, de 27 de dezembro de 2001, texto consolidado em 29 de julho de 2014.

Vencimento R\$ 4.055,91

(de acordo com o artigo 17, Anexo I, da Lei n. 3.013, de 14 de dezembro de 2005, alterado pelo artigo 1º, da Lei n.º 6.223 de 13 de abril de 2023.)

Adicional Tempo de Serviço R\$ 368,72

(10% de acordo com o artigo 4º da Lei n.º 2.531 de 16 de abril de 1999, revisado pelos índices de reajustes previstos nas legislações pertinentes)

Vantagem pessoal (Art. 31 lei 3013/05) R\$ 92,11

(Artigo 31, §1, da Lei n.º 3.013 de 14 de dezembro de 2005, alterado pelas Leis promulgadas n.º 154 de 29 de maio de 2013 e n.º 165 de 29 de maio de 2013)

TOTAL R\$ 4.516,74

2º) DETERMINAR a adoção das providências decorrentes desta Portaria.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de dezembro de 2023.

PORTARIA N.º 2813/2023/GP

O Deputado ROBERTO MAIA CIDADE FILHO, Presidente e o servidor, WANDER ARAÚJO MOTTA, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, resolvem:

CONSIDERANDO que o ato de concessão de aposentadoria da servidora MARIA DO SOCORRO CORREIA DE ARAUJO, e **CONSIDERANDO** o que mais consta do processo n. 2022.4.03073ALE - Amazonprev e n. 003402/2023-ALEAM.

1º) **APOSENTAR**, por tempo de contribuição com proventos integrais, a servidora MARIA DO SOCORRO CORREIA DE ARAUJO, matrícula n. 579, no cargo Agente Legislativo, nível Médio, Referência 17, com fundamento no artigo 21, da Lei Complementar n.º 30, de 27 de dezembro de 2001, texto consolidado em 29 de julho de 2014 combinado com os artigos 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005.

Vencimento R\$ 4.471,67

(De acordo com o artigo 17, Anexo I, da Lei n. 3.013, de 14 de dezembro de 2005, alterado pelo artigo 1º, da Lei n.º 6.223 de 13 de abril de 2023.)

Vantagem Pessoal R\$ 56,05

(de acordo com o artigo 31, §1º, da Lei n.º 3.013, de 14 de dezembro de 2005, alterado pelas Leis promulgadas n.º 154 de 29 de maio de 2013 e n.º 165 de 29 de maio de 2013)

TOTAL R\$ 4.527,72

2º) DETERMINAR a adoção das providências decorrentes desta Portaria.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de dezembro de 2023.

PORTARIA N.º 2820/2023/GP

CRIAR Comissão Especial de acompanhamento e fiscalização dos Processos Administrativos n.º 2023.10000.00000.0.003456 e n.º 2023.10000.00000.0.003459, composta pelos servidores, Luiz Fernando Gaynett, matrícula n.º 22881; José Geraldo Carvalho Correa, matrícula n.º 437 e Glauber da Costa Mesquita, matrícula n.º 12277, a contar de 18.12.2023.

Deputado ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Presidente

WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor Geral

ATAS DE REUNIÃO DA COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA E PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO – DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Às 09h do dia 04 de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se via zoom, na Sala de Reunião da Comissão a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) sob a Presidência do **Deputado Delegado Péricles**, e com a presença dos Deputados: **Alessandra Campêlo**, **Carlinhos Bessa**, **Wilker Barreto**, obedecendo assim, ao quórum regimental. Na Fase Preliminar o **Deputado Delegado Péricles** explicou se tratar da **23ª Reunião Ordinária** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). **Em seguida, na Ordem do Dia**, o Presidente anunciou a **Pauta da Reunião**, iniciando e submetendo à deliberação.

1. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 371 DE 2022**, de autoria do **Deputado Roberto Cidade**, que “DISPÕE SOBRE A CARTEIRA DE INFORMAÇÃO DO PACIENTE DIABÉTICO NO ÂMBITO DO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA APRESENTADA NA COMISSÃO DE SAÚDE.** (048004). Aprovado. Encaminhado para GACT em 04.10.2023.
2. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 829 DE 2023**, de autoria do **Deputado Cristiano D’Angelo**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DA AGRICULTURA, A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 20 DE MARÇO, E INSERE A DATA NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (049338). Aprovado. Encaminhado para GACT em 04.10.2023.
3. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 859 DE 2023**, de autoria do **Deputado Dr. Gomes**, que “DECLARA UTILIDADE PÚBLICA O SISTEMA DE APOIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL BARÉ – INSTITUTO BARÉ.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado para GACT em 04.10.2023.
4. **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14 DE 2023**, de autoria do **Poder Executivo**, que “ALTERA”, NA FORMA QUE ESPECIFICA O ARTIGO 47 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 30, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE “DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO AMAZONAS, ESTABELECE SEUS PLANOS DE BENEFÍCIOS E CUSTEIO, CRIA ÓRGÃO GESTOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER FAVORÁVEL COM EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA.** Aprovado. Encaminhado para GACT em 04.10.2023.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição Justiça e Redação. E para constar, eu, Pedro Edinilson Silva Pinto, lavrei a presente ata. Manaus, 04 de outubro de 2023.

Deputado Delegado Péricles

Presidente

<p>Deputada Débora Menezes Vice-Presidente</p>	<p>Deputada Alessandra Campêlo Membro</p>
<p>Deputado Carlinhos Bessa Membro</p>	<p>Deputado Felipe Souza Membro</p>
<p>Deputado Thiago Abraham Membro</p>	<p>Deputado Wilker Barreto Membro</p>

Deputada Mayara Pinheiro

Suplente

Deputada Joana Darc

Suplente

Deputado Mario César Filho

Suplente

S.R. da Comissão de Constituição Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus, 04 de outubro de 2023.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA E PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO – DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Às 9h28 do dia 16 de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se via zoom, na Sala de Reunião da Comissão a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) sob a Presidência do **Deputado Delegado Péricles**, e com a presença dos Deputados: **Débora Menezes**, **Alessandra Campêlo**, **Wilker Barreto** e **Thiago Abraham**, obedecendo assim, ao quórum regimental. Na Fase Preliminar o **Deputado Delegado Péricles** explicou se tratar da **24ª Reunião Ordinária** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). **Em seguida, na Ordem do Dia**, o Presidente anunciou a **Pauta da Reunião**, iniciando e submetendo à deliberação.

1. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 77 DE 2023**, de autoria do **Deputado Roberto Cidade**, que “FICA ASSEGURADO ÀS MULHERES O DIREITO A ACOMPANHANTE DURANTE AS CONSULTAS MÉDICAS, EXAMES E DEMAIS PROCEDIMENTOS CLÍNICOS NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DO AMAZONAS.” Relatora Deputada **ALESSANDRA CAMPELO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA APRESENTADA NA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.** (050685). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
2. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 496 DE 2023**, de autoria do **Deputado Dr. Gomes**, que “INSTITUI O APADRINHAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER, CULTURA, RECREAÇÃO E ESPORTES PERTENCENTES EXCLUSIVAMENTE AO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** (050197). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
3. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 747 DE 2023**, de autoria da **Deputada Mayara Pinheiro, Joana Darc e Deputado Mário César Filho**, que “DISPÕE SOBRE O INCENTIVO À CAPACITAÇÃO DE CUIDADORES DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA — TEA.” Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER FAVORÁVEL.** (050912). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
4. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 767 DE 2023**, de autoria do **Deputado Delegado Péricles**, que “ACRESCENTA O ART. 10-B NA LEI N. 4.719, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER PARCELAMENTO E REMISSÃO DE DÉBITOS FISCAIS DE ICMS, IPVA E ITCMD E A DISPENSAR CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE IPVA, ISENTA DE IPVA, NA FORMA E NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA”, NA FORMA QUE ESPECIFICA.” (Isenção de IPVA para carros elétricos). Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO.** (050177). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.

- 5. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 776 DE 2023**, de autoria do **Deputado Dr. Gomes e Deputada Joana Darc**, que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CENTRAL DE INTÉRPRETES DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS E GUIAS INTÉRPRETES PARA SURDOCEGOS.” Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER FAVORÁVEL.** Deputada **Débora Menezes** vota contra o projeto. Aprovado com votos favoráveis dos Deputados **Wilker Barreto e Alessandra Campêlo.** Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 6. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 783 DE 2023**, de autoria da **Deputada Alessandra Campêlo**, que “OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO A ENTREGAR AO ALUNO OU AO SEU REPRESENTANTE LEGAL INTERESSADO, A VIA ORIGINAL OU CÓPIA DE AVALIAÇÃO REALIZADA.” Relator Deputado **WILKER BARRETO. PARECER FAVORÁVEL.** (050378). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 7. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 791 DE 2023**, de autoria da **Deputada Joana Darc e Deputado Thiago Abraham**, que “DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.” Relatora Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO. PARECER FAVORÁVEL.** (050685). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 8. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 804 DE 2023**, de autoria do **Deputado Cristiano D’Angelo**, que “CONCEDE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO À PESSOA COM ANEMIA FALCIFORME NOS ESTABELECIMENTOS QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER FAVORÁVEL.** (050912). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 9. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 810 DE 2023**, de autoria da **Deputada Joana Darc e Deputado Rozenha**, que “INSTITUI DIRETRIZES PARA DETECÇÃO PRECOCE DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA INFANTIL.” Relator Deputado **WILKER BARRETO. PARECER FAVORÁVEL.** (050378). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 10. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 812 DE 2023**, de autoria do **Deputado Adjuto Afonso**, que “DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO AO EMPREGO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA HOSTIL EM SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO NO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER FAVORÁVEL.** (050912). Deputada **Alessandra Campêlo** pede vista do projeto.
- 11. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 838 DE 2023**, de autoria da **Deputada Débora Menezes**, que “INSTITUI A SEMANA DA SEGURANÇA DO CICLISTA NO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 12. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 839 DE 2023**, de autoria da **Deputada Débora Menezes**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DA DISTONIA.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 13. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 840 DE 2023**, de autoria da **Deputada Débora Menezes**, que “INSTITUI O DIA EM MEMÓRIA DOS POLICIAIS MORTOS EM SERVIÇOS OU EM DECORRÊNCIA DA FUNÇÃO.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 14. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 841 DE 2023**, de autoria da **Deputada Débora Menezes**, que “INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DOUTRINAÇÃO NAS ESCOLAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Deputada **Alessandra Campêlo** vota contra o projeto. Aprovado com votos favoráveis dos Deputados **Wilker Barreto, Débora Menezes e Thiago Abraham.** Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 15. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 846 DE 2023**, de autoria do **Deputado Rozenha**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DO MÉDICO INTENSIVISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 16. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 847 DE 2023**, de autoria do **Deputado Rozenha**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DO MÉDICO PEDIATRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 17. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 853 DE 2023**, de autoria do **Deputado Wanderley Monteiro**, que “INSTITUI, “8 DE JULHO, DIA ESTADUAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, INFORMÁTICA E INOVAÇÃO”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 18. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 855 DE 2023**, de autoria do **Deputado Cristiano D’Angelo**, que “INCLUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO AMAZONAS, ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE ANORI “FESTA DA CIDADE”, COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 29 DE DEZEMBRO.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 19. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 856 DE 2023**, de autoria do **Deputado Cristiano D’Angelo**, que “INCLUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO AMAZONAS, O FESTEJO DE SÃO PEDRO APÓSTOLO, PADROEIRO DE MANAQUIRI, COMEMORADO NO DIA 29 DE JUNHO.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 20. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 858 DE 2023**, de autoria do **Deputado Cabo Maciel**, que “INSTITUI CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO AO DIAGNÓSTICO PRECOCE DO RETINOBLASTOMA NO ESTADO DO AMAZONAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relatora Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO. PARECER FAVORÁVEL.** (050685). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 21. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 859 DE 2023**, de autoria do **Deputado Dr. Gomes**, que “DECLARA UTILIDADE PÚBLICA O SISTEMA DE APOIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL BARÉ – INSTITUTO BARÉ.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 04.10.2023.
- 22. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 866 DE 2023**, de autoria do **Deputado Rozenha**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DO GUIA DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 23. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 868 DE 2023**, de autoria do **Deputado Cabo Maciel**, que “INSTITUI O DIA DO ESCRITOR AMAZONENSE A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 22 DE NOVEMBRO.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 24. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 2023**, de autoria do **Deputado Delegado Péricles**, que “ALTERA O INCISO IV E ACRESCENTA O §2º AO ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 25 DE ABRIL DE 2018, QUE “DISCIPLINA A EXECUÇÃO DO ARTIGO 220 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, QUE INSTITUI O CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO AMAZONAS - CEMAAM E DISPÕE SOBRE O FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - FEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 25. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 869 DE 2023**, de autoria do **Deputado Cabo Maciel**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DO EDUCADOR EM LIBRAS A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 24 DE ABRIL.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.
- 26. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 871 DE 2023**, de autoria do **Deputado João Luiz**, que “INSTITUI O DIA DA UNIÃO DA FAMÍLIA NO ESTADO

DO AMAZONAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.

27. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 872 DE 2023, de autoria do Deputado **João Luiz**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DO COMPROMISSO COM A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (050123). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.

28. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 907 DE 2023, de autoria do Poder Executivo, que “ALTERA O INCISO XXXVI DO ARTIGO 13 DA LEI N.º 5.420, DE 17 DE MARÇO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (TAXA DE TAXA DE SERVIÇOS DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS A SER RECOLHIDA PELA CONCESSIONÁRIA EM FAVOR DA AGÊNCIA REGULADORA).” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO E REJEITANDO A EMENDA MODIFICATIVA APRESENTADA PELO DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS.** Aprovado. Encaminhado a CAE em 17.10.2023.

29. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 927 DE 2023, de autoria do Poder Executivo, que “DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2024-2027.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado.

30. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 928 DE 2023, de autoria do Poder Executivo, que “AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A INCLUIR PROGRAMAS E AÇÕES, A CRIAÇÃO DE NOVAS AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL - PPA 2020/2023 E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESTINADOS À SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, MINERAÇÃO E GÁS – SEMIG, NA FORMA QUE ESPECIFICA.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a CAE em 17.10.2023.

31. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 947 DE 2023, de autoria do Poder Executivo, que “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REMISSÃO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS PELA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM, NO ÂMBITO DO FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS – FMPE, EM DECORRÊNCIA DOS EFEITOS PROVOCADOS PELA EXCEPCIONAL ESTIAGEM DE 2023, AOS PRODUTORES RURAIS, MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE BAIXA RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **THIAGO ABRAHIM. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a CAE em 17.10.2023.

32. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 948 DE 2023, de autoria do Poder Executivo, que “ALTERA O ARTIGO 1.º DA LEI N.º 3.684, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE ‘DISPÕE SOBRE O NÃO AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS DE PEQUENO VALOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’, E O INCISO III DO ARTIGO 1.º DA LEI N.º 3.968, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE ‘AUTORIZA OS PROCURADORES DO ESTADO DO AMAZONAS A DESISTIREM DE AÇÕES DE EXECUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’; CRIA O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a CAE em 17.10.2023.

33. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 666 DE 2023, de autoria do Tribunal de Justiça, que “ALTERA O ART. 4.º E A TABELA IV DA LEI N.º 3.705/12, QUE ESTABELECE AS REPRESENTAÇÕES, GRATIFICAÇÕES E DIÁRIAS DOS MILITARES À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos em 17.10.2023.

PARECER CONTRÁRIO.

34. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 255 DE 2020, de autoria do Deputado **João Luiz**, que “DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE APREENSÃO DE VEÍCULOS DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS.” Relator Deputado

THIAGO ABRAHIM. PARECER CONTRÁRIO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELO AUTOR. Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

35. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 75 DE 2022, de autoria do Deputado **Felipe Souza**, que “INCLUI AS PESSOAS COM DIAGNÓSTICO DE DISFUNÇÕES LINFÁTICAS, DE ORIGEM PRIMÁRIA OU SECUNDÁRIA, PARA FINS DE FRUIÇÃO DOS DIREITOS ASSEGURADOS NOS ARTIGOS 244, X E 248 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, E DA LEI PROMULGADA Nº 241, DE 27 DE MARÇO DE 2015, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO RELATIVA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relatora Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO. PARECER CONTRÁRIO.** Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

36. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 111 DE 2023, de autoria do Deputado **Wilker Barreto**, que “DISPÕE SOBRE AS REGRAS E DIRETRIZES DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA, INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNCIONAL DE QUALQUER DOS PODERES.” Relatora Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO. PARECER CONTRÁRIO. Pedido de Vista Deputado Thiago Abraham.**

37. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 323 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BANCO DE EMPREGOS PARA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA E/OU EM VULNERABILIDADE SOCIAL.” Relatora Deputada **DÉBORA MENEZES. PARECER CONTRÁRIO.** (042085). Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

38. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 436 DE 2023, de autoria da Deputada **Mayra Dias**, que “ALTERA, NA FORMA QUE ESPECIFICA, A LEI Nº 5.032, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE “VEDA, NO ESTADO DO AMAZONAS, A NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS COM BASE NA LEI FEDERAL N. 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.” Relatora Deputada **DÉBORA MENEZES. PARECER CONTRÁRIO.** (050172). RETIRADO DE PAUTA.

39. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 464 DE 2023, de autoria do Deputado **João Luiz**, que “DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DA COBRANÇA DA TARIFA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO POR 03 (TRÊS) HORAS AOS IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER CONTRÁRIO.** Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

40. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 556 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS SENSORIAIS VOLTADOS AS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA EM TERMINAIS DE PASSAGEIROS DE AEROPORTOS E TERMINAIS RODOVIÁRIOS.” Relatora Deputada **DÉBORA MENEZES. PARECER CONTRÁRIO. Retirado de Pauta 22ª Reunião Ordinária.** Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

41. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 594 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO PARA PORTADORES DE DOENÇA CELÍACA OU SÍNDROME CELÍACA.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER CONTRÁRIO.** Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

42. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 635 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DOS ACOMETIDOS DA SÍNDROME DE TOURETTE NA CONDIÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.” Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER CONTRÁRIO.** (041659).. Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

43. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 636 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “INSTITUI A POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL PARA OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.” Relatora Deputada **DÉBORA MENEZES. PARECER FAVORÁVEL.** (043951). Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

44. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 667 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE

AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS INFORMANDO QUE RACISMO, INJÚRIA RACIAL E DISCRIMINAÇÃO RACIAL SÃO CONDUTAS TIPIFICADAS COMO CRIME.” Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER CONTRÁRIO.** (044023). Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

45. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 668 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “INSTITUI O PROGRAMA “ÓCULOS FALANTES” PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS E NA REDE PÚBLICA.” Relatora Deputada **DÉBORA MENEZES. PARECER CONTRÁRIO.** (044123). Arquivado. Encaminhado para GACT em 17.10.2023.

46. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 670 DE 2023, de autoria da Deputada **Débora Menezes**, que “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CAMPANHA “PRIMEIRO VOTO” NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER FAVORÁVEL.** (044023). Aprovado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.

47. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 786 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “ALTERA”, NA FORMA QUE ESPECIFICA A LEI Nº 4.605, DE 28 DE MAIO DE 2018 QUE: “ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS (EXAME DE APTIDÃO FÍSICA ADAPTADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA).” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER CONTRÁRIO.** Arquivado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.

48. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 824 DE 2023, de autoria do Deputado **Dr. Gomes**, que “DISPÕE SOBRE A INCUMBÊNCIA DAS CLÍNICAS E ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE ADOTAR RECEITA MÉDICA E ATESTADO DIGITAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **WILKER BARRETO. PARECER CONTRÁRIO.** (050839). Arquivado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.

49. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 852 DE 2023, de autoria do Deputado **Mário César Filho**, que “DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO E RESERVA DE VAGAS NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA.” Relatora Deputada **ALESSANDRA CAMPELO. PARECER CONTRÁRIO.** (050685). Arquivado. Encaminhado a GACT em 17.10.2023.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição Justiça e Redação. E para constar, eu, Pedro Edinilson Silva Pinto, lavei a presente ata. Manaus, 16 de outubro de 2023.

Deputado Delegado Péricles

Presidente

Deputada Débora Menezes Vice-Presidente	Deputada Alessandra Campêlo Membro
Deputado Carlinhos Bessa Membro	Deputado Felipe Souza Membro
Deputado Thiago Abraham Membro	Deputado Wilker Barreto Membro
Deputada Mayara Pinheiro Suplente	Deputada Joana Darc Suplente

Deputado Mario César Filho

Suplente

S.R. da Comissão de Constituição Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus, 16 de outubro de 2023.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA E PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO – DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Às 9h do dia 25 de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se via zoom, na Sala de Reunião da Comissão a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) sob a Presidência do **Deputado Delegado Péricles**, e com a presença dos Deputados: **Débora Menezes, Alessandra Campêlo, Carlinhos Bessa e Felipe Souza**, obedecendo assim, ao quórum regimental. Na Fase Preliminar o **Deputado Delegado Péricles** explicou se tratar da **25ª Reunião Ordinária** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). **Em seguida, na Ordem do Dia**, o Presidente anunciou a **Pauta da Reunião**, iniciando e submetendo à deliberação.

50. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 709 DE 2023, de autoria do **Deputado Delegado Péricles e Deputada Joana Darc**, que “INSTITUI, NO ÂMBITO DO ESTADO DO AMAZONAS, O DEVER DO MOTORISTA DE APLICATIVO DE ENCAMINHAR PASSAGEIROS EM ESTADO DE INCAPACIDADE ÀS AUTORIDADES COMPETENTES.” Relator Deputado **FELIPE SOUZA. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.10.2023.

51. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 894 DE 2023, de autoria do **Deputado Rozenha**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DA LUTA CONTRA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

52. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 898 DE 2023, de autoria do **Deputado Mário César Filho**, que “INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A “SÍNDROME DE RETT”.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

53. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 905 DE 2023, de autoria da **Deputada Débora Menezes**, que “INSTITUI O DIA ESTADUAL DE LUTA PELA VIDA E COMBATE AO ABORTO.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

54. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 909 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D’angelo**, que “DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, O ECO FESTIVAL DO PEIXE-BOI DE NOVO AIRÃO.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

55. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 910 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D’angelo**, que “RECONHECE COMO DE RELEVANTE INTERESSE CULTURAL DO ESTADO A FESTA DO TUCUNARÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÁ.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

56. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 911 DE 2023, de autoria do **Deputado Sinésio Campos**, que “DECLARA UTILIDADE PÚBLICA A FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS- (FAEPI).” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

57. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 924 DE 2023, de autoria do **Deputado Dr. Gomes**, que “INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

58. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 935 DE 2023, de autoria do Deputado **Carlinhos Bessa**, que “DECLARA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANJOS DO BEM DO AMAZONAS - IABA.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

59. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 936 DE 2023, de autoria do Deputado **Carlinhos Bessa**, que “DECLARA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO SOMAR.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

60. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 939 DE 2023, de autoria do Deputado **Rozenha**, que “INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SÍNDROME DE PRADER-WILLI.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

61. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 940 DE 2023, de autoria do Deputado **Rozenha**, que “CRIA O SELO AMAZONAS PELA VIDA PARA RECONHECER O TRABALHO DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO DE DOADORES DE ÓRGÃOS E TECIDOS, BEM COMO O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA ÁREA DE TRANSPLANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

62. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 941 DE 2023, de autoria do Deputado **Rozenha**, que “CRIA O SELO LILÁS DE RECONHECIMENTO ÀS EMPRESAS ATUANTES NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052296). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

63. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 968 DE 2023, de autoria do Poder Executivo, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., COM GARANTIA DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (052732). Aprovado. Encaminhado a GACT em 27.10.2023.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição Justiça e Redação. E para constar, eu, Pedro Edinilson Silva Pinto, lavrei a presente ata. Manaus, 25 de outubro de 2023.

Deputado Delegado Péricles

Presidente

Deputada Débora Menezes Vice-Presidente	Deputada Alessandra Campêlo Membro
Deputado Carlinhos Bessa Membro	Deputado Felipe Souza Membro
Deputado Thiago Abraham Membro	Deputado Wilker Barreto Membro
Deputada Mayara Pinheiro Suplente	Deputada Joana Darc Suplente

Deputado **Mario César Filho**

Suplente

S.R. da Comissão de Constituição Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus, 25 de outubro de 2023.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA E PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO – DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Às 15h do dia 28 de novembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se via zoom, na Sala de Reunião da Comissão a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) sob a Presidência do Deputado Delegado Péricles, e com a presença dos Deputados: **Thiago Abraham, Alessandra Campêlo, Carlinhos Bessa e Felipe Souza**, obedecendo assim, ao quórum regimental. Na Fase Preliminar o Deputado Delegado Péricles explicou se tratar da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Em seguida, na Ordem do Dia, o Presidente anunciou a Pauta da Reunião, iniciando e submetendo à deliberação.

64. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 76 DE 2022, de autoria do Deputado Adjuto **Afonso, Carlinhos Bessa e Deputada Alessandra Campêlo**, que “INSTITUI A CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO SEXUAL E MORAL NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO AMAZONAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (059135). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

65. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 706 DE 2023, de autoria da Deputada **Mayra Dias**, que “DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O CUSTEIO DE EVENTOS QUE PROMOVAM A SEXUALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA AUTORA.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

66. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 709 DE 2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles e Deputada **Joana Darc**, que “INSTITUI, NO ÂMBITO DO ESTADO DO AMAZONAS, O DEVER DO MOTORISTA DE APLICATIVO DE ENCAMINHAR PASSAGEIROS EM ESTADO DE INCAPACIDADE ÀS AUTORIDADES COMPETENTES.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA APRESENTADA PELOS AUTORES.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

67. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 754 DE 2023, de autoria do Deputado Comandante **Dan**, que “DISPÕE SOBRE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, SOBRE ATIVIDADES QUE PERTURBEM O SOSSEGO E O BEM-ESTAR PÚBLICO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (057498). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

68. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 756 DE 2023, de autoria do Deputado **Wilker Barreto**, que “INCLUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO AMAZONAS, O FESTIVAL DE ARTES INTEGRADAS “TE ENCONTRO NA BARROSO” “. Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

69. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 808 DE 2023, de autoria do Deputado **Rozenha**, que “ESTABELECE DIRETRIZES DE FORTALECIMENTO DA SAÚDE MENTAL E DO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA ENTRE MULHERES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relatora Deputada

ALESSANDRA CAMPÊLO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA APRESENTADA PELA RELATORA. (055245). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

70. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 830 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D'Angelo**, que "INCLUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO AMAZONAS, O ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE BERURI, COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 10 DE DEZEMBRO." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (059135). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

71. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 831 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D'Angelo**, que "INCLUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO AMAZONAS, O ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE ANAMÁ, COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 31 DE JANEIRO." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (059135). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

72. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 843 DE 2023, de autoria do **Deputado Rozenha**, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO AMIGO DO BEM." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (059170). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

73. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 844 DE 2023, de autoria do **Deputado Rozenha**, que "DISPÕE SOBRE A GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA PARA PESSOAS COM OBESIDADE SEVERA PERMITINDO ACESSO À SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** (05486). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

74. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 845 DE 2023, de autoria do **Deputado Rozenha**, que "INSTITUI DIRETRIZES DE ATENÇÃO, CUIDADOS E PROTEÇÃO DA SAÚDE MENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Relator Deputado **THIAGO ABRAHIM. PARECER FAVORÁVEL.** (051289). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

75. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 862 DE 2023, de autoria da **Deputada Joana Darc**, que "DISPÕE ACERCA DA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS, PALESTRAS E DEBATES SOBRE DIREITO DOS ANIMAIS E PROTEÇÃO ANIMAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (059135). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

76. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 874 DE 2023, de autoria da **Deputada Mayra Dias**, que "INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL EM PROL DA SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO". Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

77. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 875 DE 2023, de autoria da **Deputada Mayra Dias**, que "INSTITUI A CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TUMOR DESMÓIDE." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

78. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 876 DE 2023, de autoria do **Deputado Mário César Filho**, que "GARANTE QUE OS CONSUMIDORES TENHAM DIREITO DE CANCELAR ASSINATURAS DE SERVIÇOS ONLINE DE FORMA RÁPIDA E SIMPLES, SEM OBSTÁCULOS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO AMAZONAS." Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** (054839). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

79. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 881 DE 2023, de autoria do **Deputado Felipe Souza**, que "ESTABELECE DIRETRIZES À UTILIZAÇÃO DE MATERIAL BIODEGRADÁVEL EM SUBSTITUIÇÃO AO MATERIAL PLÁSTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Relator Deputado **THIAGO ABRAHIM. PARECER FAVORÁVEL.** (051289). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

80. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 883 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D'Angelo**, que "CONFERE O TÍTULO DE "CAPITAL ESTADUAL DA PUPUNHA" AO MUNICÍPIO DE BERURI NO ESTADO DO AMAZONAS." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

81. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 884 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D'Angelo**, que "INSTITUI O DIA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS OCULARES RARAS." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

82. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 886 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D'Angelo**, que "INSTITUI O MÊS DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO DIABETES NO ESTADO DO AMAZONAS, DENOMINADO NOVEMBRO AZUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

83. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 887 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D'Angelo**, que "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, A FARINHA DE UARINI." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

84. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 889 DE 2023, de autoria do **Deputado Cristiano D'Angelo**, que "INSTITUI NO ÂMBITO DO ESTADO DO AMAZONAS A SEMANA ESTADUAL DO ALIMENTO ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO." Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

85. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 890 DE 2023, de autoria da **Deputada Alessandra Campêlo**, que "GARANTE A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE SEGUNDA CHAMADA AOS ALUNOS DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Relator Deputado **THIAGO ABRAHIM. PARECER FAVORÁVEL.** (054443). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

86. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 896 DE 2023, de autoria do **Deputado Mário César Filho**, que "DISPÕE ACERCA DA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS, PALESTRAS E DEBATES SOBRE DIREITO DOS PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO." Relator Deputado **WILKER BARRETO. PARECER FAVORÁVEL.** (054796). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

87. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 912 DE 2023, de autoria do **Deputado Sinésio Campos**, que "REVOGA A LEI Nº 5.888, DE 18 DE MAIO DE 2022, QUE DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, O SANTUÁRIO ONDE ACONTECEM AS APARIÇÕES DE NOSSA SENHORA RAINHA DO ROSÁRIO E DA PAZ NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA." Relator Deputado **THIAGO ABRAHIM. PARECER FAVORÁVEL.** (058015). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

88. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 925 DE 2023, de autoria do **Deputado Delegado Péricles**, que "INSTITUI O LICENCIAMENTO PROVISÓRIO PARA ABERTURA DE EMPRESAS NO ESTADO DO AMAZONAS." Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

89. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 931 DE 2023, de autoria do **Deputado Thiago Abraham**, que "ASSEGURA AO CONSUMIDOR O DIREITO DE RECEBER NA FATURA MENSAL, DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE INTERNET MÓVEL E BANDA LARGA NA MODALIDADE PÓS-PAGA, GRÁFICOS QUE DEMONSTREM O REGISTRO MÉDIO DIÁRIO DE ENTREGA DA VELOCIDADE DE RECEBIMENTO E DE ENVIO DE DADOS ATRAVÉS DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES." Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** (054834). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023.

90. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 985 DE 2023, de autoria do **Deputado Rozenha**, que "INSTITUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, O DIA DO IGARAPÉ, A SER COMEMORADO EM 24 DE NOVEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Relator Deputado **THIAGO ABRAHIM. PARECER FAVORÁVEL.** (058015). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

91. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 989 DE 2023, de autoria da **Deputada Mayra Dias**, que "DECLARA O CARNILHA, REALIZADO NO

MUNICÍPIO DE PARINTINS, COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (059135). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

92. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 995 DE 2023, de autoria do Deputado **Roberto Cidade**, que “DECLARA O LARGO SÃO SEBASTIÃO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL DO ESTADO DO AMAZONAS.” Relatora Deputada **ALESSANDRA CAMPELO. PARECER FAVORÁVEL.** (057807). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

93. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 997 DE 2023, de autoria do Deputado **Carlinhos Bessa**, que “DECLARA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO EDUCACIONAL PREVENIR.” Relatora Deputada **DÉBORA MENEZES. PARECER FAVORÁVEL.** (059071). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

94. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1022 DE 2023, de autoria da Deputada **Alessandra Campêlo**, que “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DE INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA E DE EVASÃO EM CASO DE PÂNICO, INCÊNDIO, TUMULTO E SINISTROS EM CASAS DE ENTRETENIMENTO, BOATES, POR EMPRESAS DE EVENTOS E PROMOÇÕES E OUTROS ESTABELECIMENTOS SIMILARES ABERTOS AO PÚBLICO EM GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** (059135). Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

95. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1013 DE 2023, de autoria da Deputada **Joana Darc**, que “DECLARA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO BERNARDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MÉDICO E BIOTECNOLÓGICO DA AMAZÔNIA.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 30.11.2023

96. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1014 DE 2023, de autoria do Deputado **Roberto Cidade**, que “DECLARA O COMPLEXO TURÍSTICO DA PONTA NEGRA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL DO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **DELEGADO PÉRICLES. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 30.11.2023

97. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1056 DE 2023, de autoria do Tribunal de Justiça, que “CRIA FUNÇÃO GRATIFICADA E CARGO COMMISSIONADO NA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

98. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19 DE 2023, de autoria do Tribunal de Justiça, que “MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 23 DE JANEIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS, BEM COMO SOBRE O REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA E A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a DAL em 29.11.2023

99. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 24 DE 2023, de autoria do Deputado **Comandante Dan, Delegado Péricles, Mayara Pinheiro, George Lins**, que “CRIA A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SAÚDE PREVENTIVA.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

100. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 47 DE 2023, de autoria do Deputado **Cabo Maciel**, que “ALTERA A RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 473, DE 16 DE JULHO DE 2010, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 919, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado a GACT em 29.11.2023

EXTRAPAUTA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

PARECER FAVORÁVEL.

1. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1108 DE 2023**, de autoria do Poder Executivo, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO AMAZONAS A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO COM O INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT – IBRD, COM A GARANTIA DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado para GACT em 29.11.2023.

2. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1121 DE 2023**, de autoria do Poder Executivo, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., COM A GARANTIA DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” Relator Deputado **CARLINHOS BESSA. PARECER FAVORÁVEL.** Aprovado. Encaminhado para GACT em 29.11.2023.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição Justiça e Redação. E para constar, eu, Pedro Edinilson Silva Pinto, lavrei a presente ata. Manaus, 28 de novembro de 2023.

Deputado Delegado Péricles

Presidente

Deputada Débora Menezes

Vice-Presidente

Deputado Carlinhos Bessa

Membro

Deputado Thiago Abraham

Membro

Deputada Mayara Pinheiro

Suplente

Deputada Alessandra Campêlo

Membro

Deputado Felipe Souza

Membro

Deputado Wilker Barreto

Membro

Deputada Joana Darc

Suplente

Deputado Mario César Filho

Suplente

S.R. da Comissão de Constituição Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus, 28 de novembro de 2023.

COMISSÃO DE GEODIVERSIDADE, RECURSOS HÍDRICOS, MINAS, GÁS, ENERGIA E SANEAMENTO

Ata da Reunião Técnica com a Comissão Especial – CE, Reunião Técnica com o objetivo de debater e encaminhar providências necessárias sobre revisão dos limites territoriais, conforme acordo de cooperação técnica estabelecido entre o IBGE e o Governo do Amazonas MANAUS, 13 DE NOVEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: SINÉSIO CAMPOS

Às treze horas do dia treze de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Beth Azize foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar SINÉSIO CAMPOS. O Sr. Walter Antunes, servidor da CGRHMGES/ALEAM, inicia a reunião com as boas-vindas aos representantes dos órgãos presentes. Em seguida, faz uma breve fala abordando os acordos que foram celebrados na última reunião sobre limites territoriais. Em seguida, o Sr. João Braga, Secretário de Estado das Cidades e Territórios, SECT, comunicou que não foi possível preparar uma apresentação para os membros presentes, pois os servidores do órgão estavam em Parintins e não foi viável concluí-la a tempo. Ele ressaltou que o órgão está à disposição para eventuais deliberações e disponível para colaborar com a comissão de Geodiversidade. Ato contínuo, a Dra. Sônia Guerra, Secretária Executiva de Planejamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, SEDECTI, destacou que o objetivo principal é atualizar os limites territoriais. Ela observou a existência de diversas leis sobre o assunto e ressaltou a necessidade de estabelecer um parâmetro único, uma legislação consolidada para orientar as deliberações nesse contexto. A Dra. Guerra enfatizou a importância do apoio tanto da Assembleia Legislativa quanto das associações de municípios. Ela mencionou que será crucial obter acordos entre os municípios em pontos específicos relacionados aos limites territoriais. Além disso, assegurou que o órgão está à disposição da comissão para fornecer suporte e colaborar nesse processo. Posteriormente, o Sr. Francisco Brás, Gerente de Projetos do IBGE e Superintendente do Instituto, expressou o interesse significativo do IBGE nessas questões, destacando que o órgão enfrenta desafios consideráveis, especialmente no âmbito da pesquisa. Ele salientou que o IBGE oferece apoio em todo o Brasil. Parabenizou a comissão e o Deputado Sinésio Campos pelos esforços empreendidos. Além disso, o Sr. Brás afirmou que o órgão está à disposição para o fornecimento de suporte técnico conforme necessário. Em seguida, é iniciada uma apresentação da SEDECTI pela Dra. Sônia Guerra. É apresentado dados relativos ao início dos trabalhos comissão especial. Ela ressaltou que algumas reuniões enfrentaram dificuldades, principalmente ao tentar reunir os prefeitos dos municípios, devido às condições logísticas causadas pela seca. Em sequência, a Dra. Guerra fez uma breve apresentação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Ela também abordou questões relacionadas ao status de trabalho do órgão, destacando as problemáticas decorrentes das leis vigentes sobre o tema. Como exemplo, mencionou a situação em Tabatinga, especificamente referindo-se ao rio Arraiá, onde ocorreu uma mudança para designá-lo como um igarapé com outro nome. A Dra. Guerra informou que no que diz respeito aos nomes dos rios, estão em contato com a Marinha e o Exército para esclarecer dúvidas adicionais. Por fim, expressou agradecimentos à Comissão de Geodiversidade e a disposição do deputado Sinésio Campos para a resolução dessas questões. Na sequência, a Sra. Emineia Santana, representante da Associação dos Municípios, destacou o significativo progresso observado desde agosto até o momento. Afirma que participaram na última reunião, e cita que é importante os municípios conhecerem os pontos de conflitos. Afirma que compactua com as propostas apresentadas pela Dra. Guerra. Ela expressou seus parabéns a SEDECTI pelo trabalho realizado. Em seguida, o Sr. Wagner, Advogado e representante da Procuradoria do Município de Rio Preto da Eva, destacou que o órgão já possui um acordo de cooperação técnica estabelecido com a SECT. Além disso, ressaltou que no caso da cidade de Rio Preto da Eva é importante firmar um acordo também com a SUFRAMA. Enfatizou a necessidade de estabelecer acordos de cooperação técnicas com os prefeitos das associações nos municípios. Cita que também estão realizando um trabalho conjunto com o INSS. Informou também que a procuradoria está desenvolvendo um modelo de acordo de cooperação técnica e pretende compartilhar com a associação de municípios para facilitar a execução do projeto, incluindo seu próprio

georreferenciamento. Ademais, propôs a criação de um meio de comunicação por WhatsApp para agilizar a troca de informações entre os participantes. A seguir, o Sr. Jessé Miranda, chefe de departamento territorial do IBGE, apresentou as recentes atualizações nos limites municipais e divisas estaduais, destacando a abrangência nacional dessas mudanças, que não se restringem apenas ao estado do Amazonas. Ele ofereceu um panorama histórico comparando o Brasil de 1938, com 21 estados e 1.574 municípios, o Brasil de 2023, agora composto por 27 estados e 5.568 municípios. Miranda ressaltou a dinâmica única da divisão político-administrativa brasileira, uma das mais complexas do mundo. Em seguida, Jessé Miranda, detalhou as datas das legislações municipais em todo o território brasileiro, iniciando pelo estado do Amazonas em 1985. Ele exemplificou os desafios, como a representação de perímetros por “linhas secas”, dificultando a identificação precisa dos limites municipais. Destacou que o Acordo de Cooperação Técnica visa solucionar essas questões. Quanto a colaboração com a SEDECTI, o Sr. Miranda explicou que o IBGE utiliza tecnologia de sensoriamento, incluindo GPS/GNSS e dispositivos móveis para coleta de dados. Ele compartilhou exemplos de acordos de cooperação técnicas em outros estados e detalhou o trabalho técnico do órgão na atualização das leis municipais. A metodologia do IBGE começa com o estabelecimento de acordos de cooperação técnica. Apresentou também os projetos de limites municipais na Bahia e no Espírito Santo. Além disso, mencionou a criação de uma subcomissão especial na Câmara dos Deputados, em Brasília, iniciativa liderada pelo deputado Padre João, e entende-se que há um entendimento nacional para a resolução dessa questão. Na sequência, o presidente da comissão de geodiversidade, Deputado Sinésio Campos, abordou de maneira sucinta o Artigo 18, Parágrafo 4º da Constituição Federal, ressaltando que a lei complementar impede a criação de leis estaduais para tratar de determinadas questões territoriais. Ele observou que muitos trabalhos que poderiam ser conduzidos pelas assembleias legislativas em conjunto com órgãos estaduais encontram barreiras no Congresso nacional. O deputado expressou a necessidade urgente de transferir a responsabilidade sobre questões de limites territoriais de volta para as assembleias legislativas. Discursou também brevemente sobre o plebiscito no Pará, destacando a importância do tema e da formação de uma frente parlamentar para tratar dessa questão. Citou também casos específicos, como os casos dos rios Iporá 1 e Iporá 2, que cruzam municípios distintos, assim como a situação peculiar de Manicoré e Matupi, que possuem limites territoriais próximos e tratam o tema com harmonia. O deputado enfatizou a complexidade dessas situações, reforçando a necessidade de uma abordagem colaborativa e eficaz para solucionar as questões territoriais pendentes. O Deputado Sinésio encaminhou a Associação de Municípios, presidida pelo Sr. Anderson Souza, para a criação de uma frente parlamentar para tratar do assunto em Brasília. Além disso, solicitou ao IBGE, SEDECTI, Procuradoria, e a Associação de Municípios, para que tragam os modelos de Acordos de Cooperação Técnica e as soluções que estão sendo utilizadas para serem apresentados na Assembleia Legislativa. Em seguida, a Dra. Sônia Guerra, Secretária Executiva de Planejamento da SEDECTI, parabenizou a proposta do deputado Sinésio Campos na questão da criação de uma frente parlamentar. No entanto, destacou que os órgãos têm obtido sucesso na atualização dos limites territoriais por meios dos Acordos de Cooperação Técnicas, assim não havendo a necessidade de recorrer ao Congresso Nacional. Em seguida, a Dra. Sônia Guerra, afirma que a questão da frente parlamentar proposta pelo Deputado Sinésio é importante, mas ressalta que os órgãos estão conseguindo com os ACT em outros estados, realizar essa atualização dos limites territoriais, sem necessidade de ir ao congresso nacional. Dando prosseguimento, o Sr. Walter Antunes, Assessor da CGRHMGES/ALEAM, apresentou os seguintes encaminhamentos:

- Realização das ações de cooperação técnica com as prefeituras em integração com a Associação de Municípios.
- Criação de uma frente parlamentar com a Associação dos Municípios
- Criação de um grupo de WhatsApp para comunicação dos assuntos de limites territoriais.
- Encaminhar por parte da SEDECTI, IBGE, Procuradoria e Associação de Municípios os relatórios de Acordos de Cooperação Técnicas e os avanços nas questões das resoluções dos limites territoriais.

Em seguida, o Sr. Walter Antunes, agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião as 12h00min. E para constar, eu, Carlos Costa Filho, assessor da CGRHMGES/ALEAM, lavrei esta Ata

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM A COMISSÃO ESPECIAL – CE, REUNIÃO TÉCNICA COM O OBJETIVO DE DEBATER E ENCAMINHAR PROVIDÊNCIAS SOBRE AS SOBREPOSIÇÕES DO ESTADO E DA UNIÃO E SEUS IMPACTOS NOS SISTEMAS CAR (CADASTRO AMBIENTAL RURAL- IPAAM) E SIGEF (SISTEMA DE GESTÃO FUNDIÁRIA – INCRA). MANAUS, 16 DE NOVEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: SINÉSIO CAMPOS

Às quatorze horas do dia dezois de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Beth Azize foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar SINÉSIO CAMPOS. O Sr. Walter Antunes, servidor da CGRHMGES/ALEAM, inicia a reunião com as boas vindas aos representantes dos órgãos presentes. Em seguida explica aos participantes sobre as deliberações da última reunião e a convocação dos órgãos para maiores deliberações. Na sequência, o Major do Exército Brasileiro, Gabriel Silva, representando o 4º Centro de Geoinformação, abordou a questão das sobreposições, destacando que o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) é uma ferramenta excelente. Ele mencionou a existência de litígios entre os moradores em áreas sobrepostas, resultando frequentemente em conflitos. Observou que os residentes podem não preencher corretamente o Cadastro Ambiental Rural (CAR), pois é auto declaratório. Destacou que, no CAR, qualquer pessoa com acesso mínimo à internet pode delimitar sua parcela de terra e inseri-la no sistema, contribuindo para as sobreposições. O Major exemplificou a existência de profissionais especializados que realizam o cadastro de forma mais adequada, ressaltando que tais litígios são de natureza privada. Ele enfatizou que a realização do cadastro requer a intervenção de um profissional, e muitas pessoas optam por fazê-lo manualmente, sem acompanhamento especializado, resultando nas sobreposições. afirmou que 80% dos problemas decorrem da falta de um profissional, seja devido ao desconhecimento das normas ou à execução incorreta do processo. O Major elogiou o trabalho de georreferenciamento realizado pelo órgão (4CGEO), destacando a necessidade de integração do SIGEF com o CAR, sem depender de desenhos manuais. Ele reiterou que a verificação das terras não pode ser conduzida de qualquer maneira. Dando continuidade, o Sr. João, Representante da empresa MIL MADEIRAS, menciona que a empresa está estabelecida na localidade há 30 anos e destacou que estão enfrentando problemas relacionados a sobreposições. Ele expressou preocupação com situações em que registros são cancelados e outras partes assumem o controle da área. Na continuação, o Sr. Daniel Higinio, representando a Advocacia Geral da União, afirmou que compareceu à reunião como ouvinte, com a intenção de colaborar. Ele mencionou que a AGU possui diversos setores no serviço público e sugeriu que seria ideal trazer o desembargador responsável por questões relacionadas ao tema discutido. Ressaltou que sua presença na reunião tinha como objetivo principal a coleta de informações. Ato contínuo, o Sr. Daniel Rocha, da Secretaria de Estados das Cidades e Territórios (SECT), observou que em várias áreas avaliadas pelo órgão, o problema de sobreposição é recorrente. Ele destacou que essa questão tem sido uma fonte significativa de preocupação para a secretaria e apontou que o desafio vai além do georreferenciamento incorreto. Daniel mencionou a existência de casos em que indivíduos possuem múltiplos títulos sobre o mesmo terreno, agravando a complexidade da situação. Ele assegurou que a presença da SECT na reunião visa contribuir e colaborar na busca por soluções para esses problemas. Prontamente, o Sr. Mauro Souza, representando a superintendência do patrimônio da união no Amazonas (SPU/AM), destacou que o INCRA enfrenta desafios significativos relacionados à sobreposição. Ele reforçou o compromisso do órgão em colaborar na resolução desse problema. Abordou também a questão do georreferenciamento, concordando com as considerações apresentadas pelo exército. Ele expressou gratidão pelo tempo concedido para suas considerações. Em seguida, o Sr. Walter Antunes, da CGRHMGES/ALEAM, destacou que a convocação da reunião técnica se deve à ocorrência de diversos problemas graves relacionados a sobreposições. Ele enfatizou a gravidade dessas questões como a motivação central para a realização do encontro, indicando a necessidade de abordar e buscar soluções para tais problemas. Dando

continuidade, o Advogado da Empresa Mil Madeiras, o Sr. Moranne Tavora, explicou que a reunião de hoje foi solicitada pela empresa ao Deputado Sinésio. Ele apresentou uma breve história sobre a empresa e suas atividades de manejo florestal em Itacoatiara. O Sr. Tavora mencionou que a empresa foi obrigada a realizar o georreferenciamento, mas devido ao tamanho do terreno, não conseguiu concluir tudo de uma vez. Antes da implementação do SIGEF, o INCRA utilizava um sistema legado (terra brasil). Recentemente, a empresa verificou que diversas áreas georreferenciadas no sistema antigo, não foram transferidos para o novo sistema. Além disso, foram identificados registros de imóveis fraudados para assumir propriedades no sistema do INCRA. O Advogado apontou que as coordenadas fornecidas nem sempre são precisas. Devido a complexidade do Trabalho, o Sr. Moranne Tavora argumentou que é inviável para o INCRA realizar uma verificação manual de todo o georreferenciamento. Ele também destacou a existência de vários registros de abertura de imóveis nas áreas de Silves, Itacoatiara e Itapiranga, resultando em 45 lotes da empresa em situação de sobreposição. O advogado expressou preocupação com a falta de providências por parte do poder público, alertando que isso poderia gerar insegurança jurídica tanto para as empresas quanto para os moradores locais. Além disso, ele enfatizou que a "Febre do Carbono" poderia agravar os casos de sobreposições se medidas não fossem tomadas. Logo depois, o Sr. Walter Antunes, faz a leitura da resposta da ANOREG para a convocação da reunião, e fora respondido que o órgão entendeu que não há responsabilidade nas questões relacionadas a sobreposições. Dando continuidade, O Assessor Jurídico Leonardo Ituassu, da Secretaria de Estados e Territórios (SECT), destacou que a questão da sobreposição representa um desafio significativo para o processo de regularização fundiária conduzido pela secretaria. Ele explicou que quando há pedidos de regularização e identificação de sobreposições, o processo de regularização é imediatamente interrompido. Além disso, Leonardo mencionou a existência de títulos recebidos nos anos 70, conhecidos como "paulistinhas", nos quais as pessoas que receberam os títulos não residiam na área. Ele expressou discordância em relação à resposta da ANOREG, ressaltando que a entidade tem jurisdição sobre todos os cartórios de registro de imóveis no Amazonas. Leonardo afirmou que a expedição de matrículas duplicadas é irregular e ilegal, caracterizando grilagem de terra. Ele observou que os grileiros visam apenas a venda da terra, sem se importar com a multiplicidade de matrículas no mesmo local, tornando esse processo mais facilitado com a convivência de alguns cartórios. Ato Contínuo, o Sr. João Cruz, representante da Empresa Mil Madeiras, explica aos representantes dos órgãos como foi a interlocução com o deputado Sinésio Campos para a realização das reuniões técnicas. Coloca a empresa a disposição dos demais órgãos. Em seguida, a Sra. Djalmayr Souza representante do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enfatizou que o Major Gabriel abordou adequadamente o tema da reunião. Ela destacou que o 4º Centro de Geoinformação (CGEO) realiza o georreferenciamento em parceria com outros órgãos, inclusive mencionou a colaboração com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Djalmayr esclareceu que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) não constitui a regularização fundiária em si, mas é um dos processos necessários para a efetivação desse procedimento. Além disso, ela ressaltou que há mecanismos de controle no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) para lidar com cadastradores que inserem informações falsas, podendo resultar no bloqueio e penalização dos mesmos. A representante do INCRA fez críticas à resposta da ANOREG e expressou a opinião de que eles deveriam estar presentes na reunião para discutir a questão mais detalhadamente. Imediatamente, a Sra. Adriana Barbosa, Analista Ambiental do IPAAM, abordou o tema do Cadastro Ambiental Rural (CAR), esclarecendo que é uma ferramenta de gestão ambiental e que em nenhum momento é utilizado como documento de posse, conforme explicado no próprio artigo de criação. Ela afirmou que o processo de regularização fundiária é distinto e que os órgãos fundiários que tratam o CAR como um processo de regularização estão equivocados. Adriana destacou a importância de os órgãos terem segurança jurídica ao validar o CAR e mencionou casos de grandes áreas com diversos casos de sobreposições. A Analista Ambiental do IPAAM reforçou que é um equívoco utilizar o CAR como base para regularização fundiária. Em seguida, o Deputado Estadual Sinésio Campos, presidente da CGRHMGES/ALEAM, afirma que o tema em discussão nunca foi tratado com a seriedade que está sendo dada agora. Ele destacou o objetivo de encontrar uma solução comum e conjunta, enfatizando o interesse de todos os envolvidos e expressando otimismo em relação ao progresso. O deputado sugeriu que não se deve passar para o próximo ano sem uma resolução e propôs a realização de uma reunião na próxima semana. Além disso, o deputado Sinésio encaminhou a proposta de que cada órgão presente elabore um relatório identificando os problemas e propondo soluções a respeito das

sobreposições do CAR e SIGEF. O Deputado afirmou que irá cobrar a participação da ANOREG na próxima reunião, enfatizando a importância da colaboração de todos os envolvidos para encontrar soluções eficazes para o problema em pauta. Dando apenas um esclarecimento, o Sr. Mauro Souza, Superintendente do SPU/AM, cita que algumas regularizações fundiárias, é citado o Cadastro Ambiental Rural. Em seguida, a Sra. Djalmayr Souza, representante do INCRA, cita que o CAR virou obrigatório para a regularização fundiária. Comenta que o documento não é comprobatório, entretanto é obrigatório para a regularização fundiária. Entretanto, a Sra. Adriana Barbosa do IPAAM, comenta que é uma ferramenta de gestão ambiental e cita que na própria criação do cadastro, ele utilizado apenas para a questão e verificação de conflitos. Reitera que o artigo do código florestal disserta que o CAR não será utilizado dessa forma (para verificação de regularização fundiária). Dando continuidade, o Sr. Airton José, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR), parabeniza o deputado Sinésio Campos pelo destaque dado à pauta em discussão. Ele reiterou a relevância da presença do procurador da AGU, destacando a necessidade desse profissional possuir conhecimento específico sobre as questões fundiárias discutidas. Airton enfatizou que os problemas de sobreposição não estão limitados a uma reunião específica, indicando que essas questões afetam os 62 municípios do estado do Amazonas. Essa observação destaca a amplitude e complexidade do desafio enfrentado, sublinhando a importância de uma abordagem mais abrangente para lidar com essa problemática no Estado. Em seguida, a Sra. Kikue Muyor, Engenheira representando o IPAAM, compartilhou que estão buscando parcerias com o IDAM para a realização de trabalhos conjuntos. Ela destacou a importância de alinhar de maneira mais eficiente os cadastros e informou que já analisaram aproximadamente 20.000 análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de um total de 80.000. Kikue afirmou que 16.000 desses cadastros já fiscalizados foram notificados para um novo ciclo de análise, a fim de verificar se o cadastro está realizado corretamente, e mencionou a falta de retorno nessas questões. Na abordagem de áreas com sobreposições, a engenheira do IPAAM mencionou que muitas delas não possuem documentação fundiária válida, destacando que, enquanto houver sobreposições, o progresso é comprometido. Ela mencionou o critério de cancelar todos os cadastros após 90 dias, mas ressaltou que essa abordagem não é ideal, pois pode afetar as vidas das populações. Informou que estão identificando CARs com informações falsas e enganosas, suspendendo esses cadastros. Além disso, apontou situações de contradição com a base do SIGEF, resultando em áreas com sobreposição. Kikue afirmou que estão trabalhando para viabilizar a validação do maior número possível de cadastros que estejam em conformidade. Desde 2017, realizaram, em média, 500 cadastros concluídos, reconhecendo que há muito trabalho a ser feito. Ela ressaltou a necessidade de alinhamento com a SECT e destacou que, embora todo CAR seja auto declaratório, é essencial o acompanhamento do IPAAM para garantir sua integridade. Ato contínuo, o Major Gabriel do 4ºCGEO, reiterou sua posição inicial, enfatizando que as pessoas não deveriam realizar o CAR de forma auto declaratória, mas sim com a assistência de um técnico especializado. Ele afirmou que a problemática não está no INCRA, nem no IPAAM, mas sim nos cartórios. Para ilustrar, forneceu um exemplo de áreas do interior do Amazonas sendo registradas em cartórios de São Paulo. Em seguida, o Advogado Marrone, da MIL MADEIRAS, cita que o sistema antigo que existia não migrou os dados para o SIGEF. Em resposta, a Sra. Djalmayr Souza, representando o INCRA, esclareceu que o sistema antigo, conhecido como “terra legal”, não pertencia ao INCRA. Ela ofereceu orientações sobre como realizar o procedimento, indicando a necessidade de acessar o site, contestar o terreno, e a partir disso, seria emitida uma notificação para a outra parte envolvida na divergência sobre sobreposição. Djalmayr destacou que na sua visão, o problema é mais técnico do que jurídico. Entretanto, o Sr. Marrone acrescentou que muitos cartórios emitem matrículas, e quando uma pessoa possui uma matrícula falsa, durante o conflito, consegue apresentar a documentação como se a área fosse realmente dela, o que frequentemente leva à resolução do problema no âmbito judiciário. Ele reitera sua preocupação com a “febre de carbono”, indicando que essa situação pode contribuir para o surgimento de mais casos de sobreposição. Em seguida, O Major Gabriel, do 4ºCGEO, reitera que a ANOREG deveria estar presente na reunião.

Dando prosseguimento, o Sr. Walter Antunes, representante da CGRHMGES/ALEAM, apresentou os seguintes encaminhamentos:

- Relatório Individuais dos seguintes órgãos para o conhecimento e resolução do problema: ANOREG, INCRA, IDAM, IPAAM

- Próxima reunião: 23/11 as 14h

Em seguida, o Sr. Walter Antunes, agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião as 16h30min. E para constar, eu, Carlos Costa Filho, assessor da CGRHMGES/ALEAM, lavrei esta Ata.

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM A COMISSÃO ESPECIAL – CE, REUNIÃO TÉCNICA COM O OBJETIVO DE DEBATER E ENCAMINHAR PROVIDÊNCIAS SOBRE AS SOBREPOSIÇÕES DO ESTADO E DA UNIÃO E SEUS IMPACTOS NOS SISTEMAS CAR (CADASTRO AMBIENTAL RURAL- IPAAM) E SIGEF (SISTEMA DE GESTÃO FUNDIÁRIA – INCRA). MANAUS, 23 DE NOVEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: SINÉSIO CAMPOS

Às quatorze horas do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Beth Azize foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar SINÉSIO CAMPOS. O Sr. Walter Antunes, servidor da CGRHMGES/ALEAM, deu as boas-vindas aos representantes dos órgãos presentes, marcando o início dos trabalhos. Em sua introdução, apresentou uma breve revisão das deliberações da última reunião, contextualizando o atual encontro e reforçando a importância da participação ativa de todos os presentes. Em seguida, o Sr. João Cruz, representante da empresa Mil Madeiras, apresenta uma breve exposição aos representantes sobre o relatório enviado pela empresa. Ele destaca que o documento oferece insights sobre o histórico da Mil Madeiras, além de incluir sugestões e possíveis direcionamentos para as questões abordadas no relatório. Dando sequência, o Major Gabriel, representando o 4º CGEO (4º Centro de Georreferenciamento) destacou que foram enviadas algumas sugestões, as quais fundamentam suas observações feitas na reunião anterior ocorrida no dia 17 de novembro. Ele enfatiza a necessidade de integração entre os sistemas CAR e SIGEF, resalta as restrições à emissão de documentos por cartórios em situação irregular e propõe a criação de um documento formal que estabeleça a responsabilidade técnica da pessoa encarregada das medições para o georreferenciamento. Posteriormente, o Sr. Leonardo, Assessor Jurídico da SECT, informa que a equipe técnica realizou uma análise das questões relacionadas às sobreposições entre SIGEF e CAR. Ele destaca que o órgão utiliza ambos como referência para a certificação, e reforça a importância da integração entre esses dois sistemas, conforme mencionado anteriormente pelo Major Gabriel. Ressalta que a falta de integração pode resultar na impossibilidade de regularização. Além disso, coloca-se à disposição dos demais órgãos para esclarecer dúvidas e promover uma comunicação mais efetiva. A seguir, o Sr. Klemerson, analista ambiental do IPAAM, faz breves comentários sobre o relatório do órgão. Ele destaca que o CAR é declaratório, sendo de responsabilidade do declarante. Nas questões de sobreposição, menciona que a dificuldade é que os posseiros são notificados, porém, frequentemente, não há retorno por parte desses proprietários. O Sr. Klemerson ressaltou que o relatório elaborado pelo órgão aborda diversas outras questões relevantes. Ele reafirma a disposição do IPAAM para esclarecer dúvidas e promover a colaboração entre os órgãos envolvidos. Em continuidade, o Sr. Márcio Abreu, engenheiro florestal da SEPROR, relata que a equipe elaborou um compilado abordando as questões pertinentes ao tema em discussão. Ele destaca que a SEPROR está empenhada em realizar um trabalho integrado, colaborando estreitamente com o IDAM para abordar as questões em pauta. Ato contínuo, Geiza Mattos, Diretora da Associação Nacional de Registradores de Imóveis (ANOREG), observa que a problemática enfrentada pelos órgãos também é compartilhada pelos cartórios, principalmente no interior. Ela destaca que, após um recente concurso, muitos cartórios estão passando por reformulações. Geiza Mattos ressaltou que há uma equivocada percepção de que o CAR serve como comprovante de propriedade, enfatizando que o CAR não é uma prova de propriedade. Ela menciona a discrepância entre o número de matrículas em Barcelos e o número de cadastros ambientais rurais, destacando a importância de conscientizar sobre essa diferença. Comenta sobre o relatório do exército, reiterando que os cartórios não emitem títulos e faz referência à Lei 6015 de 1973, que especifica as formas de retirada de títulos. Geiza Mattos destaca a necessidade

de reunir todos os registradores de imóveis do estado do Amazonas, enfatizando a importância da colaboração nesse momento. Ela reconhece as dificuldades enfrentadas pelos cartórios e reafirma o compromisso da ANOREG em contribuir para o sucesso do processo de regularização fundiária. Ela menciona a plataforma digital nacional de registros de imóveis, acessível de qualquer lugar, permitindo o protocolo de registros e a digitalização de documentos já existentes. Geiza sugere a possibilidade de buscar recursos para otimizar e digitalizar os cartórios, especialmente os do interior do estado do Amazonas. Por fim, ela coloca a ANOREG à disposição para colaborar ativamente nesse processo. A seguir, o representante da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Amazonas menciona que estão empenhados em realizar um trabalho voltado para a regularização fundiária na Amazônia Legal, com especial atenção para as questões ambientais e a proteção dos povos originários. Ele expressa gratidão pelo convite e destaca que o órgão está à disposição para colaborar com os demais participantes. Dando continuidade, Mauro Leno, Superintendente do SPU, e Andres Furtado, Coordenador do SPU, destacam que estão abordando ativamente este tema no âmbito federal. Informam que o órgão planeja iniciar demarcações em novas áreas, além das que já estão sendo realizadas, principal reside na fase de 'Pós análise', na e projetam incluir essas áreas no SIGEF até dezembro de 2024. Preveem desafios de sobreposições nessas novas áreas. Leno e Furtado esclarecem que o SPU utiliza o CAR como uma ferramenta ambiental e não como um instrumento fundiário, sendo um indicativo das pessoas que residem em áreas da União. No entanto, reconhecem a percepção equivocada, especialmente no interior, onde algumas pessoas acreditam que o CAR é um documento de posse, o que torna desafiador explicar essa distinção. Ambos reforçam que o SPU está à disposição para colaborar e compartilhar informações sobre essa perspectiva, contribuindo para a compreensão correta do papel do CAR e esclarecendo eventuais dúvidas. Logo em seguida, o Sr. Daniel Aguiar, engenheiro técnico e representante do Ministério Público do Amazonas, ressalta que esta é sua primeira participação em uma reunião desse tipo. Ele menciona que, embora não esteja completamente familiarizado com a área, está presente para tomar notas e repassar as informações ao responsável pela área ambiental dentro do Ministério Público. Posteriormente, o Sr. Sebastião Jr, servidor do CGRHMGES, apresenta algumas sugestões aos órgãos presentes, propondo que essas sugestões possam servir como base para programas ou futuros projetos de lei. Ele destaca a importância de envolver os órgãos ligados à regularização fundiária, como SECT, IDAM, INCRA, e SPU, na indicação de pessoas para trabalhar na sistematização do documento. Isso, segundo ele, possibilitaria avanços concretos na regularização fundiária. Dando continuidade, a Sra. Keila, representante do INCRA, informa que faz parte do comitê de análise do SIGEF e que estão atualmente envolvidos nas análises desse sistema. Ela destaca que muitos estão favoráveis à integração do SIGEF com o SICAR, ressaltando a viabilidade técnica da migração dos dados entre os dois sistemas. Keila menciona a observação interessante feita pelo representante do SPU, destacando que é comum que os produtores rurais optem por realizar apenas o CAR em vez do SIGEF. Ela argumenta que impor como regra o uso do polígono dentro do SIGEF para a retirada do CAR pode prejudicar principalmente os pequenos agricultores, uma vez que contratar um profissional para realizar o georreferenciamento pode ser financeiramente desafiador para esse público. Keila reforça a ideia de que o CAR é uma representação ilustrativa da área rural. A Sra. Geiza Mattos, da ANOREG, questiona se não seria mais viável conseguir um termo de concessão de uso ou algo mais complexo. Novamente, a Sra. Keila do INCRA, destaca que não há uma obrigatoriedade de entrega dos títulos registrados, mas informa que o INCRA está buscando estabelecer parcerias com os cartórios para incentivar os agricultores a registrar seus títulos, ou, alternativamente, entregá-los após o registro. Ela destaca o pioneirismo da Sra. Leticia, representante de São Gabriel da Cachoeira, por ser a primeira representante de cartório a realizar essa atividade de registro de forma gratuita para os pequenos agricultores. Keila aborda a prática ilegal de alguns pequenos agricultores que pagam pela retirada do CAR, mesmo sendo uma emissão gratuita. Em relação ao SIGEF, ela assegura que estão empenhados em trabalhar da maneira mais correta possível. Além disso, oferece orientações ao Sr. João Cruz, representante da Empresa Mil Madeiras, sobre como regularizar o SIGEF das áreas da empresa que estão sobrepostas. Ela também menciona o rito processual da regularização por parte do INCRA. Na sequência, o Sr. João Cruz, representando a empresa MIL MADEIRAS, responde afirmando que as ações mencionadas pela representante foram realizadas pela empresa, mas ressalta que ainda estão em andamento. Ele destaca que a empresa enfrenta o desafio atual de lidar com 45 lotes que apresentam áreas de sobreposições, e é por isso que trouxeram esse problema à Assembleia Legislativa. Em seguida, O Deputado Sinésio Campos, presidente da CGRHMGES, discursa sobre a

persistência desse problema ao longo do tempo, enfatizando o desejo comum de evitar uma crise institucional entre os presentes. Ele destaca que o propósito da reunião é compreender os possíveis equívocos, inclusive nos sistemas dos órgãos, e incentiva os representantes a compartilharem suas particularidades para garantir que todos estejam cientes. O deputado reconhece os esforços em curso e ressalta a complexidade da questão fundiária, apontando as diversas burocracias envolvidas na concessão de títulos de terra. Ele destaca o objetivo comum de encontrar soluções para essas situações complexas e destaca a importância histórica da reunião técnica para a regularização fundiária no Amazonas. Ao mencionar o município de Boca do Acre como exemplo, onde a disponibilidade de terra é escassa, o deputado enfatiza a necessidade de resolver os problemas dos pequenos, médios e grandes produtores, bem como da população em geral e da União, especialmente nas questões de sobreposições. Ele critica duramente os 'empresários do carbono', que, segundo ele, nunca estiveram no Estado, mas realizam licenciamentos, contribuindo para a sobreposição. O deputado destaca a contribuição de cada órgão presente na busca por soluções para a regularização fundiária, reforçando a importância da colaboração de todos os envolvidos.

Dando prosseguimento, o Deputado Sinésio Campos, presidente da CGRHMGES/ALEAM, apresentou os seguintes encaminhamentos:

- Grupo de trabalho para sistematizar o relatório final (subgrupo): INCRA, SECT, SPU, TJAM, IPAAM, IDAM, ANOREG, CGRHMGES, 4CGEO, MIL MADEIRAS, ENEVA

- Próxima reunião: 28/11 as 14h (terça-feira)

- Prazo para entrega do relatório: 07/12/2023 (quinta-feira)

Em seguida, o Deputado Sinésio Campos, agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião as 16h30min. E para constar, eu, Carlos Costa Filho, assessor da CGRHMGES/ALEAM, lavrei esta Ata.

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA COM A COMISSÃO ESPECIAL – CE, REUNIÃO TÉCNICA COM O OBJETIVO DE DEBATER E ENCAMINHAR PROVIDÊNCIAS SOBRE AS SOBREPOSIÇÕES DO ESTADO E DA UNIÃO E SEUS IMPACTOS NOS SISTEMAS CAR (CADASTRO AMBIENTAL RURAL- IPAAM) E SIGEF (SISTEMA DE GESTÃO FUNDIÁRIA – INCRA). MANAUS, 28 DE NOVEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: SINÉSIO CAMPOS.

Às quatorze horas do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Beth Azize foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar SINÉSIO CAMPOS. O Deputado Sinésio Campos, presidente da CGRHMGES/ALEAM, deu as boas-vindas aos representantes dos órgãos presentes, marcando o início dos trabalhos. Em seguida, o Sr. Walter Antunes, servidor da CGRHMGES/ALEAM faz um breve resumo das últimas reuniões e encaminhamentos que foram sugeridos. Em seguida, O Sr. Guilherme Bazan, encaminhador fundiário da empresa ENEVA S.A, realiza um breve resumo das atividades da empresa e do relatório encaminhado, destacando a questão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preocupação com sua natureza auto declaratória. Ele aborda as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores nos processos de licenciamento, destacando os problemas causados por sobreposições territoriais. Menciona, também, as complicações associadas as áreas tituladas e a dificuldade para a resolutividade do problema. Além disso, reconhece a complexidade da situação e a escassez de recursos humanos dos órgãos para agilidade da resolução. Finaliza propondo uma solução proativa: a realização de um "multirão" de integração entre os órgãos governamentais e as

empresas, visando agilizar o processo e superar as questões de sobreposições. Em seguida, a Sra. Ana Paula, representando a ANOREG, relata um incidente em Lábrea, no qual uma área inicial de 100 hectares, após o pedido de desmembramento do proprietário em cinco partes, resultou em uma soma total de 120 hectares e sem explicação aparente para o erro no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF). Destaca que solicitou a documentação total da proprietária para prevenir casos de sobreposição. Expressa apoio à sugestão da ENEVA de unificar os sistemas CAR/SIGEF, especialmente para facilitar o trabalho do registrador imobiliário. Também menciona a iniciativa do INCRA de estabelecer uma fila nacional, proposta para acelerar a resolução das sobreposições. A Sra. Keila Bernardes, representando o INCRA, cita sobre a fila nacional e afirma que existe um interesse por parte do órgão nacional da resolatividade das questões de sobreposições, inclusive na distribuição dos processos para os servidores de maneira igualitária. Afirma, porém, que não tem data definida e que essa ideia não agrada muito os servidores analistas. Afirma que antes dessa fila nacional ser implementada, ainda haverá bastante discussão, visto que é uma situação bastante complexa para o próprio INCRA. Em seguida, o Sr. Walter Antunes, servidor da CGRHMAGES/ALEAM, parabeniza os representantes pelas suas contribuições e destaca que o propósito fundamental dessas reuniões técnicas é orientar e buscar soluções efetivas para as questões em discussão. Ele levanta uma questão pertinente acerca dos números de matrículas registradas nos imóveis. A representante da ANOREG, Sra. Ana Paula, observa que atualmente existem aproximadamente 32.000 matrículas em aberto em sua vara específica, ressaltando que muitos imóveis se encontram em situação de estagnação, sem uma resolução viável para tratar das questões de sobreposições. Cita também sobre a questão de georreferenciamento, que apenas as pessoas com boas condições financeiras conseguem contratar um técnico para realizar essa atividade, enquanto as pessoas de baixa renda ficam à mercê do estado. Ato contínuo, O Major Gabriel, representando o 4ºCGEO do Exército, oferece breves sugestões para abordar as questões relacionadas às matrículas em aberto. Entre elas, destacou a convocação dos proprietários como uma medida relevante para resolver o problema. Além disso, ele destacou a importância de fortalecer a legislação, proporcionando maior segurança jurídica para indivíduos e empresas que enfrentam desafios decorrentes das sobreposições territoriais. Em seguida, o Sr. Marcos Antônio, representando a Mil Madeiras, destaca que a empresa desempenhou um papel crucial ao tomar a iniciativa de dialogar com o Deputado Sinésio Campos em relação à regularização fundiária. Ele resalta que o principal desafio não reside nos pequenos produtores que, por equívoco, georreferenciam de maneira inadequada, mas sim em indivíduos e empresários que, agindo de má fé, manipulam o sistema SIGEF sem sequer terem pisado no território alocado. Esse cenário foi o que motivou fortemente a realização das reuniões técnicas. Dando continuidade, o Sr. Sebastião Nunes, assessor jurídico da CGRHMAGES/ALEAM, destaca que a principal missão da comissão de geodiversidade, em colaboração com órgãos e empresas, é elaborar soluções efetivas para o problema em questão. Ele enfatiza a importância do desenvolvimento conjunto do Brasil, envolvendo órgãos, pequenas e grandes empresas, destacando que essa colaboração é benéfica para o progresso do estado e geração de empregos. Reconhece a fundamentalidade da regularização fundiária, mas resalta que, da maneira como está atualmente, apresenta desafios prejudiciais para todos. Faz elogio ao CAR e a necessidade de valorização do meio ambiente. Sugeriu ao INCRA a identificação dos problemas e elencar as soluções necessárias para a resolução deles. Ressaltou também os esforços do Ministério Público e CNJ em busca da resolução fundiária. Afirma que órgãos como INCRA e IPAAM, em conjunto com a comissão, estão comprometidos em encontrar soluções para as questões apresentadas. Finaliza a fala afirmando que a comissão analisará cuidadosamente os documentos e direcionará os encaminhamentos discutidos durante a reunião, demonstrando o comprometimento da comissão em buscar soluções práticas para os desafios das sobreposições. Dando prosseguimento, o Sr. Walter Antunes, servidor da CGRHMAGES/ALEAM, apresentou os seguintes encaminhamentos:

- Apresentação do Relatório Final: 07/12/2023 (quinta-feira)

Em seguida, o Sr. Walter Antunes, agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 16h30min. E para constar, eu, Carlos Costa Filho, assessor da CGRHMAGES/ALEAM, lavrei esta Ata.

Ata da Reunião Técnica com a Comissão Especial – CE. Reunião Técnica com o objetivo de debater e encaminhar providências a respeito das sobreposições no estado e na união, e seus impactos nos sistemas CAR e SIGEF – MANAUS, 07 DE DEZEMBRO DE 2023

Às quatorze horas do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e três, no Auditório do Colégio Batista de Parintins, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar SINÉSIO CAMPOS. O Sr. Walter Antunes, servidor da CGRHMAGES/ALEAM, inicia a reunião com as boas-vindas aos representantes dos órgãos e entidades presentes. Informa que as informações fornecidas pelos órgãos foram muito importantes para a consolidação do relatório final. Em seguida, realiza a apresentação para todos os participantes sobre o relatório constituído pela comissão de geodiversidade, recursos hídricos, minas, gás, energia e saneamento. O Sr. Walter Antunes salientou a importância de todos os relatórios que foram encaminhados tanto pelas empresas quanto pelos órgãos competentes. Em seguida, a representante do INCRA faz uma breve análise sobre o relatório encaminhado pelo órgão. A representante da ANOREG afirma que o órgão irá realizar uma capacitação e treinamento aos registradores e notáveis para a inclusão dos cadastros ambientais rurais e na questão fundiária. Afirma também que existe um objetivo de realizar um “workshop” aos registradores e servidores públicos da ANOREG e de outros órgãos que estão empenhados na resolução dessa questão, como o INCRA, SPU, IDAM, IPAAM e demais órgãos. Afirma também que existe a possibilidade do workshop seja gravado para que os participantes que não consigam participar, mas que tenham acesso as orientações e o conteúdo que irá ser ministrado. A Sra. Adriana, Analista Ambiental do IPAAM, cita sobre as conclusões. Cita sobre a questão de o CAR ser auto declaratório, que é um decreto federal. Cita que qualquer trava nessa questão deve ser discutida com o serviço florestal brasileiro, que é o órgão regulamentador dessa questão. Em relação aos técnicos que deveriam realizar o georreferenciamento, cita que não iria resolver o problema de sobreposição, visto que 90% das áreas do estado do Amazonas já estão referenciadas. Cita também que todos estados usam o mesmo sistema e que todos sofrem problemas de sobreposições fundiárias. Cita que alguns estados já conseguem resolver de maneira célere, diferente do estado do Amazonas. Em seguida, o Deputado Sinésio Campos, agradece todos os representantes que construíram o relatório final e questiona se os participantes ainda possuem dúvidas em relação ao relatório final. O Sr. João, da MIL MADEIRAS, disserta sobre o sistema SISREG, e a outra situação é sobre a documentação, que duas pessoas distintas possuem documentos legais e que ambos dão conflitos no sistema, e outras pessoas agem até mesmo de má fé, como por exemplo: dois registros de imóveis, porém uma é falsa. Logo em seguida, a representante da ANOREG, cita que é importante realizar um corte temporal. Cita que os registradores dotam com fé pública, mas que é necessário em realizar uma fiscalização no título da matrícula, na origem da matrícula, quanto também pelo histórico temporal. Cita que as formas que eram feitas antigamente, não são as mesmas realizadas nos dias de hoje. Em seguida, o Sr. João da empresa Mil Madeiras, cita que o problema foi translado, que antigamente foi feito o registro em silves, e que agora é feito em presidente figuereido, e que não houve a passagem desse documento. Em seguida, a representante da ANOREG faz a réplica, orientando todas as maneiras que deveriam ser realizadas. Em seguida, o Deputado Sinésio Campos, cita que a comissão de geodiversidade ainda irá continuar acompanhando essas questões fundiárias entre o INCRA, ANOREG e empresas. Em seguida, a representante do INCRA cita que pode se sentar para resolver essa situação após. Cita que o analista que verifica o SIGEF não tem obrigação de verificar quais das matrículas estão de maneira correta. Mediante essa situação, o analista paralisa, deixa o requerimento sobreposto e afirma que os donos irão resolver nas questões judiciais. Em seguida, o Deputado Sinésio Campos faz o agradecimento aos representantes do TJ, EXÉRCITO, INCRA, IPAAM, MIL MADEIRAS, SPU, SECT e SEPROR. Eu Carlos Costa Filho, Assessor, Assino e Lavro Esta ata as 15:30.

Ata da Audiência Pública com a Comissão Especial – CE, Audiência Pública que tem o objetivo de debater e encaminhar providências necessárias sobre a situação do saneamento básico no Município de Parintins, especificamente sobre a vigilância e a qualidade da água fornecida pelo Sistema de Abastecimento de água em Parintins. PARINTINS, 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

Às novas horas do dia um de dezembro de dois mil e vinte e três, no Auditório do Colégio Batista de Parintins, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar SINÉSIO CAMPOS, em atenção ao requerimento nº 5370/2023 de autoria do presidente da comissão e aprovado no plenário da ALEAM por unanimidade. Em seguida, realiza os seguintes convites para a composição da mesa: Armando Silva do Vale, Presidente da COSAMA, representando o Governador Wilson Lima; Bi Garcia, Prefeito Municipal de Parintins; Alex Garcia, presidente da câmara de Parintins; Marcelo Batista Motta, Superintendente do SGB; Oziel Mineiro, secretário executivo SEMIG; Tatyana Costa Amorim, Diretora-Presidente da FVS; Leonardo Barbosa, representando a SEDURB; Fermiliano Tavares, Diretor-Presidente do SAAE; Dr. Carlossandro Albuquerque, representando a UEA (PROFAGUA); Pedro Mauta, representando o PROCON; Dra. Taysa Torres Souza, representando a Defensoria Pública. Em seguida, o Deputado Estadual Sinésio Campos declarou que o propósito desta reunião é discutir e tomar providências em relação à questão da água em Parintins. Ele informou a todos os presentes que os órgãos técnicos realizarão uma apresentação detalhada, abordando os dados técnicos pertinentes ao tema. Dando continuidade, o Prefeito de Parintins, Bi Garcia, reiterou a relevância da audiência pública. Discorreu sobre a autonomia do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), enfatizando que se trata de uma empresa municipal. Acrescentou que o SAAE conta com um sistema de vigilância de água em pleno funcionamento em Parintins. Em sequência, o Sr. Fermiliano Tavares, presidente do SAAE, assegurou que o órgão empenhará todos os esforços necessários para fornecer informações à população de Parintins e aos órgãos presentes. Ele destacou que, ao longo da audiência pública, a equipe do SAAE se prontificará a fornecer detalhes sobre a questão da água. Dando continuidade, o Presidente da Comissão de Geodiversidade, Deputado Sinésio Campos, elucidou à audiência o propósito da presença dos representantes do Governo do Estado. Destacou a existência do Termo de Cooperação Técnica de número 01/2023, que formaliza a colaboração entre a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) e a Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA). Esse acordo visa a cooperação técnica entre as partes, justificando assim a participação dos órgãos do governo estadual no evento. Além disso, o Deputado informou sobre a existência de um Termo Aditivo de Cooperação Técnica e Financeira, datado de 28 de abril de 2023, sob a coordenação da Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), assinado pelo Sr. Marcelo Campelo, representado por Leonardo Barbosa e pelo Sr. Armando Silva, presidente da COSAMA. Dando continuidade, a Sra. Tatyana Amorim, Diretora-Presidente da FVS, conduziu uma apresentação para contextualizar os dados da audiência pública. Brevemente discorreu sobre a competência do órgão e destacou o programa "Vigiagua", destinado à vigilância da água para garantir à população acesso digno ao consumo. Ela salientou a existência de uma portaria que estabelece os valores permitidos, e as atividades da FVS são pautadas por esses parâmetros. A apresentação abordou eventos passados, incluindo o relatório de 2005 do CPRM que indicava contaminação por alumínio, nitrato e amônia nos postos de distribuição de água. Em 2018, novas análises evidenciaram esses elementos, com a adição de chumbo. Tatyana Amorim destacou os impactos na saúde da população devido ao consumo de água contaminada, incluindo a possível associação com câncer de estômago. Em junho de 2019, uma audiência pública em Parintins sugeriu a substituição de poços contaminados e novas análises pela CPRM. Em agosto de 2019, a CPRM iniciou os trabalhos nos poços, concluindo que o aquífero estava comprometido por nitrato e amônia, recomendando o tratamento de esgoto de alguns poços. Destacou-se a cooperação entre a FVS e a COSAMA devido aos parâmetros adicionais de análise desta última. Em agosto de 2023, novas análises revelaram valores elevados de alumínio e nitrato. Foram apresentados dados indicando que 20 pontos dos poços excederam os limites permitidos para alumínio, e 5 para ferro, entre outros. A Sra. Tatyana Amorim concluiu, enfatizando que a audiência pública tem como objetivo unir esforços dos órgãos competentes para resolver o problema em questão. Em seguida, o Professor Carlossandro Albuquerque, representando a UEA, iniciou sua fala

saudando os participantes da mesa. Expressou que a UEA iniciou o monitoramento da água inicialmente como parte de análises de pesquisa. Ele demonstrou preocupação com a presença de alumínio, fósforo, amônia e nitrato, destacando que esses elementos estão relacionados à carência de saneamento básico para o tratamento adequado da água. Referindo-se ao trabalho do professor Menabarreto, afirmou que ele foi pioneiro nos estudos sobre a questão da água em Parintins. Agradeceu ao SAAE por permitir a coleta de água em 2018, e mencionou a detecção de traços de chumbo em alguns poços, possivelmente relacionados à termoeletrica próxima. Propôs soluções imediatas, como o fechamento de poços rasos e a perfuração de poços mais profundos e de maior qualidade. Para soluções a longo prazo, sugeriu a implementação de uma estação de tratamento de água. Finalizou ressaltando a importância de serviços públicos de qualidade para Parintins, como a segunda maior cidade do Estado do Amazonas, reconhecida nacionalmente pela cultura do boi-bumbá. Ele enfatizou que os dados das pesquisas da UEA estão disponíveis e colocou a universidade à disposição para contribuir no enfrentamento desse desafio. Ato Continuo, o Presidente da Comissão de Geodiversidade, Deputado Sinésio Campos, demonstra preocupação com os dados apresentados pela Dra. Tatyana e pelas falas do Sr. Carlossandro. Dando continuidade, o Superintendente do Serviço Geológico do Brasil no Amazonas, Marcelo Motta, conduziu uma apresentação detalhada sobre os dados da água na cidade de Parintins. Ele compartilhou com os participantes da Audiência Pública informações acerca dos pontos dos poços da cidade, exibindo também os dados obtidos em colaboração com a FVS. Marcelo destacou que o órgão emitiu recomendações para o fechamento de alguns poços e abertura de outros. Ao abordar a fiscalização realizada alguns anos atrás, mencionou a identificação de dois poços que não possuíam a documentação necessária. Apresentou uma tabela comparativa dos valores encontrados pelo SAAE e pela COSAMA, evidenciando uma notável discrepância entre os dados desses dois órgãos. Marcelo Motta ressaltou que os demais dados estão disponíveis no site do SGB e expressou agradecimentos pela participação e presença de todos na audiência. Em seguida, o Sr. Leonardo Barbosa, subcoordenador da UGPE, representando o secretário Marcelo Campelo, da SEDURB, apresentou informações sobre o PROSAL Parintins, um programa de sucesso em saneamento básico que visa a requalificação de esgotos com foco em drenagem e mobilidade urbana. Destacou que o programa abrange uma área de intervenção de 119 mil metros quadrados, exibindo aos participantes da audiência pública os perímetros da cidade de Parintins, os investimentos previstos, o custo dessas melhorias e as famílias beneficiadas por esse programa social. Além disso, discorreu sobre a questão da água proveniente dos poços e explicou como o projeto PROSAL Parintins contribuirá para a melhoria do abastecimento hídrico na cidade. Informou que os trabalhos do PROSAL tiveram início em 2020 e destacou uma situação crítica: sempre que ocorre a interrupção de energia em Parintins, o fornecimento de água também é interrompido. Isso ocorre porque não há uma reserva no sistema de abastecimento, e a água que chega às torneiras dos moradores é bombeada com base na disponibilidade de energia elétrica. Quando a luz é cortada, a distribuição de água é consequentemente afetada. Em seguida, o Sr. Armando Silva do Vale, Diretor-Presidente da COSAMA, representando na audiência o governador Wilson Lima, dirigiu saudações a todos os participantes. Destacou os 54 anos de existência da COSAMA, ressaltando os cinco anos de gestão no governo de Wilson Lima, durante os quais a companhia foi recuperada e todos os problemas de água em Nhamundá e Atalaia do Norte foram solucionados. Ao dirigir-se ao prefeito Bi Garcia, enfatizou que a análise técnica depende significativamente de quem a realiza, e apresentou os responsáveis técnicos da COSAMA responsáveis por todas as análises do órgão. Frisou que a COSAMA não possui afiliação política, sendo seu objetivo principal proporcionar água de qualidade a todos os amazonenses. Informou que, antecedendo a audiência pública, os responsáveis técnicos realizaram novas análises em relação à água de Parintins. Ato Continuo, o Presidente da Comissão de Geodiversidade, Deputado Sinésio Campos, afirma que a audiência pública foi motivada principalmente pelos laudos que foram apresentados, tanto pela COSAMA, quanto pelo SAAE, e demais órgãos competentes para a análise. Logo depois, o Sra. Adriana Simas, Gerente de Operações e Serviços da COSAMA, conduziu uma apresentação detalhada sobre a linha do tempo que motivou a atuação da COSAMA na cidade, iniciando com o termo de cooperação técnica estabelecido em 2005. Durante a apresentação, foram exibidos dados no Power BI relacionados aos poços, destacando as recomendações feitas em 2019. A Sra. Simas também compartilhou dados da COSAMA, incluindo a presença de polímeros fecais, nitrato, alumínio e amônia na água. Além disso, enfatizou a recomendação de implementação de uma estação de tratamento de água para aprimorar a qualidade do abastecimento hídrico na

região. Dando continuidade, o Sr. Iago, responsável técnico da COSAMA, apresentou os poços de abastecimento, detalhando as coletas realizadas e os dados obtidos a partir delas. Em seguida, compartilhou as análises bacteriológicas de alguns poços na cidade. Reforçou a observação feita pelo Deputado Sinésio Campos sobre o nível de pH, destacando que a portaria do Ministério da Saúde estabelece um padrão entre 6 e 9, e que os níveis de pH nos poços estão abaixo do recomendado (quanto mais baixo, mais ácido). Iago enfatizou que a portaria do Ministério da Saúde especifica que os poços deveriam conter cloro, pois atuam para neutralizar a acidez, e salientou que, na coleta realizada pela COSAMA, foi constatado a ausência de cloro, com um valor de 0. Em seguida, apresentou os dados coletados durante a semana da audiência pública em escolas e estabelecimentos comerciais locais. Informou que o pH estava em 3,7, e não havia cloro nas amostras coletadas. Além disso, destacou que a coleta de nitrato indicou níveis acima do normal. Em seguida, a Dra. Taysa Souza, representando a defensoria pública, fez uma breve consideração sobre o assunto, enfatizando a necessidade de agilizar medidas tanto a curto quanto a longo prazo. Destacou a importância de desativar poços contaminados e implementar sistemas de tratamento de água. No entanto, ressaltou que é crucial que todos os órgãos técnicos certifiquem as medidas necessárias para a efetiva resolução do problema. Ato Contínuo, o Deputado Estadual Sinésio Campos, afirma que todos os dados apresentados na audiência pública estarão disponíveis na Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento da ALEAM. Em seguida, o Sr. Adalberto, Biólogo da COSAMA, prosseguiu com a apresentação iniciada pelo Sr. Iago. Salientou que a água é um alimento essencial e destacou a necessidade de produzir água com qualidade. Alertou sobre os riscos associados à água tóxica, que podem resultar em problemas como Alzheimer, dores de cabeça, efeitos neurotóxicos, síndrome do bebê azul, câncer e outras doenças. Reafirmou a posição do presidente da COSAMA, Sr. Armando, e enfatizou o comprometimento da COSAMA em resolver todos os problemas relacionados à água na cidade de Parintins. Colocou o órgão à disposição para a realização de termos de cooperação técnica, reforçando o empenho da COSAMA na busca por soluções efetivas para a questão hídrica na região. Em seguida, o Diretor-Presidente do SAAE, Fermiliano Tavares, saudou a todos os participantes da audiência pública. Afirma que o objetivo é encontrar saídas para resolver a problemática que ocorre ao longo dos anos. Afirma que discorda de algumas colocações. Em resposta, o Deputado Sinésio Campos, afirma que discordar dos dados técnicos é desinformação. Em réplica, o Sr. Fermiliano Tavares passa a palavra ao Biólogo do SAAE. O Biólogo do SAAE enfatiza que todas as pesquisas realizadas pela COSAMA também são conduzidas pelo SAAE. Confirma que a presença de alumínio, ferro e acidez na água é uma realidade, e esclarece que a cloração ocorre apenas em um ponto de bombeamento. No entanto, discorda dos níveis de nitrato apresentados pelos órgãos técnicos. O representante do SAAE destaca que as análises são realizadas conforme as normativas estabelecidas pela portaria do Ministério da Saúde, informando que o órgão realiza cerca de 50 coletas e análises por mês. As providências relacionadas aos poços analisados por outros órgãos estão sendo tomadas pelo SAAE, evidenciando o compromisso da instituição com a qualidade da água fornecida à população. Em tréplica, o Deputado Sinésio Campos fez duas perguntas ao biólogo do SAAE. A primeira pergunta foi se os laboratórios de análises do SAAE são credenciados pelo INMETRO, e a resposta foi NEGATIVA. A segunda pergunta foi se a água de Parintins é boa e potável para o consumo humano, e a resposta também foi NEGATIVA. Essas respostas indicam questões importantes sobre a qualidade da água na região e a capacidade de certificação dos processos de análise realizados pelo SAAE. Em seguida, o Presidente da Comissão de Geodiversidade, Deputado Sinésio Campos, abriu a palavra aos participantes e à população presente na reunião. Posteriormente, a Sra. Cássia, discursou representando os acadêmicos da cidade de Parintins. Expressou sua indignação em relação ao lixo da cidade, destacando que esta questão agrava a saúde das pessoas. O posicionamento ressalta a preocupação não apenas com a qualidade da água, mas também com outros aspectos ambientais que impactam a comunidade. Sem demora, o Professor José Camilo, discursou sobre as falas apresentadas pelos órgãos técnicos. Ele expressou preocupação com a incidência acima da média de problemas gastrointestinais em Parintins, sugerindo uma possível relação com a qualidade da água. O professor questionou se o SAAE possui estrutura adequada para alterar essa realidade em relação à água em Parintins, destacando a importância de ações efetivas para garantir a saúde da população. Dando a resposta, o Sr. Armando do Vale, Diretor-Presidente da COSAMA e Representante do Governo do Estado do Amazonas, destacou que o saneamento é uma questão desafiadora demandando soluções a médio e longo prazo. Ele enfatizou que o objetivo da COSAMA é auxiliar

o SAAE na resolução dessa questão, mencionando que o primeiro passo em Parintins é garantir a cloração em todos os poços. Armando reiterou que a COSAMA está disposta e tem a capacidade de ajudar o SAAE a enfrentar o problema da qualidade da água em Parintins. Novamente, o Professor José Camilo, encaminhou algumas propostas de soluções. Propôs a incorporação da Estação de Tratamento de Água (ETA) no PROSAL, bem como a realização de um estudo e planejamento para a criação de uma estação de tratamento de água em Parintins. Sugeriu a perfuração de poços de reserva, destacando a importância de unir esforços para fortalecer o SAAE. Além disso, solicitou um estudo da CPRM para a análise geológica da cidade de Parintins, visando identificar o melhor local para a implementação de poços. Propôs a canalização de recursos ou empréstimos como forma de viabilizar as ações necessárias. Por fim, sugeriu a consideração de uma gestão mista entre o município e o estado, ou uma gestão público-privada em relação ao SAAE, como estratégias para aprimorar a gestão e a eficiência no fornecimento de água. Em seguida, o Vereador de Parintins, Telo Pinto, cumprimentou todos os representantes e participantes da audiência pública. Expressou sua preocupação com os dados técnicos apresentados e questionou quando ocorrerá a mudança da situação no município. Ressaltou que a situação atual é alarmante e reiterou o pedido por um cronograma definido para a melhoria da qualidade da água em Parintins. O vereador enfatizou a importância de ações concretas e prazos estabelecidos para resolver a problemática enfrentada pela comunidade. Logo Depois, a Professora Ângela Maria da Silva questionou o que poderia ser feito de imediato para melhorar a qualidade da água. Ela destacou que a cloração da água não remove o nitrato e levantou a questão de se seria necessário que todos passassem a comprar água mineral ou instalar filtros nas torneiras. Ângela afirmou que muitas pessoas na comunidade não têm condições financeiras para arcar com esses custos. A professora ressaltou a urgência de soluções acessíveis e imediatas para garantir o acesso da população a água de qualidade. Em seguida, a Vereadora de Parintins, Márcia Baranda, agradeceu pela realização da audiência pública, destacando a importância desse evento para a cidade. Ela enfatizou que muitas pessoas na comunidade não têm condições de comprar água mineral e expressou sua preocupação, ressaltando que a água está contaminada desde 2005. A vereadora demonstrou uma grande preocupação com os altos níveis de nitrato na água, alertando para os potenciais riscos à saúde humana, como leucemia, linfoma, câncer, e outros problemas relacionados à contaminação. Logo Após, a Professora Maria Aurilene Cordeiro saudou todos os participantes da audiência pública e fez algumas ponderações relevantes. Em relação à água dos peixes, ela mencionou uma forte contaminação por mercúrio, atribuída ao excesso de mineração e exploração na região amazônica. Aurilene enfatizou que não deveria haver uma "guerra de laudos" e destacou que os problemas na água de Parintins existem desde 2005. A professora sugeriu que o SAAE está sucateado, apontando para a presença de apenas 4 servidores na audiência pública e questionando a capacidade de resolver o problema. Convidou os presentes a experimentarem a água de local, alertando para a presença de nitrato, amônia e polímeros fecais. Ela discutiu as diferenças entre o Brasil e a Europa, salientando que os brasileiros enfrentam desafios básicos de saúde sem solução. Finalizou fazendo um encaminhamento enfático para que todos os órgãos parem de falar e comecem a agir diante da situação crítica. Em seguida, a Professora Maria de Fátima Guedes saudou todos os participantes da audiência pública. Ela afirmou que desde 2005 já havia movimentos, incluindo da classe de professores, para que a cidade de Parintins tomasse providências em relação à qualidade da água. Ela destacou que, desde aquela época, havia uma certa resistência e até boicote, inclusive por parte da rádio local, desmerecendo o trabalho realizado em 2005. A professora sugeriu a implementação de mais programas educativos de saúde para os moradores de Parintins. Solicitou à Câmara Municipal e à Secretaria de Saúde que apresentassem projetos educacionais em saúde para informar e conscientizar a população sobre a importância da qualidade da água e práticas de higiene. Em seguida, o Sr. Joselito Pimentel agradeceu a todos os presentes na mesa pela realização da audiência pública. Ele mencionou a existência de estudos, encaminhamentos e outras informações relacionadas à água na cidade. Destacou que existem exemplos de sucesso em todo o mundo para resolver problemas semelhantes. Finalizou sugerindo como encaminhamento que, a partir da audiência pública, fosse formado um grupo de trabalho composto por técnicos do estado, da prefeitura e do SAAE. Essa proposta visa reunir especialistas de diferentes áreas para colaborar na busca por soluções efetivas para os desafios relacionados à qualidade da água em Parintins. Em seguida, o Sr. Floriano expressou seu apreço pela sugestão do SGB para realizar estudos nas ilhas ao redor de Parintins, visando melhorar a qualidade da água. Ele destacou que desde 2005, o então prefeito Bi Garcia recebeu

recomendações para resolver o problema. Floriano manifestou sua incompreensão em relação à nota de esclarecimento do SAAE, que afirmou que a COSAMA não possui papel de fiscalização ou regulamentação do sistema de água em Parintins. O participante reiterou seu apelo ao prefeito Bi Garcia para que tome medidas efetivas para solucionar o problema da qualidade da água na cidade. Através dessas intervenções, ele demonstrou sua preocupação e desejo de uma resolução eficaz para a questão enfrentada pela comunidade. Ato Contínuo, o Deputado Sinésio Campos, faz uma breve leitura de uma carta que chegou da Sra. Rosa Nunes. Em seguida, o Vereador Matheus Assayag, se pronuncia afirmando que esse é um problema que existe desde 2005, e afirma que um dos desejos do mesmo é que possam ser dados encaminhamentos ao final da audiência pública. Dando continuidade, o chefe de fiscalização do Procon-AM, Pedro Malta, firmou que à luz do código da lei do consumidor, todos os produtos devem estar em conformidade com os padrões de saúde para o consumidor final. Ele destacou que alguns artigos do código do consumidor criminalizam empresas, produtos ou serviços que não estejam em conformidade com essas normas. Pedro colocou o PROCON à disposição para tratar dessa demanda específica, indicando a disposição do órgão em lidar com questões relacionadas à qualidade da água em Parintins e garantir os direitos dos consumidores. Em seguida, o Deputado Sinésio Campos, agradeceu a todos os participantes pelas contribuições apresentadas durante a audiência pública. Expressou também sua gratidão aos representantes que estavam presentes na mesa. O deputado ressaltou que não existe uma "guerra de laudos", mas informou que a água de Parintins não é própria para o consumo humano. Como encaminhamento, anunciou que irá direcionar as análises do SAAE ao INMETRO, buscando acompanhamento e validação externa desses resultados. Essa medida visa garantir uma avaliação independente e transparente da qualidade da água na cidade de Parintins. Ato Contínuo, o Presidente da Câmara de Parintins, o vereador Alex Garcia, parabeniza a todos pela realização da audiência pública. Sugere um termo de cooperação técnica ao final da audiência. Logo depois, a Diretora-Presidente da FVS, Sra. Tatyana, coloca o órgão à disposição para a resolução do problema. Em seguida, o superintendente do SGB, Marcelo Motta, também coloca o órgão à disposição para a resolução do problema. Em seguida, o Prefeito Bi Garcia fez algumas indagações em relação a algumas falas apresentadas. Sobre o lixo, ele afirmou que foi realizado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para resolver esse problema, incluindo a transferência do lixo para outra localidade. Bi Garcia explicou que estão aguardando a aprovação do TAC pelo Tribunal de Contas e que os recursos prometidos ainda não chegaram a Parintins. Ele destacou os esforços contínuos da cidade para resolver a questão do lixo, incluindo planos de viagem para Chapecó para conhecer um programa de processamento de resíduos sólidos. Além disso, o prefeito mencionou que o governo federal passado, suspendeu o financiamento de resíduos sólidos para municípios com até 100 mil habitantes, mas agora, no governo Lula, estão trabalhando para restabelecer esses recursos. Sobre a questão dos poços contaminados em 2005, Bi Garcia afirmou que todos os 10 poços foram trocados e tamponados. Acrescentou que conseguiram recursos para construir 10 poços, mas conseguiram construir 11. Ele explicou que houve investimentos em redes, mas quando o prefeito seguinte assumiu, o projeto não teve continuidade, indicando uma interrupção por questões políticas. Bi Garcia ressaltou que muitos investimentos no SAAE são feitos pela prefeitura, mencionou a redução da inadimplência de 70% para 50%, e expressou a expectativa de que esse número continue diminuindo. Ele assegurou que a administração continuará trabalhando e buscando parcerias para resolver essa questão crítica. Em seguida, o Diretor-Presidente da COSAMA, Sr. Armando Silva do Vale, afirmou que o governador Wilson Lima tem grande vontade de resolver o problema da qualidade da água em Parintins. Ele reiterou que, apesar de ser necessário realizar diversas mudanças, é possível sim recuperar os poços e melhorar a qualidade da água na cidade. Armando Silva do Vale expressou otimismo em relação à possibilidade de solucionar essa questão, enfatizando a determinação do governo em encontrar uma solução efetiva para o problema enfrentado pela comunidade. EM SEGUIDA, O PREFEITO BI GARCIA, AFIRMA QUE O MUNICÍPIO DE PARINTINS IRÁ BUSCAR A PARCEIRIA COM O GOVERNO DO ESTADO E O GOVERNO FEDERAL E AFIRMA QUE O MUNICÍPIO IRÁ MANDAR A PROPOSTA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UM DIA APÓS A AUDIÊNCIA PÚBLICA. Em seguida, o DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 14h30min. E para constar, eu, Carlos Costa Filho, assessor da CGRHMGES/ALEAM, lavrei esta Ata.

ATA DE COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 12 DE dezembro DE 2023. PRESIDENTE DA COMISSÃO: DEPUTADO ADJUTO AFONSO.

Às onze horas e trinta minutos do dia 12 de dezembro de 2023, nos termos do Regimento Interno dessa ALEAM, conforme Resolução Legislativa nº 469, de 16 de março de 2010. No que se refere as proposições relacionadas abaixo, os seus respectivos pareceres favoráveis, foram devidamente inseridos e disponibilizados no Sistema de apoio ao Processo Legislativo – SAPL por meio da pauta de reunião ordinária para apreciação e deliberação dos Deputados(as) membros da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE. Presentes no início da reunião os(as) deputados(as) Adjuto Afonso (Presidente), Alessandra Campêlo, George Lins, Rozenha e João Luiz. Registra-se a chegada do Deputado Wilker Barreto, após o início. Observa-se que dado início a reunião os deputados acordaram em inverter a ordem das proposições, deliberando na sequência os seguintes itens: 1. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1012 DE 2023, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2024.”. Com PARECER FAVORÁVEL da RELATORA Dep. Alessandra Campêlo. 2. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 927 DE 2023, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2024-2027.”. Com PARECER FAVORÁVEL do RELATOR Dep. Adjuto Afonso. 3. OFÍCIO Nº 745 DE 2023, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, que “Encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado do Amazonas, referente ao exercício financeiro de 2021.”. Com PARECER FAVORÁVEL do RELATOR Dep. Adjuto Afonso. Ato contínuo, em discussão, a Deputada Alessandra Campêlo explicitou e apresentou o parecer definitivo do Projeto de Lei Ordinária nº 1012, que estima a receita e fixa despesa do Estado para exercício financeiro de 2024. Fora proposto pela deputada o seguinte: “Que seja encaminhado um documento para o governo para analisar quais emendas não foram aprovadas mas que podem ficar como sugestão para posterior e possível execução.”. O parecer da Deputada Alessandra Campêlo fora aprovado à unanimidade dos membros presentes. Dando continuidade, já em discussão o item 2 da ordem registra-se a chegada do Deputado Wilker Barreto, que solicitou questão de ordem, que fora concedida pelos outros membros, com as seguintes palavras: “Primeiramente a comissão da Comissão de Assuntos Econômicos para apreciação do PPA e LOA realizou o chamamento de no mínimo 24h conforme regimento interno desta casa disponibilizado no sistema. O relatório fora apresentado no início da reunião de forma física, impossibilitando aos parlamentares que apresentaram emenda ter o direito de questionar o parecer.”. Outrossim, em ato contínuo, os Deputados membros analisaram os pareceres favoráveis das proposituras suprarrelacionadas e consideraram aprovadas, nos termos do inciso II do artigo 26, inciso IV do Art. 121, parte inicial do parágrafo único do artigo 122, todos da Resolução Legislativa nº 469, de 16 de março de 2010 – Regimento Interno, Ainda em tempo, registra-se que após sua questão de ordem, o Deputado Wilker Barreto pediu licença e retirou-se da reunião, antes da apreciação dos demais itens da pauta. Nesse sentido, a sessão encerrou-se as doze horas do mesmo dia. E para constar, eu, Bruno Feitosa da Cunha, assessor da CAE, certifico a autenticidade da presente ata de reunião ordinária.

PAÇO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de dezembro de 2023.

Deputado ADJUTO AFONSO
Presidente

Deputado GEORGE LINS
Membro

Deputada MAYARA PINHEIRO
Vice-Presidente

Deputado WILKER BARRETO
Membro

**Deputada ALESSANDRA
CAMPÊLO**
Membro

Deputado FELIPE SOUZA
1º Suplente

Deputado JOÃO LUIZ
Membro

Deputado Sinésio Campos
2º Suplente

Deputado ROZENHA
Membro

Deputado Cabo Maciel
3º Suplente

ATAS PLENARIAS

ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 27 DE SETEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e sete de setembro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ROBERTO CIDADE, com a presença dos Deputados:** Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Carlinhos Bessa, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Daniel Almeida, Delegado Péricles, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Doutora Mayara, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Mário César Filho, Mayra Dias, Rozenha, Thiago Abraham e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Comandante Dan, Sinésio Campos, Wanderley Monteiro e a Deputada Débora Menezes tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 340, 49, 113 e 181/2023, respectivamente. **Na Fase Preliminar, a Secretária, Deputada ALESSANDRA CAMPÊLO, procedeu à leitura do EXPEDIENTE** que constou dos **Ofícios:** 1. n.º 108/2023-CMB, do Senhor Marlos José Nogueira Monteiro, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, solicitando listagem dos Deputados com respectivos valores de Emendas Parlamentares impositivas destinadas ao Município de Barcelos, no período de 2020 até a presente data (2023.9.47753); 2. n.º 14/2023-CMMPU, do Vereador Manoel Alberto Benício Brito, Presidente da Câmara Municipal de Manacapuru, encaminhando cópia da Indicação n.º 393/2023, de autoria do Vereador Wanderley Barroso, aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária do dia 08/08/2023, naquele Poder Legislativo (2023.9.47704); 3. n.º 2422, 2419 e 2429/2023-ACC, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, respondendo aos Requerimentos: I - n.º 3482, 3105 e 2027/2023, de autoria do Deputado João Luiz, que solicitou a recuperação do Ramal Sulivan Portela, localizado no Município de Rio Preto da Eva/AM; a atenção às necessidades da Escola Estadual Cel. Raimundo Cunha, localizada no Município de Benjamin Constant/AM; e a inclusão imediata na

programação de execução de obras do primeiro semestre de 2023, para asfaltamento do Ramal da Comunidade Nova Esperança (KM 19 da Rodovia AM-070) (2023.9.47698, 47696 e 47916); 4. n.º 3309/2023-SES, do Senhor Jani Kenta Jwata, Secretário-Executivo da Secretaria Estadual de Saúde, encaminhando Folha de Informação n.º 143/2023, que tem por objeto a conjugação de recursos para custear o atendimento especializado na área de Oftalmologia visando a reabilitação visual da população carente, com idade igual ou maior de 40 anos de idade (2023.9.47761). **Neste momento, o Presidente iniciou a Ordem do Dia e suspendeu a Reunião para alinhar a pauta de votação. Reabertos os trabalhos, o Presidente Roberto Cidade fez verificação de quórum, estando presentes os Deputados:** Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Carlinhos Bessa, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Daniel Almeida, Delegado Péricles, Doutor George Lins, Doutora Mayara, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Mário César Filho, Mayra Dias, Rozenha e Wilker Barreto. **Havendo quórum regimental, o Secretário-Geral, Deputado JOÃO LUIZ, procedeu à leitura da Pauta, em Discussão Geral e Votação Única:** 1. **Projeto de Lei n.º 836/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 80/2023, "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a incluir ação no Plano Plurianual - PPA 2020/2023 e a abrir crédito adicional especial no Orçamento Fiscal vigente da Administração Indireta, que especifica".** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Felipe Souza); e de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Adjuto Afonso). **Em votação, aprovado;** 2. **Projeto de Lei n.º 895/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 94/2023, "Altera a redação do artigo 5.º da Lei n.º 6.257, de 16 de junho de 2023, que incorpora à legislação tributária do Estado os Convênios ICMS celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, e Acrescenta o artigo 56-C à Lei n.º 2.826, de 29 de setembro de 2003, que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais nos termos da Constituição do Estado."** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Adjuto Afonso). **Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Wilker Barreto** votou contra porque não teve tempo de analisar a matéria e manifestou preocupação porque trata de ICMS; **Carlinhos Bessa** explicou que a matéria estaria corrigindo um outro Projeto já aprovado na Casa, especificando qual o biodiesel deveria receber o ICMS mais baixo; **Adjuto Afonso** orientou que votasse favorável porque a matéria seria importante para o Estado; **Delegado Péricles** acrescentou que o Projeto suprime o inciso I da Lei 6.257 já aprovada pela Casa retirando o biodiesel comum que não faz parte; **Felipe Souza** observou que a concessão do benefício seria para o óleo diesel do tipo A e do tipo B prorrogando até dezembro, uma vez que a Lei anterior iria até julho. **Em votação, aprovado com voto contrário do Deputado Wilker Barreto;** 3. **Projeto de Lei n.º 908/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 95/2023, "Altera, na forma que especifica, a remuneração dos servidores públicos do Sistema Estadual de Saúde, constante da Lei Promulgada n.º 70, de 14 de julho de 2009, e da Lei n.º 3.469, de 24 de dezembro de 2009"**. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); e Parecer Conjunto das Comissões de Assuntos Econômicos; de Obras,

Patrimônio e Serviços Públicos; e de Saúde e Previdência (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo). **Em discussão, o Deputado Wilker Barreto** afirmou que a matéria seria de consenso na Casa, já que trata de reajustar o salário dos servidores da saúde para compensação inflacionária, no entanto ponderou que a Casa precisaria avançar em outras pautas da saúde, mediando o problema, visto que não existe diálogo entre os servidores e a Secretaria de Saúde. Lembrou que quando o piso salarial da enfermagem foi anunciado, imediatamente formalizou um Requerimento ao Secretário de Saúde pedindo que providenciasse o estudo de impacto da Folha por ser uma Lei que deve ser cumprida. Propôs que a Assembleia recebesse uma Comissão de servidores que estavam na galeria a fim de discutir as questões mais urgentes. **Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Wilker Barreto** declarou seu voto favorável e rememorou que o resultado da CPI da Saúde de 2020 foi enviada ao Ministério Público com vários indiciamentos e o Órgão não deu continuidade. Apelou que a TAG (Termo de Ajustamento de Gestão) pudesse ser votada porque os servidores estão há sete meses sem receber e esse problema precisa ser resolvido, como também a concessão do piso salarial; **Doutora Mayara** cumprimentou os servidores da saúde presentes em plenário e declarou seu voto favorável concordando que os servidores da saúde de ponta precisam ser valorizados. Anunciou que recebeu uma mensagem do Secretário Jani Kenta explicando que a base de negociação acerca do piso salarial estaria sendo feita junto ao Sindicato. Convidou dois ou três servidores da galeria a se reunirem na Sala Vip a fim de alinhar a pauta que eles reivindicam. **Em votação, aprovado por unanimidade. Neste momento, o Presidente Roberto Cidade explicou que foi até a galeria logo cedo e prometeu que a Presidente da Comissão de Saúde iria recebê-los. 4. Projeto de Decreto Legislativo n.º 29/2023, da Comissão Especial, “Aprova os nomes que especifica para composição do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do Fundeb. (Maysa Girlane Araújo Amorim e Michelle Evangelista dos Santos)”. Relator: Deputado Cabo Maciel. Enviado pela Mensagem Governamental n.º 75/2023. Em votação, aprovado; 5. Projeto de Decreto Legislativo n.º 31/2023, da Comissão Especial, “Aprova o nome que especifica para composição do 2º Conselho Permanente de Disciplina da Polícia Militar do Amazonas (Capitão QOAPM Joselmo Silva Moraes)”. Relator: Deputado Comandante Dan. Enviado pela Mensagem Governamental n.º 76/2023. Em votação, aprovado; 6. Projeto de Decreto Legislativo n.º 32/2023, da Comissão Especial, “Aprova os nomes que especifica para composição do Conselho Fiscal da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. (Maria Neblina Marães e Maria Edinelza Oliveira Damasceno)”. Relatora: Deputada Joana Darc. Enviado pela Mensagem Governamental n.º 79/2023. Em votação, aprovado. Neste momento, com anuência do Plenário, o Presidente iniciou a votação em Bloco, informando que seriam retirados de Pauta os itens 9 e 10, referentes aos Projetos de Lei n.º 390 e 391/2021, ambos de autoria da Deputada Joana Darc. 7. Projeto de Lei n.º 559/2020, da Deputada Doutora Mayara, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de dar prioridade à população do interior no Sistema de Marcação de Consultas de Exames (Sisreg), no Estado do**

Amazonas, e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional (Relator: Deputado Thiago Abraham); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Cabo Maciel). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 194/2023. **Em discussão, o Deputado Wilker Barreto** parabenizou a Deputada Mayara pela propositura que alcança os interioranos e refletiu sobre a falta de andamento da fila do Sisreg pontuando que isso acontece porque muitos pacientes que poderiam estar alocados no Hospital devido, estão ocupando leitos em Hospitais que são Prontos-Socorros. **Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Mayra Dias e do Deputado Doutor George Lins; 8. Projeto de Lei n.º 370/2021, do Deputado Roberto Cidade, “Autoriza a Criação, pelo Poder Executivo, do Programa de Qualidade de vida da Mulher durante o Clímatério e Pós-clímatério nos estabelecimentos públicos de saúde do Estado do Amazonas”. Recebeu Substitutivo do autor”. A matéria também recebeu emenda modificativa da Deputada Alessandra Campêlo. Com Pareceres Favoráveis, nos termos da emenda, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); de Assuntos Econômicos (Relator Deputado Dr. George Lins); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Cabo Maciel); e da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa (Relator: Deputada Alessandra Campêlo). Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 05/2023. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Doutor George Lins, Felipe Souza, Rozenha e das Deputadas Joana Darc, Mayra Dias e Alessandra Campêlo; 11. Projeto de Lei n.º 480/2021, da Deputada Doutora Mayara, “Altera, na forma que especifica, a Lei n. 5.484, de 2 de maio de 2021, que ‘Dispõe sobre o transporte de animais domésticos em transporte aquaviário.’ Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Thiago Abraham); de Assuntos Econômicos (Relator: Então Deputado Dermilson Chagas - Parecer admitido pela atual composição da CAE, nos termos do art. 168 do Regimento); de Transporte, Trânsito e Mobilidade (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); e de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Relatora: Deputada Joana Darc). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 194/2023. **Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 12. Projeto de Lei n.º 13/2022, da Deputada Joana Darc, “Dispõe sobre a adoção do Sistema de Inclusão Escolar “ABA” para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas da Rede Pública”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes); e de Educação (Relator: Deputado Thiago Abraham). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 10/2023. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Cabo Maciel, Rozenha e das Deputadas Mayra Dias e Alessandra Campêlo; 13. Projeto de Lei n.º 37/2022, do Deputado João Luiz, “Altera o Caput do Art. 24 da Lei 4.605, de 28 de maio de 2018, que Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional no Estado do Amazonas. (Valor de********

inscrição em concurso público”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Wilker Barreto); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Delegado Péricles). Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 85/2023. **Em votação, aprovado; 14. Projeto de Lei n.º 48/2022, da Deputada Doutora Mayara, “Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 5.343 de 14 de dezembro de 2020, que “Determina a comunicação, por parte dos condomínios residenciais, conjuntos habitacionais e congêneres, sobre os casos de agressões domésticas contra mulheres, na forma que especifica, no âmbito do Estado do Amazonas” e dá outras providências”.** Recebeu Substitutivo da Deputada Alessandra Campêlo. Com Pareceres Favoráveis, nos termos do Substitutivo, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dr. George Lins); da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); e de Segurança Pública (Relator: Deputado Comandante Dan). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 194/2023. **Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 15. Projeto de Lei n.º 71/2022, do Deputado Roberto Cidade, “Dispõe sobre a Política Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, no Estado do Amazonas”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Wilker Barreto); da Mulher, Família e da Pessoa Idosa (Relatora: Deputada Joana Darc); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 05/2023. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Cabo Maciel, Rozenha, João Luiz e das Deputadas Joana Darc, Mayra Dias e Alessandra Campêlo; 16. Projeto de Lei n.º 74/2022, da Deputada Joana Darc, “Dispõe sobre a profissionalização e reinserção no mercado de trabalho de pais ou responsáveis por pessoas com deficiência, em caso de falecimento destes”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Thiago Abraham); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau – Parecer admitido pela atual composição da CAE, nos termos do art. 168 do Regimento); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 10/2023. **Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Mayra Dias; 17. Projeto de Lei n.º 205/2022, da Deputada Doutora Mayara, “Dispõe sobre a permanência do profissional Fisioterapeuta nas maternidades públicas e privadas”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa (Relatora: Deputada Mayra Dias); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Wilker Barreto). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 194/2023. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Cabo Maciel, Roberto Cidade, João Luiz, Rozenha, e das Deputadas Joana Darc e Mayra Dias; 18. Projeto de Lei n.º 318/2022, do Deputado Doutor Gomes, “Institui, no**

âmbito do Estado, o Dia Estadual do Capelão Civil”.

Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Rozenha); Cultura e Economia Criativa (Relator: Deputado Wanderley Monteiro). Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n. 173/2023. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Daniel Almeida, João Luiz, Felipe Souza, Rozenha e Roberto Cidade; 19. Projeto de Lei n.º 3/2023, do Deputado Carlinhos Bessa, “Estabelece diretrizes de atenção integral à saúde da mulher no Estado do Amazonas, e dá outras providências”.** Com Pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputada Alessandra Campêlo); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Dra. Mayara Pinheiro); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Cabo Maciel); e da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa (Relatora: Deputada Mayra Dias). **Em discussão, o Deputado Carlinhos Bessa** explicou que o Projeto quer que o Estado crie uma diretriz mais rápida para a saúde da mulher, visto que muitas mulheres do interior demoram a ter acesso a consultas e exames e com a propositura essa realizada será mudada. **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Doutor George Lins, Cabo Maciel, Felipe Souza, João Luiz, Rozenha, Roberto Cidade e das Deputadas Alessandra Campêlo, Joana Darc e Mayra Dias. Questão de Ordem, o Deputado Cristiano D’Angelo solicitou a retirada do item 20 da Pauta referente ao Projeto de Lei n.º 212/2023, de sua autoria, sendo atendido pelo Presidente. 21. Projeto de Lei n.º 214/2023, do Deputado Daniel Almeida, “Institui a ‘Semana da Mulher Indígena’, no âmbito do Estado do Amazonas”.** Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa (Relatora: Deputada Dra. Mayara Pinheiro) e de Política sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa (Relator: Deputado João Luiz). **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Cabo Maciel, João Luiz, Carlinhos Bessa, Rozenha, Roberto Cidade e das Deputadas Alessandra Campêlo, Mayra Dias e Joana Darc; 22. Projeto de Lei n.º 283/2023, do Deputado Rozenha, “Institui a Política Estadual de atendimento, acompanhamento às pessoas portadoras da Síndrome da Fibromialgia e dá outras providências”.** Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emenda do Relator, Deputado Felipe Souza; e Pareceres Favoráveis, nos termos da emenda, das Comissões de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dr. George Lins); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. Gomes); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Cabo Maciel, Roberto Cidade e das Deputadas Joana Darc e Mayra Dias; 23. Projeto de Lei n.º 289/2023, do Deputado Roberto Cidade, “Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas, no Estado do Amazonas”.** Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emenda do Relator, Deputado Carlinhos Bessa; e Pareceres Favoráveis, nos termos da emenda, das Comissões de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. Gomes); e de

Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Relatora: Deputada Joana Darc). **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Cabo Maciel, Rozenha e das Deputadas Joana Darc e Mayra Dias; 24. Projeto de Lei n.º 357/2023, da Deputada Mayra Dias, “Dispõe sobre a implementação de estratégias para a saúde mental na instituição de ensino público e privada”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emenda da Relatora, Deputada Débora Menezes; e Pareceres Favoráveis, nos termos da emenda, das Comissões de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. George Lins); e de Educação (Relator: Deputado Cabo Maciel). **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Cabo Maciel, João Luiz, Rozenha, Doutor George Lins, Roberto Cidade e das Deputadas Joana Darc e Alessandra Campêlo; 25. Projeto de Lei n.º 389/2023, do Deputado Delegado Péricles “Revoga as Leis Promulgadas n.ºs 149, de 21 de maio de 2013 e 371, de 05 de maio de 2017, e as Leis Ordinárias n.º 4.915, de 12 de setembro de 2019, 5.099, de 14 de janeiro de 2020, 5.652, de 21 de outubro de 2021 e 6.021, de 03 de agosto de 2022”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Débora Menezes); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. George Lins); de Segurança Pública (Relator: Deputado Comandante Dan). Recebeu Parecer Contrário da Comissão de Defesa do Consumidor (Relator: Deputado Sinésio Campos). **Em votação, aprovado. Neste momento, os Deputados Abdala Fraxe, Doutor Gomes e Thiago Abraham adentraram ao plenário. 26. Projeto de Lei n.º 413/2023, da Deputada Mayra Dias, subscrito pelo Deputado Mário César Filho, “Estabelece a igualdade e oportunidade no mercado de trabalho para pessoas LGBTQIAPN+, com medidas de proteção contra a discriminação e dá outras providências”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emendas da Relatora, Deputada Alessandra Campêlo; e Pareceres Favoráveis, nos termos das emendas, das Comissões de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Rozenha); de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes); e de Assistência Social e Trabalho (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo). **Em discussão, os Deputados: Delegado Péricles** explicou que em relação à admissibilidade, o Projeto seria inconstitucional por se tratar de competência da União e afirmou que em relação ao mérito, a igualdade e a oportunidade no mercado de trabalho deveriam ser para todos e não somente para as pessoas LGBTQIAPN+, por isso seu voto é contrário; **Rozenha** opinou que o projeto não prevê privilégio para a comunidade Gay, apenas visa que essas pessoas não sejam discriminadas quando procurarem trabalho, por isso votou a favor e subscreveu; **Doutor George Lins** concordou que o Projeto visa combater a discriminação e que os LGBTQIAPN+ precisam ter seus direitos resguardados e subscreveu a matéria; **Mário César Filho** esclareceu que subscreveu o Projeto porque, no dia a dia, o que se vê é a discriminação das pessoas LGBTQIAPN+ no que tange ao mercado de trabalho e ponderou que estabelecer igualdade é um ato cristão; **Joana Darc** subscreveu a matéria e clarificou que o Projeto não estaria mudando normas trabalhistas ou criando novos direitos, apenas garantindo que não haja discriminação com os LGBTQIAPN+; **João Luiz** parabenizou pelo Projeto******

por dar condições de igualdade, no entanto opinou que quando se trata de mercado de trabalho o que vale é a competência, logo todas as pessoas deveriam ter igualdade e oportunidade. Lembrou dos indígenas e dos negros que também deveriam ser arrolados e sugeriu que fosse feita uma emenda verbal incluindo os demais segmentos. Afirmou que se a emenda fosse feita, votaria a favor, porém se não fosse, votaria contra; **Alessandra Campêlo** assegurou que toda política afirmativa que visa combater a discriminação é bem-vinda e apresentou alguns dados alarmantes acerca das pessoas LGBTQIAPN+ no que tange ao mercado de trabalho e considerou o Projeto uma questão de direito humano. **Em Encaminhamento de Votação, a Deputada Mayra Dias** garantiu que o Projeto quer dar mais igualdade às pessoas LGBTQIAPN+ que são muito discriminadas e agradeceu aos Parlamentares que apoiaram a matéria; **Joana Darc** mencionou a Constituição Estadual para respaldar que os negros e os indígenas estão amparados no sentido de não ter discriminação no mercado de trabalho e, por isso, ao aprovar o Projeto, as outras classes não estariam sendo excluídas. Lamentou que quando se trata de pessoas LGBTQIAPN+ sempre há essa argumentação de que tem que incluir as outras classes. Parabenizou a Deputada Mayra Dias pela iniciativa; **Felipe Souza** opinou que o Projeto mais discrimina do que inclui porque, no mercado de trabalho, o que vale é a competência; **Delegado Péricles** preferiu a leitura da CLT no artigo 461 que proíbe a discriminação no mercado de trabalho e concordou que o Projeto causa mais exclusão do que inclusão. **Em votação, aprovado com voto contrário dos Deputados Felipe Souza e Delegado Péricles, sendo que o voto do Deputado João Luiz não foi computado por ele ter se ausentado momentaneamente do plenário; e subscrição dos Deputados Rozenha, Doutor George Lins e da Deputada Joana Darc; 27. Projeto de Lei n.º 500/2023, do Deputado Thiago Abraham, “Institui o direito do contribuinte de ter acesso a meios e formas de pagamento digital, tais como Pix, ou outras inovações que sejam desenvolvidas para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições. Recebeu emenda do autor, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: “Dispõe sobre a possibilidade do contribuinte de ter acesso a meios e formas de pagamento digital, tais como Pix, ou outras inovações que sejam desenvolvidas para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições”. Com Pareceres Favoráveis, nos termos da emenda, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Rozenha); de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). **Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Daniel Almeida, Carlinhos Bessa, Roberto Cidade, Doutor George Lins e da Deputada Joana Darc; 28. Projeto de Lei n.º 621/2023, do Deputado João Luiz, “Concede o Título de Cidadã do Amazonas à Ilustre Sra. Rosylene Oran Barros de Menezes”. Com parecer favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em votação, aprovado; 29. Projeto de Lei n.º 677/2023, do Deputado Roberto Cidade, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Promotor de Justiça Igor Starling Peixoto”. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Especial (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em votação, aprovado; Projeto de Lei n.º 681/2023, do Deputado Comandante Dan, subscrito pelo Deputado Mário César Filho,********

“Dispõe sobre a implementação de medidas em ambiente escolar para prevenir e combater a violência doméstica contra crianças e adolescentes, e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Pércles); e de Educação (Relator: Deputado Cabo Maciel). **Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Daniel Almeida e das Deputadas Joana Darc e Mayra Dias; 31. 708/2023, do Deputado Delegado Pércles, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Sr. Francisco Ramos da Silva”. Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Carlinhos Bessa). Em votação, aprovado; 32. 725/2023, da Deputada Mayra Dias, “Institui a criação da Semana da Comunicação Não-Violenta (CNV), realizada anualmente em instituições públicas e privadas e voltada a estudantes do ensino fundamental, ensino médio e do ensino superior em licenciatura”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Pércles); e de Educação (Relator: Deputado Cabo Maciel). Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Rozenha; 33. Projeto de Lei n.º 801/2023, do Deputado Delegado Pércles, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Dr. Márcio Lopes Cavalcante, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e fundador do site “Dizer o Direito”. Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Carlinhos Bessa). Em votação, aprovado; 34. Projeto de Resolução Legislativa n.º 58/2023, do Deputado Roberto Cidade, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Excelentíssimo Senhor Wilson Miranda Lima, Governador do Estado do Amazonas”. Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Delegado Pércles). Em votação, aprovado com voto contrário do Deputado Wilker Barreto e subscrição dos demais Deputados presentes em Plenário, a saber: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Carlinhos Bessa, Cabo Maciel, Cristiano D’Angelo, Daniel Almeida, Delegado Pércles, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Mário César Filho, Mayra Dias, Rozenha e Thiago Abraham. Em seguida, aprovou, em Bloco, a Redação Final dos Projetos de Lei n.º 836/2023, 895/2023, 908/2023, 559/2020, 370/2021, 480/2021, 13/2022, 37/2022, 48/2022, 71/2022, 74/2022, 205/2022, 318/2022, 3/2023, 214/2023, 283/2023, 289/2023, 357/2023, 389/2023, 413/2023, 500/2023, 621/2023, 677/2023, 681/2023, 708/2023, 725/2023 e 801/2023; dos Projetos de Decreto Legislativo n.º 29, 31 e 32/2023; e do Projeto de Resolução Legislativa n.º 58/2023. Após, o Presidente aprovou, com anuência do Plenário, as Atas das Sessões Ordinárias 87 e 88; das Sessões Especiais 105, 106, 107, 108, 109, 110 e 111 e da 8ª Audiência Pública. Na sequência, foi feita a Promulgação: Decreto Legislativo n.º 1.057, de 27 de setembro de 2023, “Aprova os nomes que especifica para composição do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do Fundeb”; Decreto Legislativo n.º 1.058, de 27 de setembro de 2023, “Aprova os nomes que especifica para composição do 2º Conselho Permanente de Disciplina da Polícia Militar do Amazonas”; Decreto Legislativo n.º 1.059, de 27 de setembro de 2023, “Aprova os nomes que especifica para composição do Conselho Fiscal da Agência de Desenvolvimento**

Sustentável do Amazonas – ADS”; **Resolução Legislativa nº 996, de 27 de setembro de 2023, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Wilson Miranda Lima, Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas”. Na continuidade, encaminhou às Comissões 10 Projetos de Lei, sendo 2 do Deputado Cristiano D’Angelo, “Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, o Eco festival do Peixe-boi de Novo Airão”, “Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Tucunaré no Município de São Sebastião do Uatumã”; 3 de autoria do Deputado Sinésio Campos, “Declara Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão e Interiorização do Instituto Federal do Amazonas- (FAEPI)”, “Revoga a Lei nº 5.888, de 18 de maio de 2022, que Declara Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Estado do Amazonas, o Santuário onde acontecem as aparições de Nossa Senhora Rainha do Rosário e da Paz no Município de Itapiranga”, “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de cartões de crédito ou débito comunicarem aos consumidores sobre a ocorrência de bloqueio do cartão de crédito ou débito”; 1 de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Dispõe sobre a implementação de sinal de alarme para o atendimento emergencial à mulher vítima de violência doméstica ou familiar, amparada por medida protetiva de urgência, devido ao seu descumprimento ou iminente violação”; 4 de autoria do Deputado Daniel Almeida, “Dispõe sobre a vedação da exposição e o comércio de produtos similares juntos aos originais nos estabelecimentos comerciais e industriais no Estado do Amazonas e dá outras providências”, “Limita a distância de emissão de sons e ruídos que prejudiquem o bem-estar do portador de transtorno do espectro autista em locais públicos”, “Dispõe sobre a criação do ‘Programa Estadual de Alfabetização Digital da Terceira Idade’ no âmbito do Estado do Amazonas”, “Dispõe acerca de diretrizes para criação do ‘Programa Voluntário da Família na Escola’ na rede pública de ensino do Estado do Amazonas, e dá outras providências”. Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Thiago Abraham n.º 4573, 4574, 4575, 4576, 4577, 4578, 4579, 4580, 4581, 4582, 4583, 4584, 4585, 4586, 4587, 4588, 4589 e 4590/2023; Sinésio Campos n.º 4591/2023 (Audiência Pública dia 29 de novembro); Mário César Filho n.º 4592, 4593, 4594, 4595, 4596, 4597, 4598, 4599, 4600, 4601, 4602, 4603, 4604, 4605, 4606, 4607, 4608, 4609, 4610, 4611, 4612, 4613, 4614, 4615, 4616, 4617, 4618, 4619, 4620, 4621 e 4622/2023; Abdala Fraxe n.º 4623/2023; Débora Menezes n.º 4624/2023; Mayra Dias n.º 4625, 4626, 4627 e 4628/2023; Roberto Cidade n.º 4629/2023; Cristiano D’Angelo n.º 4630/2023 (Cessão de Tempo dia 28 de setembro). Neste momento, o Presidente iniciou o Grande Expediente. Com a palavra, o Deputado Wilker Barreto cobrou o andamento do resultado da CPI da Saúde em que várias pessoas foram indiciadas e citou a empresa Líder que foi denunciada por prática de improbidade administrativa e até hoje ainda é contratada pelo Estado, sendo que os contratos triplicaram. Observou que a Assembleia fez a sua parte e apelou ao Ministério Público que desse continuidade e pediu que o órgão marcasse a reunião que foi pedida juntamente com a Deputada Joana Darc a fim de discutir a falta de monitores nas escolas para crianças autistas. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Felipe Souza. Como orador seguinte, o Deputado Adjuto Afonso prestou contas da reunião que o**

Governador teve com o Ministro do Transporte em Brasília quando foram conseguidos recursos para a dragagem dos rios devido à seca que já assola Boca do Acre e Tabatinga. Em outro tema, destacou uma ação do Detran em Lábrea onde foram distribuídas 40 carteiras de motorista dentro do Programa CNH Social e parabenizou o Diretor-Presidente do Detran/AM e o Governador por prestarem um serviço tão relevante à população. **Em aparte, o Deputado Thiago Abraham** parabenizou o Governo do Estado por ter ido a Brasília buscar investimentos para o interior que está ficando isolado em razão da seca. Frisou que apresentou um Projeto de Lei pedindo a anistia aos produtores rurais atingidos pela seca. **Acolhido o aparte, o Deputado Adjuto Afonso** lembrou que as nossas estradas são os rios e explicou que o Governo já determinou que a Afeam fizesse a negociação com os produtores que foram atingidos pela seca com a promessa de que se a estiagem piorasse, ele iria conceder anistia. **Neste momento, foi iniciada uma Cessão de Tempo em favor do Senhor Ian Henderson Carmo Ribeiro, Presidente da Empresa Estadual de Turismo/Amazonastur, conforme Requerimento n.º 4422/2023. Com a palavra, o Deputado Felipe Souza** explicou que hoje é o Dia do Turismo e elencou as Leis de sua autoria voltadas a fomentar o turismo no Amazonas. **Como orador seguinte, o Senhor Ian Henderson Carmo Ribeiro** elogiou o Deputado Felipe Souza por incentivar o turismo no Amazonas e ser um grande entusiasta da área. Celebrou o Dia Mundial do Turismo e do Turismólogo e afirmou que a Amazônia é o destino de muitas pessoas que sentem desejo de conhecer a parte da Floresta mais bem preservada. Previu que o turismo vai se tornar um grande polo da economia local e apresentou os números que fomentam a economia. Dando prosseguimento, a Senhora Lena Emanuelle Pampolha, Diretora de Turismo da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas/Amazonastur, registou emocionada a sua paixão pela profissão contextualizando a beleza do interior do Estado que tem o privilégio de conhecer por conta de seu cargo. Agradeceu ao Governador Wilson Lima que acreditar que o turismo é uma matriz de economia forte e ao Diretor-Presidente por ser incansável e apelou aos Deputados que destinassem emendas ao setor. **Manifestaram-se os Deputados: Thiago Abraham** parabenizou os servidores da Amazonastur e todos os turismólogos pela dedicação. Salientou que por ser do interior do Estado sabe o quanto o turismo é importante e imprescindível e elogiou o Governador Wilson Lima por ser um visionário; **Rozenha** considerou a Amazônia um produto que precisamos aprender a vender porque tem mercado e defendeu o turismo sustentável como matriz econômica visando o desenvolvimento do Amazonas. Felicitou o Deputado Felipe Souza por reconhecer o momento e acreditar que temos um produto sem concorrência no Planeta; **Adjuto Afonso** parabenizou o Deputado Felipe Souza pela homenagem e concordou que o turismo ajuda muito na economia do Estado. Propôs união entre os Deputados visando destinar emendas ao setor. **A seguir, o Presidente Felipe Souza** entregou os Certificados, cujos nomes dos homenageados foram lidos pela Cerimonialista Tereza Pinheiro. **Encerrada a Cessão de Tempo, a caminho do fim, a Pauta de Tramitação** foi dada como lida e constou dos **Projetos de Lei n.º 880, 881 e 882/2023**, de autoria do Deputado Felipe Souza; **Projetos de Lei n.º 883, 884, 885, 886, 887, 888 e 889/2023**, de autoria do Deputado Cristiano D'Ángelo; **Projeto de Lei**

Complementar n.º 16/2023, de autoria do Deputado Delegado Pérciles; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 69/2023**, de autoria do Deputado Roberto Cidade, **(estes em terceiro dia)**; **Projetos de Lei n.º 890 e 891**, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo; **Projetos de Lei n.º 892 e 893/2023**, de autoria do Deputado Doutor George Lins; **Projeto de Lei n.º 894/2023**, de autoria do Deputado Rozenha **(estes em segundo dia)**; **Projetos de Lei n.º 896, 897 e 898/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho**, “Dispõe acerca da realização de seminários, palestras e debates sobre Direito dos portadores do Transtorno do Espectro Autista – TEA na rede pública de ensino”, “Dispõe sobre o reflorestamento por parte das empresas que causarem incêndios ilegais”, “Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a ‘Síndrome de Rett’”; **Projeto de Lei n.º 899/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ángelo**, “Proíbe a fabricação, a comercialização, e o uso de linha cortante ou perfurante, bem como o uso de cerol e substâncias de material cortante e dá outras providências”; **Projetos de Lei n.º 900 e 901/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade**, “Institui protocolo de proteção ao consumidor nos casos de pagamento de produto ou serviço em duplicidade”, “Institui obrigação às academias e estabelecimentos onde ocorram práticas esportivas de realizar vistoria periódica e manutenção preventiva em seus aparelhos e maquinários, no âmbito do Estado do Amazonas”; **Projetos de Lei n.º 902, 903 e 904/2023, de autoria da Deputada Joana Darc**, “Dispõe sobre a implantação da ‘Sala Lilás’ em todos os Hospitais Públicos, onde será oferecido atendimento exclusivo, especializado e humanizado às mulheres, crianças e adolescentes, vítimas de violência física, sexual”, “Institui o Vale Social de Ração Animal – VSRA”, “Institui o Programa Estadual de Hemoterapia Animal”; **Projeto de Lei n.º 905/2023, da Deputada Débora Menezes**, “Institui o Dia Estadual de Luta pela Vida e Combate ao Aborto”; **Projeto de Lei n.º 906/2023, do Deputado Felipe Souza**, “Autoriza o livre acesso e a permanência em qualquer local, público ou privado, da pessoa com Transtorno do Espectro Autista portando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal”; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 70/2023, da Deputada Doutora Mayara Pinheiro**, “Institui o Banco de Ideias Legislativas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas”; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 71/2023, do Deputado Wilker Barreto**, “Altera, na forma que especifica, a Resolução Legislativa n.º 831, de 15 de dezembro de 2021, que ‘Institui, no Âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, o Diploma Mulher Cidadã Amazonense e dá outras providências’”; **Projeto de Lei n.º 907/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 93/2023**, “Altera o inciso XXXVI do artigo 13 da Lei n.º 5.420, de 17 de março de 2021, e dá outras providências. [Regime de Urgência solicitado pelo autor]”; **Projeto de Lei n.º 908/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 95/2023**, “Altera, na forma que especifica, a remuneração dos servidores públicos do Sistema Estadual de Saúde, constante da Lei Promulgada n.º 70, de 14 de julho de 2009, e da Lei n.º 3.469, de 24 de dezembro de 2009. [Regime de Urgência solicitado pelo autor]. **(estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 28 DE SETEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO CARLINHOS BESSA.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e oito de setembro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência da Parlamentar **ALESSANDRA CAMPÊLO, com a presença dos Deputados:** Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Carlinhos Bessa, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Daniel Almeida, Débora Menezes, Delegado Pércles, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Doutora Mayara, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Mário César Filho, Mayra Dias, Rozenha, Thiago Abraham, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Comandante Dan, Sinésio Campos, Roberto Cidade tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 340, 50 e 140/2023, respectivamente. **Na Fase Preliminar, sem EXPEDIENTE a relatar, o Deputado Wilker Barreto** usou a tribuna para fazer uma reflexão acerca da inclusão das pessoas com deficiência evidenciando a necessidade de se colocar no Orçamento recursos para investir em políticas públicas que façam a diferença na vida de quem é surdo, tem esclerose múltipla, autismo, depressão e denunciou que, sábado, o Pronto-Socorro 28 de Agosto não tinha anestesia para sutura e cobrou do Procurador-Geral de Justiça o posicionamento acerca dos monitores escolares para as crianças autistas. Em outro tema, discorreu sobre a estiagem no Estado e propôs uma Moção de Repúdio à Ministra Marina Silva por dificultar a revitalização da BR 319. **Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Carlinhos Bessa. Como orador seguinte, o Deputado Cabo Maciel** condenou os constantes assaltos nos rios do Sul do Amazonas citando um caso em que pai e filho foram salvos por conhecerem a região. Formalizou um Requerimento ao Governador pedindo que uma lancha blindada ficasse no 4º Batalhão de Humaitá objetivando reduzir a violência fluvial. **Na sequência, a Deputada Alessandra Campêlo** parabenizou o Município de Urucurituba pelo Festival Folclórico e discordou da aposentadoria dada ao Promotor Walber Luís de forma célere mesmo tendo ofendido uma advogada de “cádelas” e manifestou esperança de que ele continuasse sendo processado apesar da bonificação. Em outro assunto, divulgou que o Prefeito Simão Borba pediu perdão ao Deputado Roberto Cidade por tê-lo espancado, no entanto não pediu perdão à Vereadora Enfermeira Tatiana a quem prometeu dar uma surra. Repudiou o fato de o Prefeito ter demitido mais de cem servidores em um momento tão difícil de seca e prometeu informar ao Ministério Público acerca das perseguições que estariam sendo feitas em Borba. **Após, o Deputado Rozenha** discorreu acerca do excesso de fumaça que toma conta de Manaus e conversou com o Prefeito David Almeida que confirmou mais de cem queimadas ao redor da cidade. Eximiou da culpa o pequeno produtor rural ou o ribeirinho que não podem ser responsabilizados pelo problema, já que estamos em um momento de estiagem austera. Sugeriu que houvesse uma conscientização sobre as queimadas e uma

ação voltada a apagar os incêndios. **Dando prosseguimento, o Deputado João Luiz** exibiu imagem da situação precária do interior do Amazonas por causa da seca e clarificou que conversou com o Governador que já enviou ajuda. Apelou à Ministra Marina Silva que autorizasse a pavimentação da BR 319 que ajudaria muito a população isolada pela estiagem. Concordeu com a Nota de Repúdio proposta pelo Deputado Wilker Barreto à Ministra que não tem sensibilidade com a questão, mesmo com o preço dos produtores tendo disparado e os peixes morrerem por causa da falta de oxigênio. **Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa transpôs os trabalhos ao Grande Expediente continuando na tribuna o Deputado João Luiz** que parabenizou o Governador por ir a Brasília buscar recursos a fim de investir em Municípios atingidos. Considerou inoportuna a obra no Aeroporto Eduardo Gomes que suspendeu voos ao interior dificultando ainda mais a vida dos interioranos. **Em aparte, os Deputados: Carlinhos Bessa** endossou as palavras do Deputado João Luiz em relação à seca e citou que o Município de Tefé estaria praticamente isolado por causa da estiagem. Expôs a necessidade de o Governo Federal agir e a Ministra Marina Silva autorizar a liberação da BR 319, pois facilitaria a chegada dos alimentos de maneira mais rápida nos locais afetados. Convocou a união dos Deputados no sentido de se ter forças visando persuadir a Ministra a resolver essa situação, já que a população do interior começa a passar fome. Concluiu repudiando qualquer tipo de festa nos municípios com dificuldade sugerindo que os Prefeitos saciassem primeiro a fome do povo; **Daniel Almeida** concordou com a união dos Parlamentares e sugeriu uma Carta assinada por todos direcionada ao Governo Federal objetivando convencê-lo a pavimentar a BR 319. Finalizou pedindo o apoio para Manaus, já que os traficantes estariam fazendo derrubada de árvores e queimadas principalmente nas Zonas Norte e Leste com o intuito de criar invasões; **Delegado Pércles** considerou o pior momento climático de Manaus, cobrou do Governo Federal uma ação mais eficaz e apresentou no telão o nível da qualidade de ar na cidade que estaria péssimo gerando graves problemas de saúde. Explicou que ontem conversou com o Secretário da Defesa Civil que já possui um plano de emergência, no entanto o Governo do PT não toma providências, nem asfalta a BR 319. Concordeu com a Nota de Repúdio à Ministra que precisa conhecer a região; **Wilker Barreto** pontuou que a Nota de Repúdio à Ministra não é por conta de seu posicionamento atual, mas sim por toda a sua luta contra a BR 319 e observou que a perda da economia amazonense será enorme em função da intransigência da Ministra. Sugeriu um pedido de audiência com a Ministra a fim de discutir o problema; **Mário César Filho** também questionou os artistas e o Governo do PT acerca da Amazônia, visto que, anos anteriores, propagaram o salvamento da Amazônia e hoje, com toda essa situação de seca, não fazem nada. Opinou que a crítica é seletiva já que se ainda fosse o Governo Bolsonaro estariam nas redes sociais clamando por ajuda. Elencou as ações do Governo Wilson Lima que tem buscado, inclusive em Brasília, recursos para investir no Estado e apresentou um Projeto de Lei visando obrigar o reflorestamento por parte das empresas que provocam incêndios. Criticou a Ministra Marina Silva por sua política ambiental equivocada que a torna inimiga do Amazonas e concordou com a união dos parlamentares no sentido de ir a Brasília exigir a pavimentação da BR319; **Doutor George Lins** parabenizou pelo tema e

afirmou que a estiagem impacta negativamente a vida da população, por isso a preocupação é salutar. Também discordou da postura da Ministra Marina Silva e prometeu assinar a Moção de Repúdio porque entende que a pavimentação da BR 319 não causaria males ao meio ambiente, pois seria construída de forma sustentável; **Thiago Abraham** assegurou o seu posicionamento favorável a todas as atitudes voltadas a mitigar as dificuldades enfrentadas pelos amazonenses em razão da seca repudiando a negativa da Ministra Marina Silva em pavimentar a BR 319. Expôs a necessidade de se ter um porto alternativo no Estado citando a cidade de Itacoatiara que possui uma infraestrutura adequada e pode ser esse viés a receber a logística do transporte. Concluiu solicitando ao Governador a anistia ou prolongamento das dívidas dos produtores rurais afetados pela seca. **Acolhidos os apartes, o Deputado João Luiz** propôs o retorno do uso de máscaras em razão das doenças respiratórias que acometem a população por causa das queimadas e denunciou que o combustível começa a faltar no interior causando um outro dilema que é o não abastecimento das termelétricas que comprometem a energia. Exibiu um vídeo em que o peixe-boi, símbolo do Amazonas, é resgatado sem vida por falta de oxigênio nos rios. Conclamou todos a somarem esforços para resolver a situação indo a Brasília visando proporcionar um pouco de bem-estar à população e manifestou preocupação com a merenda escolar dando sugestões à Secretária Kuka como a ajuda das Forças Armadas. **Em aparte, o Deputado Adjuto Afonso** lembrou que toda a Amazônia sofre com a seca e rememorou que o Governo do Amazonas lançou a Operação Estiagem que já prevê o envio da merenda escolar ao interior, ou seja, o Governador estaria se antecipando e trabalhando para que a situação fosse mitigada. Opinou que os Deputados não precisariam ir a Brasília porque o Governador já fez isso e conseguiu a promessa de recursos, cabendo à Assembleia acompanhar a execução das ações. **Acolhido o aparte, o Deputado João Luiz** comunicou que enviou as imagens da seca ao Governador, reuniu-se com ele ontem e opinou que os Deputados irem a Brasília seria uma colaboração mostrando que a Assembleia também é protagonista dessa causa humanitária. **Na continuidade, o Deputado Wilker Barreto** voltou a discursar sobre o Setembro Verde e a inclusão dos deficientes e afirmou que inclusão só existe se houver políticas públicas. Assinalou que a Casa teve a chance de recriar a Secretaria da Pessoa com Deficiência com uma alteração no orçamento, uma vez que o Governo não vê essa Secretaria como prioridade. Propôs uma reunião com a Secretária da Sejus a fim de discutir as demandas dos PCDs. **Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa iniciou uma Cessão de Tempo em alusão ao Setembro Amarelo, conforme Requerimento n.º 4559/2023. Com a palavra, o Deputado Cristiano D'Angelo, autor da propositura,** antes de falar do tema, exibiu no telão imagens de Manacapuru, na Reserva do Piranha, onde houve uma mortandade de peixes, e garantiu que ele e o Prefeito da cidade visitaram o local buscando conhecer de perto o problema e tentar solucionar. Denunciou que a Vila do Paracari na região está há 15 dias sem energia e apelou à Amazonas Energia resolvesse o dilema, pois o povo da Comunidade já está sofrendo muito com a seca. **Em aparte, o Deputado Adjuto Afonso** perguntou se a energia é proveniente do Luz para Todos e se foi feita a reclamação só em Manacapuru ou em Manaus. Parabenizou pelo tema e propôs que fosse feito um Requerimento de autoria Coletiva à

Amazonas Energia exigindo a resolução. **Acolhido o aparte, o Deputado Cristiano D'Angelo** respondeu que a Comunidade faz parte do Luz para Todos e que já foi encaminhado o pedido à Amazonas Energia em Manaus e nada foi feito. **Concedeu a palavra à Médica Psiquiatra Sílvia Batista Nery que discorreu** sobre o Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio, pontuando que não há muitos avanços na área, visto que deveríamos ter 87 leitos para internação psiquiátrica em Manaus e temos apenas 17 no Hospital Geraldo da Rocha. Também mencionou que existem poucos ambulatórios especializados sendo que há mais de duas mil pessoas esperando por uma consulta e que a Prefeitura tem falhado na abertura do Centros de Atendimento Psiquiátricos. Pediu ajuda dos Deputados no sentido de alocar recursos para a saúde mental. **Manifestou-se o Deputado Wilker Barreto** que criticou o fechamento do Hospital Eduardo Ribeiro e acusou o Governo de matar as pessoas na área da saúde, inclusive mental, pela omissão de recursos no Orçamento destinados à área. Questionou para onde foi o dinheiro da saúde, uma vez que até agosto o Estado arrecadou mais do que ano passado e continua no vermelho. Voltou a dizer que o Hospital Delphina Aziz recebe muito mais que os outros hospitais que funcionam como prontos-socorros e não atende os pacientes a contento. Rememorou que esteve fiscalizando o Hospital Geraldo da Rocha que estava há 15 dias sem limpeza e se deparou com uma situação inusitada, pois o Hospital é referência em diabetes, no entanto abriga os doentes mentais que costumam agredir os demais por falta de tratamento adequado. Prometeu reeditar o discurso da médica Sílvia no dia da votação do Orçamento visando sensibilizar os seus pares. **Na sequência, a Psicóloga Alida Melendez** discursou sobre a necessidade de políticas públicas afirmativas voltadas a conter as doenças mentais e alertou que o Brasil é o oitavo país do mundo no número de suicídios que poderiam ser evitados se houvesse atendimento adequado e no tempo certo. Concluiu que prevenção ao suicídio se faz com uma base estruturada e com valorização dos serviços e dos profissionais. **Encerrada a Cessão de Tempo, o Presidente transpôs os trabalhos à Ordem do Dia encaminhando às Comissões 8 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria do Deputado Cristiano D'Angelo, “Dispõe sobre o Atendimento Preferencial de pessoas com doenças Neoplásicas Malignas em todas as Unidades de saúde do Estado do Amazonas”; 1 de autoria do Deputado Daniel Almeida, “Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em instituições de longa permanência para idosos no Estado”; 2 de autoria do Deputado Mário César Filho, “Dispõe sobre Combate ao Tráfico Ilegal de Madeira e Proteção das Florestas”, “Institui a Carteira de Identificação do Paciente Oncológico, com o propósito de simplificar o acesso a direitos e benefícios legais para indivíduos diagnosticados com câncer”; 1 de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Altera o art. 10 da Lei n. 4.719, de 12 de dezembro de 2018, que “autoriza o Poder Executivo a conceder parcelamento e remissão de débitos fiscais de ICMS, IPVA e ITCMD e a dispensar créditos tributários de IPVA, e isenta de IPVA, na forma e nas condições que especifica.”; 1 de autoria do Deputado Doutor Gomes, “Institui a semana estadual de conscientização sobre as doenças tropicais negligenciadas”; 1 de autoria do Deputado Delegado Pérciles, “Institui o licenciamento provisório para abertura de empresas no Estado do Amazonas”; 1 de autoria do Deputado Adjuto**

Afonso, “Dispõe sobre princípios e diretrizes para as ações que nortearão a implantação de equipamentos, dispositivos e infraestrutura para Cidades Amazonenses Inteligentes e dá outras providências”. **Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos Deputados: Mário César Filho** n.º 4631, 4643, 4646, 4647, 4648, 4649, 4650, 4651, 4652, 4653, 4654, 4655, 4656, 4657, 4658, 4659, 4660, 4661, 4662, 4663, 4664, 4665, 4666, 4667, 4668, 4669 e 4670/2023; **Mayra Dias** n.º 4632/2023; **Cristiano D’Angelo** n.º 4633/2023; **Thiago Abraham** n.º 4634, 4635 e 4636/2023; **Wilker Barreto** n.º 4637, 4638 e 4645/2023; **Carlinhos Bessa** n.º 4639 e 4640/2023; **Joana Darc** n.º 4641/2023; **Roberto Cidade** n.º 4642/2023 (Cessão de Tempo dia 3 de outubro); **Adjuto Afonso** n.º 4644 e 4671/2023/2023; **Doutora Mayara** n.º 4672/2023. **A caminho do fim, a Pauta de Tramitação** foi dada como lida e constou do **Projeto de Lei Complementar n.º 16/2023**, de autoria do Deputado Delegado Pérciles (**este em quarto dia**); **Projetos de Lei n.º 890 e 891/2023**, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo; **Projetos de Lei n.º 892 e 893/2023**, de autoria do Deputado Doutor George Lins; **Projeto de Lei n.º 894/2023**, de autoria do Deputado Rozenha (**estes em terceiro dia**); **Projetos de Lei n.º 896, 897 e 898/2023**, de autoria do Deputado Mário César Filho; **Projeto de Lei n.º 899/2023**, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; **Projetos de Lei n.º 900 e 901/2023**, de autoria do Deputado Roberto Cidade; **Projetos de Lei n.º 902, 903 e 904/2023**, de autoria da Deputada Joana Darc; **Projeto de Lei n.º 905/2023**, de autoria da Deputada Débora Menezes; **Projeto de Lei n.º 906/2023**, de autoria do Deputado Felipe Souza; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 70/2023**, de autoria da Deputada Doutora Mayara; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 71/2023**, de autoria do Deputado Wilker Barreto (**estes em segundo dia**); **Projetos de Lei n.º 909 e 910/2023**, de autoria do Deputado **Cristiano D’Angelo**, “**Declara** como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, o Eco festival do Peixe-boi de Novo Airão”, “**Reconhece** como de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Tucunaré no Município de São Sebastião do Uatumã”; **Projetos de Lei n.º 911, 912 e 913/2023**, de autoria do Deputado **Sinésio Campos**, “**Declara** Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão e Interiorização do Instituto Federal do Amazonas- (FAEPI)”, “**Revoga** a Lei nº 5.888, de 18 de maio de 2022, que Declara Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Estado do Amazonas, o Santuário onde acontecem as aparições de Nossa Senhora Rainha do Rosário e da Paz no Município de Itapiranga”, “**Dispõe** sobre a obrigatoriedade das empresas de cartões de crédito ou débito comunicarem aos consumidores sobre a ocorrência de bloqueio do cartão de crédito ou débito”; **Projeto de Lei n.º 914/2023**, de autoria do Deputado **Thiago Abraham**, “**Dispõe** sobre a implementação de sinal de alarme para o atendimento emergencial à mulher vítima de violência doméstica ou familiar, amparada por medida protetiva de urgência, devido ao seu descumprimento ou iminente violação”; **Projetos de Lei n.º 915, 916, 917 e 918/2023**, de autoria do Deputado **Daniel Almeida**, “**Dispõe** sobre a vedação da exposição e o comércio de produtos similares juntos aos originais nos estabelecimentos comerciais e industriais no Estado do Amazonas e dá outras providências”, “**Limita** a distância de emissão de sons e ruídos que prejudiquem o bem-estar do portador de transtorno do espectro autista em locais públicos”, “**Dispõe** sobre a criação do

‘Programa Estadual de Alfabetização Digital da Terceira Idade’ no âmbito do Estado do Amazonas”, “**Dispõe** acerca de diretrizes para criação do ‘Programa Voluntário da Família na Escola’ na rede pública de ensino do Estado do Amazonas, e dá outras providências” (**estes em primeiro dia**). **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.**

Presidente/Secretário

ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 3 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e trinta minutos do dia três de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ROBERTO CIDADE, com a presença dos Deputados:** Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Cristiano D’Angelo, Débora Menezes, Delegado Pérciles, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Doutora Mayara, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Mário César Filho, Mayra Dias, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abraham, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Abdala Fraxe, Carlinhos Bessa, Comandante Dan, Daniel Almeida tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 104, 28, 348 e 229/2023, respectivamente. **Na Fase Preliminar, o Secretário-Geral, Deputado JOÃO LUIZ, procedeu à leitura do EXPEDIENTE que constou dos Ofícios n.º 2449 e 2443/2023-ACC, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil,** respondendo aos Requerimentos: I - n.º 2969/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, que solicitou a possibilidade de implantação de uma Unidade de Saúde da Família (USF) na Comunidade Terra Nostra, localizada na Avenida Jhonatan – Rio Branquinho – BR 174 no KM 85 ZF 5. (2023.9.48117), II – 1920/2023, de autoria do Deputado Rozenha, solicitando a obrigatoriedade de apresentação do Cartão da Vacina do Vírus do Papiloma Humano (HPV) nas Escolas Públicas de Canutama/AM. (2023.9.47942), III – 2434/2023, de autoria do Deputado Alcimar Maciel, solicitando a contratação de vigilantes para atuarem na segurança das escolas públicas do Estado do Amazonas. (2023.9.48624); **Edital de Convocação/UNALE, do Senhor Diogo Case Moraes, Deputado-Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais,** convocando os seus filiados para a reunião da Assembleia-Geral Ordinária a realizar-se nas dependências do Centro de Eventos do Ceará, localizado na Av. Washington Soares, 999 – Edson Queiroz, em Fortaleza – CE, no dia 10 de novembro de 2023, às 12h:30min. (2023.9.48612). **Como primeiro orador, o Deputado João Luiz** parabenizou o Deputado Roberto Cidade pelo aniversário e convidou todos os Parlamentares a assinarem uma Moção de Parabenização ao Chefe do Poder

Legislativo. Em outro tema, fez alusão ao Dia do Idoso e ao “Outubro Rosa” elencando as ações de seu mandato voltadas ao tema e as emendas parlamentares que auxiliaram na aquisição de equipamentos e melhorias ao atendimento às mulheres. Em outro tema, repercutiu o 3º Simpósio realizado na Casa acerca do “Setembro Amarelo” com o tema Prevenção é Solução destacando que, pelos dados divulgados no evento, as mulheres são as mais afetadas com os transtornos de ansiedade e depressão. Finalizou parabenizando o Governador Wilson Lima por instalar um Comitê de combate à seca no Estado. **Questão de Ordem, a Deputada Alessandra Campêlo sugeriu que todos os Deputados que quisessem falar usassem os cinco minutos do Pequeno Expediente e que, logo após, fossem encerrados os trabalhos para que a Comissão de Constituição Justiça e Redação pudesse se reunir a fim de deliberar os Projetos que devem ser colocados em pauta amanhã. Como orador seguinte, o Deputado Cabo Maciel** parabenizou o Presidente pelo natalício ontem e felicitou os novos Conselheiros Tutelares eleitos no último domingo desejando sucesso a todos. Em outro tema, anunciou as tratativas com a empresa Vinci Airports que administra o Aeroporto Eduardo Gomes para a instalação da Sala Multissensorial visando atender ao público autista e descreveu como seria esse local. Concluiu comemorando o fato de o Governador ter acatado a sua Indicação para uma educação adequada aos ribeirinhos mais próxima de sua realidade. **Na sequência, o Deputado Rozenha** desejou todas as bênçãos de Deus ao Presidente pelo seu aniversário e manifestou preocupação com a morte dos botos e dos peixes-boi em razão da seca e eximiu da culpa o homem do interior por considerá-lo guardião da floresta. Propôs algumas soluções e responsabilizou as grandes Nações por poluírem o meio ambiente. **Com a palavra, o Deputado Adjuto Afonso** desejou muito sucesso ao Presidente no seu novo ciclo e resumiu a visita que fez à Marinha do Brasil, juntamente com outros Deputados, com o intuito de conhecer as ações das Forças Armadas aos interioranos principalmente neste momento de seca. Lembrou que ontem houve eleição para Conselheiro Tutelar e percebeu uma participação massiva da população o que resultou em uma expressiva votação dos eleitos. Concluiu encaminhando um Indicativo ao Governo para providenciar o Refis destinado principalmente ao comércio do interior a pedido da Fecomercio, pois a situação começa a complicar em razão da estiagem. **Dando prosseguimento, a Deputada Mayra Dias** prestou contas de sua agenda, no final de semana, em Parintins onde foi discutida a emissão mais célere das Carteiras de Identidade e também foi iniciada a Semana do Idoso com várias atividades voltadas à Terceira Idade. Em outro assunto, formalizou um Requerimento ao Governador indicando uma assistência mais especializada às mulheres mastectomizadas neste mês por conta do “Outubro Rosa”. **Na continuidade, a Deputada Joana Darc** discorreu sobre o problema da seca no Estado e exibiu imagens da situação alarmante em Tefé, Careiro e Iranduba que causa prejuízos à população. Citou a questão dos botos que morreram por conta da água mais quente dos rios e a falta de água e de alimentos em algumas localidades mais afastadas que ficam isoladas na época da estiagem e apelou às autoridades mundiais que olhassem pelo povo da floresta. **Após, o Deputado Wilker Barreto** cumprimentou os profissionais da saúde presentes na galeria do plenário e solicitou novamente que a Defesa Civil viesse à

Casa apresentar o seu Plano de Emergência para a seca. Pediu ao Presidente que transferisse a votação para quinta-feira, uma vez que o Controlador-Geral prometeu enviar amanhã à Assembleia o Termo de Ajustamento de Gestão visando resolver o atraso dos pagamentos da saúde. Cobrou um posicionamento do Tribunal de Contas e do Ministério Público a fim de verificar por que os servidores da saúde não estão sendo pagos. Concluiu pedindo que a Casa votasse a Moção de Repúdio à Ministra Marina Silva por ser intransigente e não asfaltar a BR 319. **Neste momento, o Presidente Roberto Cidade registrou a presença do ex-Deputado Serafim Corrêa que hoje é Secretário e veio à Casa entregar pessoalmente o Plano Plurianual. Em seguida, a Deputada Alessandra Campêlo também deu boas-vindas aos profissionais de saúde e cumprimentou e elogiou o ex-Deputado Serafim Corrêa presente em plenário. Em outro tema, alertou que as servidoras públicas do Estado têm direito a um dia de folga para fazer seus exames preventivos e esse direito foi garantido através de uma Lei de sua autoria como também o direito à cirurgia reparadora no caso da retirada das mamas. Em outro assunto, exibiu um áudio do Presidente do Tribunal de Ética da OAB de Tocantins que ameaçou a sua ex-namorada de morte e mostrou a foto de um criminoso que tentou matar a sua esposa em Coari. Apelou à população que possa ajudar na prisão do motorista de aplicativo do In Drive, Marcelo Gustavo Lima da Silva, por estuprar as mulheres durante a corrida. Neste momento, o Presidente Roberto Cidade** informou aos servidores da saúde, presentes em plenário, que amanhã deverá chegar à Casa a Mensagem com a TAG e lembrou que a Comissão de Saúde já recebeu os servidores que já foram ouvidos e as demandas encaminhadas. **Com a palavra, o Deputado Sinésio Campos** parabenizou o Presidente pelo aniversário e lamentou a tragédia de Beruri anunciando que o Vice-Presidente da República estaria chegando a Manaus, amanhã, a fim de fazer um sobrevoo na região atingida tanto pelo desbarrancamento e quanto pela estiagem visando conceder a ajuda devida. **Neste momento, o Presidente Roberto Cidade transpôs os trabalhos ao Grande Expediente continuando na tribuna o Deputado Sinésio Campos** que afirmou ter sido uma determinação do Presidente Lula, que está operado, a vinda do Vice-Presidente ao Amazonas, já que a população estaria sofrendo até com água contaminada. Cumprimentou o Prefeito Júnior Leite de Maués e a Vice-Prefeita de Manaquiri que adentraram ao Plenário e voltou a destacar a importância dos recursos federais para enfrentar a seca dos rios. **Neste momento, o Presidente iniciou uma Cessão de Tempo, de sua autoria. Com a palavra, o Prefeito de Maués, Júnior Leite,** divulgou o “Sthorm Festival Maués” que ocorrerá no dia 7 de outubro com a finalidade de debater sustentabilidade e ciência em nível mundial. Exibiu um vídeo sobre o evento e esclareceu que não se trata de uma festa, mas sim de uma programação voltada para o uso de novas tecnologias, que auxiliam no cuidado com o meio ambiente, com a saúde pública e no desenvolvimento sustentável de Maués em um momento crucial em que a Amazônia vive uma das maiores secas já vistas. Elencou o nome das autoridades que se farão presentes e defendeu uma Zona Franca Verde exemplificando que Maués tem o melhor guaraná do mundo e que a tecnologia poderia melhorar ainda mais a situação financeira do Município. Finalizou convidando todos os Deputados a participarem do Festival. **Encerrada a Cessão**

de Tempo, o Deputado Thiago Abraham usou a tribuna para parabenizar o Presidente pelo aniversário e se solidarizar com as vítimas da tragédia de Beruri. Em outro tema, prestou contas de sua agenda, no final de semana, no Município de Itacoatiara ressaltando a inauguração de uma UBS na Comunidade de São Pedro do Iracema fruto de uma emenda do Deputado Saullo Vianna. Salientou ainda a entrega de equipamentos pelo Prefeito de Itacoatiara objetivando mitigar o sofrimento da população em decorrência da seca. **Em Comunicação de Liderança, o Deputado Sinésio Campos** repassou algumas informações do Governo Federal acerca da dragagem dos rios do Estado e reiterou a vinda amanhã, a partir das 8h, do Vice-Presidente da República, Geraldo Alckimin, da Ministra Marina Silva e dos Ministros Sílvio Costa Filho, Renan Filho, José Múcio, Waldez Góes a Manaus para acompanhar de perto a situação da estiagem no Amazonas e apoiar o Governo Wilson Lima com recursos federais. **Na Ordem do Dia, o Presidente encaminhou às Comissões 13 Projetos de Lei Ordinária, sendo 2 de autoria do Deputado Comandante Dan, “Dispõe sobre benefícios para as pessoas que prestarem serviços voluntários e dá outras providências”, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues”; 1 de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Assegura ao consumidor o direito de receber na fatura mensal, das empresas prestadoras de serviços de internet móvel e banda larga na modalidade pós-paga, gráficos que demonstrem o registro médio diário de entrega da velocidade de recebimento e de envio de dados através da rede mundial de computadores”; 1 de autoria do Deputado Cabo Maciel, “Institui o dia 9 de julho como o Dia Estadual dos Colecionadores, Atiradores, Caçadores (CACs), e dá outras providências”; 1 de autoria do Deputado Mário César Filho, “Altera o Art. 129 da Lei promulgada nº 241, de 31 de março de 2015, na forma que especifica (profissional de educação física nas escolas públicas e privadas); 2 de autoria da Deputada Joana Darc, “Dispõe sobre a realização do procedimento de Diagnóstico de Alergias a Proteínas de Leite de Vaca - DAPLV, em recém-nascidos e nutrízes nas unidades de saúde”, “Institui a Programa Estadual de Criação de Brinquedos com Materiais Reciclados”; 2 de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, “Declara como de Utilidade Pública o Instituto Anjos do Bem do Amazonas – IABA”, “Declara como de Utilidade Pública o Instituto Somar”; 4 de autoria do Deputado Rozenha, “Dispõe sobre a capacitação de Retinopatia Diabética aos profissionais médicos da Atenção Básica e dá outras providências”, “Institui a Semana Estadual de Conscientização da Síndrome de Prader-Willi”, “Cria o Selo Amazonas Pela Vida para reconhecer o trabalho de Pessoas e Instituições que contribuem para o aumento de doadores de Órgãos e Tecidos, bem como o desenvolvimento Técnico-Científico da área de transplantes, e dá outras providências”, “Cria o selo lilás de reconhecimento às empresas atuantes no combate à violência contra a mulher”; e 4 Projetos de Resolução Legislativa, sendo 2 de autoria do Deputado Comandante Dan, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Excelentíssimo Senhor Umberto Ramos Rodrigues, Superintendente Regional da Polícia Federal no Amazonas (PF-AM)”, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); e 2 de autoria do Deputado João Luiz, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao**

Excelentíssimo Dr. Giordano Bruno Costa da Cruz”, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Ilustríssimo Senhor Carlos Henrique dos Reis Lima”. **Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Mário César Filho n.º 4673, 4674, 4675, 4676, 4677, 4678, 4679, 4680, 4681, 4682, 4683, 4684, 4685, 4686, 4687, 4688, 4689, 4695, 4696, 4697, 4698, 4699, 4700, 4701, 4702, 4703, 4705, 4706, 4711 e 4712/2023; Delegado Péricles n.º 4690/2023 (arquivamento do Projeto de Lei Complementar n.º 16/2023); Cristiano D’Angelo n.º 4691/2023; Doutor Gomes n.º 4692/2023 (Audiência Pública dia 17 de outubro); Cabo Maciel n.º 4693/2023; Comandante Dan n.º 4694/2023 (Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 773/2023); Wilker Barreto n.º 4704/2023 (Sessão Especial dia 30 de novembro), 4707, 4708, 4709 e 4710/2023; João Luiz n.º 4713, 4720 e 4721/2023; Mayra Dias n.º 4714 e 4715/2023; Rozenha n.º 4716/2023; Sinésio Campos n.º 4717/2023 (Sessão Especial dia 11 de novembro), 4718 e 4719/2023; Alessandra Campêlo n.º 4722, 4723 e 4724/2023. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei Complementar n.º 16/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles (este em quinto dia); Projetos de Lei n.º 896, 897 e 898/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho; Projeto de Lei n.º 899/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; Projetos de Lei n.º 900 e 901/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade; Projetos de Lei n.º 902, 903 e 904/2023, de autoria da Deputada Joana Darc; Projeto de Lei n.º 905/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes; Projeto de Lei n.º 906/2023, de autoria do Deputado Felipe Souza; Projeto de Resolução Legislativa n.º 70/2023, de autoria da Deputada Doutora Mayara; Projeto de Resolução Legislativa n.º 71/2023, de autoria do Deputado Wilker Barreto (estes em terceiro dia); Projetos de Lei n.º 909 e 910/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; Projetos de Lei n.º 911, 912 e 913/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos; Projeto de Lei n.º 914/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham; Projetos de Lei n.º 915, 916, 917 e 918/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida, (estes em segundo dia); Projeto de Lei n.º 919/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo, “Dispõe sobre o Atendimento Preferencial de pessoas com doenças Neoplásicas Malignas em todas as Unidades de saúde do Estado do Amazonas”; Projeto de Lei n.º 920/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida, “Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em instituições de longa permanência para idosos no Estado”; Projetos de Lei n.º 921 e 922/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Dispõe sobre Combate ao Tráfico Ilegal de Madeira e Proteção das Florestas”, “Institui a Carteira de Identificação do Paciente Oncológico, com o propósito de simplificar o acesso a direitos e benefícios legais para indivíduos diagnosticados com câncer”; Projeto de Lei n.º 923/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Altera o art. 10 da Lei n. 4.719, de 12 de dezembro de 2018, que “autoriza o Poder Executivo a conceder parcelamento e remissão de débitos fiscais de ICMS, IPVA e ITCMD e a dispensar créditos tributários de IPVA, e isenta de IPVA, na forma e nas condições que especifica.”; Projeto de Lei n.º 924/2023, de autoria do Deputado Doutor Gomes, “Institui a semana estadual de conscientização sobre as doenças tropicais negligenciadas”; Projeto de Lei n.º 925/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Institui o licenciamento provisório para abertura de empresas no Estado do**

Amazonas”; **Projeto de Lei n.º 926/2023, de autoria do Deputado Adjuto Afonso**, “Dispõe sobre princípios e diretrizes para as ações que nortearão a implantação de equipamentos, dispositivos e infraestrutura para Cidades Amazonenses Inteligentes e dá outras providências”. **(estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.**

Presidente/Secretário

ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 4 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO CARLINHOS BESSA.

Às nove horas e vinte minutos do dia quatro de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **CARLINHOS BESSA**, com a presença dos Deputados: Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Cristiano D’Angelo, Débora Menezes, Delegado Péricles, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Doutora Mayara, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Mário César Filho, Mayra Dias, Roberto Cidade, Rozenha, Thiago Abraham, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Comandante Dan, Daniel Almeida e Sinésio Campos tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 104, 267, 348, 230 e 52/2023, respectivamente. **Na Fase Preliminar, o Secretário-Geral, Deputado JOÃO LUIZ, procedeu à leitura do EXPEDIENTE que constou dos Ofícios: 1. n.º 3288/2023-SES, do Senhor Jani Kenta Jwata, Secretário-Executivo da Secretaria de Estado de Saúde**, respondendo ao Requerimento n.º 2946/23, de autoria do Deputado Thiago Abraham, solicitando a indicação do Senhor Anoar Samad, Secretário de Estado de Saúde do Amazonas, para acompanhar e adotar providências com base no estudo divulgado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) e parceiros. (2023.9.48950); **2. n.º 3482/2023/Seinfra, do Senhor Carlos Henrique dos Reis Lima, Secretário de Estado de Infraestrutura**, respondendo ao Requerimento n.º 3482/2023, de autoria do Deputado João Luiz, que encaminhou indicação ao Governador para a recuperação do Ramal Sulivan Portela, localizado no Município de Rio Preto da Eva/AM. (2023.9.48959). **Como primeiro orador, o Deputado João Luiz** manifestou preocupação com a seca extrema e citou o desligamento da Hidrelétrica do Santo Antônio no rio Madeira cobrando da Ministra Marina Silva um posicionamento favorável à pavimentação da BR 319. Considerou as argumentações da Ministra contrárias à BR 319 narrativas sem fundamentação científica e ponderou que a falta de estrutura da BR apenas isola o povo do Amazonas e causa fome. Em outro tema, comemorou o evento de beach tênis que

aconteceu no final de semana na Ponta Negra e lembrou que a modalidade beach tênis se tornou esporte graças a uma Lei de sua autoria, prometendo enviar um indicativo ao Governo para que o esporte passe a fazer parte do Projeto Pelci. **Como oradora seguinte, a Deputada Alessandra Campêlo** anunciou a Operação Virtude, lançada pelo Ministério da Justiça, em defesa da pessoa idosa com a participação ativa de sua Comissão e da Procuradoria da Mulher. Rememorou que é autora do Projeto que garante auxílio aos órfãos do feminicídio, no entanto o Senado aprovou ontem uma pensão às famílias de baixa renda que forem vítimas de feminicídio. Em outro tema, explicou que ontem esteve na reunião da Comissão de Estiagem e externou a sua preocupação com a cidade de Beruri cujo porto está tomado por uma rachadura e outra comunidade apresenta problema de desbarrancamento. **Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa informou aos profissionais de saúde presentes em plenário que hoje não haveria votação porque os Ministros do Governo Federal encontram-se em Manaus e a Casa irá se reunir com eles buscando recursos para a estiagem do Estado.** **Na sequência, o Deputado Wilker Barreto** pontuou que muitos profissionais da saúde estavam sem receber há mais de sete meses e agradeceu por eles não abandonarem seus postos. afirmou que conversou com o Controlador-Geral e, amanhã, a TAG (Termo de Ajustamento de Gestão) será aprovada garantindo o pagamento dos servidores com promessa de concurso público. **Neste momento, assumiu a Presidência a Deputada Alessandra Campêlo que transpôs os trabalhos ao Grande Expediente continuando na tribuna o Deputado Wilker Barreto** que manifestou uma preocupação severa com a aposentadoria dos servidores efetivos já que o Governo quer retirar dinheiro do Fundo de Aposentadoria. Em outro tema, prometeu encaminhar à Casa o relatório de suas visitas aos hospitais e opinou que o Secretário de Saúde, por tudo o que ele viu, não tem mais condições de continuar à frente da Pasta. Concluiu pedindo a aprovação da Moção de Repúdio à Ministra Marina Silva por impedir o asfaltamento da BR319 dificultando a vida da população. **A seguir, o Deputado Delegado Péricles** cumprimentou os profissionais da saúde presentes na galeria e discorreu sobre uma tragédia que aconteceu no bairro de Santo Agostinho, no último sábado, onde um adolescente morreu e um pastor ficou ferido por conta da incompetência da Amazonas Energia que ao trocar o transformador de energia acabou explodindo e matando o adolescente que era deficiente. Exigiu da Amazonas Energia um posicionamento, visto que até agora não prestou nenhuma solidariedade à família. **Em aparte, os Deputados: João Luiz** se solidarizou com tema e afirmou que a Casa aprovou uma Lei que obriga a Empresa a fazer a organização dos fios de energia a fim de evitar esse tipo de acidente. Expôs imagens da Avenida Constantino Nery em que um transformador explodiu e causou problemas sérios como a falta de energia, bem como os apagões constantes no bairro Lírio do Vale. Sugeriu que fosse feito um Requerimento, de autoria Coletiva, a fim de convidar os representantes da Amazonas Energia a virem à Casa explicar por que os transformadores estão explodindo e as repetidas faltas de energia; **Mário César Filho** lamentou a tragédia e salientou que a Amazonas Energia faz pouco caso da população e não resolve o problema de imediato. Pediu que a Aneel olhasse pelo Amazonas e tomasse uma atitude mais enérgica em relação a isso; **Roberto**

Cidade lembrou que a Casa já fez uma CPI na tentativa de resolver o problema e assegurou que a Assembleia está à disposição para continuar a fiscalizar a Amazonas Energia que insiste em prestar um serviço de péssima qualidade. Sugeriu que o Diretor da empresa fosse novamente convidado a vir à Casa prestar esclarecimentos sobre os constantes apagões na cidade; **Rozenha** convocou a união de todos no sentido de combater o desserviço prestado à população e citou que a empresa cortou a energia da Arena da Amazônia, mesmo devendo valores exorbitantes de ICMS ao Governo. Condenou os medidores aéreos e a sua insistência em não cumprir as leis do Parlamento, seja estadual ou municipal.

Acolhidos os apartes, o Deputado Delegado Péricles expôs um vídeo em que mostra o caos no local no dia do acidente e a denúncia de que o bairro constantemente fica sem energia. Acrescentou que o serviço de energia em toda cidade é péssimo e cobrou dos órgãos de controle, como a Aneel, uma resposta mais contundente. Em outro tema, repercutiu a visita da Ministra Marina Silva que, até o momento, tem se preocupado apenas com a morte dos botos e deixado de lado a BR 319 que precisa ser asfaltada para melhorar a vida do povo. **Dando prosseguimento, o Deputado João Luiz** comemorou o Dia Internacional do Café e frisou que tem destinado emendas parlamentares aos agricultores de Silves e Careiro da Várzea visando fortalecer o empreendedorismo na área. Clarificou que muitos produtores de carvão estão substituindo essa atividade pelo cultivo do café robusto e que o Amazonas começa a se delinear no mercado internacional. Em outro assunto, deu conhecimento de suas visitas à tribo dos Tenharim que fica na Transamazônica próximo à Humaitá e recebeu a reciprocidade dessas lideranças indígenas que produzem castanha e tem recebido a ajuda dele e do Senador Plínio Valério no sentido de favorecer o escoamento da produção. Concluiu, destacando o Projeto Mobilização, Inclusão e Transformação (MIT) de Cidadania, desenvolvido pela Comissão que preside, que começou em Parintins objetivando conscientizar alunos acerca da exploração sexual infantil e adolescente e tem sido levado a várias escolas do interior e de Manaus. **Na continuidade, o Deputado Rozenha** salientou a importância do time Amazonas ascender à Série B do Campeonato Brasileiro o que traria desenvolvimento econômico ao Estado. Explicitou que o futebol amazonense teria muito mais visibilidade e atribuiu ao Governo Wilson Lima a valorização dos times. Convidou os torcedores a irem à Arena participar do evento e clarificou que futebol não é só jogo, é negócio e desenvolvimento. Parabenizou o time Amazonas que derrotou o Paysandu em Belém e desejou uma nova vitória no sábado consagrando o futebol do Estado. **Após, o Deputado Cabo Maciel** agradeceu ao Governador Wilson Lima por acatar a sua Indicação feita através do Requerimento n.º 2656/2023 que instituiu o Marco Regulatório da Educação Rural e Ribeirinha e considerou o momento um avanço para a educação, visto que o povo da floresta tem muita dificuldade de acessar às salas de aula, uma vez que as peculiaridades de cada local nem sempre eram observadas. Pontuou que com a estiagem deste ano, muitos alunos não conseguem mais ir às escolas e deixam de se alimentar, pois muitos estudantes têm como principal alimentação a merenda escolar. Novamente agradeceu a sensibilidade do Governador Wilson Lima que criou o Programa Merenda em Casa em que a alimentação é levada à casa dos alunos que não conseguem mais deslocar até as escolas. Ressaltou que o

Senador Omar Aziz estaria intercedendo para a compra de um avião que combata os incêndios e as queimadas e parabenizou a bancada do Amazonas que é incansável na luta por melhorias ao Estado. **Com a palavra, o Deputado Thiago Abraham** também demonstrou satisfação com as ações do Governo do Amazonas em prol da população neste momento de crise e defendeu uma exploração maior do potencial logístico do porto de Itacoatiara. Agradeceu ao Senador Omar Aziz que destinou mais de duzentos milhões em emendas ao Município. **Na Ordem do Dia, o Presidente encaminhou às Comissões 1 Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Carlinhos Bessa, Doutor George Lins e Thiago Abraham, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Deputado Estadual, Senhor Ednailson Leite Rozenha”. Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Delegado Péricles n.º 4725/2023 (Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 13/2023); Débora Menezes n.º 4726, 4727, 4728, 4729, 4730, 4732, 4733, 4734, 4735, 4736 e 4741/2023; Cristiano D’Angelo n.º 4731/2023; Alessandra Campêlo n.º 4737/2023; Joana Darc n.º 4738/2023 (subscrição do Projeto de Lei n.º 433/2022); João Luiz n.º 4739/2023 (Moção de Parabenização ao Presidente Roberto Cidade), 4744 e 4745/2023; Thiago Abraham n.º 4740/2023; Mayra Dias n.º 4742/2023; Adjuto Afonso n.º 4743/2023; Doutor George Lins n.º 4748/2023 (Sessão Especial dia 30 de outubro); Mário César Filho n.º 4746, 4747, 4749, 4750, 4751 e 4752/2023. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou dos Projetos de Lei n.º 909 e 910/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; Projetos de Lei n.º 911, 912 e 913/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos; Projeto de Lei n.º 914/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham; Projetos de Lei n.º 915, 916, 917 e 918/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida, (estes em terceiro dia); Projeto de Lei n.º 919/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; Projeto de Lei n.º 920/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida; Projetos de Lei n.º 921 e 922/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho; Projeto de Lei n.º 923/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham; Projeto de Lei n.º 924/2023, de autoria do Deputado Doutor Gomes; Projeto de Lei n.º 925/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles; Projeto de Lei n.º 926/2023, de autoria do Deputado Adjuto Afonso (estes em segundo dia); Projeto de Lei n.º 928/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 97/2023, “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a incluir programas e ações, a criação de novas ações no Plano Plurianual - PPA 2020/2023 e abrir crédito adicional especial no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta destinados à Secretaria de Estado de Energia, Mineração e Gás – SEMIG, na forma que especifica” [em Regime de Urgência solicitado pelo autor]; Projetos de Lei n.º 929 e 930/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, “Dispõe sobre benefícios para as pessoas que prestarem serviços voluntários e dá outras providências”, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues”; Projeto de Lei n.º 931/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Assegura ao consumidor o direito de receber na fatura mensal, das empresas prestadoras de serviços de internet móvel e banda larga na modalidade pós-paga, gráficos que demonstrem o registro médio diário de entrega da velocidade de recebimento e de envio de dados através da rede mundial de computadores”; Projeto de Lei n.º 932/2023, de**

autoria do Deputado Cabo Maciel, “Institui o dia 9 de julho como o Dia Estadual dos Colecionadores, Atiradores, Caçadores (CACs), e dá outras providências”; **Projeto de Lei n.º 933/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Altera o Art. 129 da Lei promulgada n.º 241, de 31 de março de 2015, na forma que especifica (profissional de educação física nas escolas públicas e privadas);** **Projetos de Lei n.º 934 e 938/2023, de autoria da Deputada Joana Darc, “Dispõe sobre a realização do procedimento de Diagnóstico de Alergias a Proteínas de Leite de Vaca - DAPLV, em recém-nascidos e nutrízes nas unidades de saúde”, “Institui a Programa Estadual de Criação de Brinquedos com Materiais Reciclados”;** **Projetos de Lei n.º 935 e 936/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, “Declara como de Utilidade Pública o Instituto Anjos do Bem do Amazonas – IABA”, “Declara como de Utilidade Pública o Instituto Somar”;** **Projetos de Lei n.º 937, 939, 940 e 941/2023, de autoria do Deputado Rozenha, “Dispõe sobre a capacitação de Retinopatia Diabética aos profissionais médicos da Atenção Básica e dá outras providências”, “Institui a Semana Estadual de Conscientização da Síndrome de Prader-Willi”, “Cria o Selo Amazonas Pela Vida para reconhecer o trabalho de Pessoas e Instituições que contribuem para o aumento de doadores de Órgãos e Tecidos, bem como o desenvolvimento Técnico-Científico da área de transplantes, e dá outras providências”, “Cria o selo lilás de reconhecimento às empresas atuantes no combate à violência contra a mulher”;** **Projetos de Resolução Legislativa n.º 73 e 74/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Excelentíssimo Senhor Umberto Ramos Rodrigues, Superintendente Regional da Polícia Federal no Amazonas (PF-AM)”, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);** **Projetos de Resolução Legislativa n.º 75 e 76/2023, de autoria do Deputado João Luiz, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Excelentíssimo Dr. Giordano Bruno Costa da Cruz”, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Ilustríssimo Senhor Carlos Henrique dos Reis Lima”. (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.**

Presidente/Secretário

ATA DA 112ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DA MEDALHA RUY ARAÚJO AO SENHOR DANIEL CARDOSO GERHARD. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 27 DE SETEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO ROZENHA.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de setembro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ROZENHA**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada para entrega da Medalha Ruy Araújo ao Senhor**

Daniel Cardoso Gerhard, Diretor-Jurídico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas/TCE, conforme Projeto de Resolução Legislativa n.º 66/2022, de autoria da Deputada Joana Darc, que se tornou a Resolução Legislativa n.º 978, de 6 de julho de 2023. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Daniel Cardoso Gerhard, homenageado; Maurílio Casas Maia, Defensor representando a Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, representando o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas/TCE; Audrim Rodrigues, Juiz Auxiliar do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; Maria Lúcia Gomes de Souza, Juíza Federal; Mauro Bezerra, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas; Carlos Alberto Ramos Filho, Diretor da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB/AM; Adriano Fernandes Ferreira, Diretor da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. **Ato contínuo,** todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro. **Após,** foi exibido um vídeo comemorativo. **Com a palavra, o Deputado Rozenha** esclareceu que a Medalha Ruy Araújo era concedida por vários vieses, felicitando o homenageado pela honraria. Justificou a ausência da Deputada Joana Darc, autora da propositura, que estava passando por um momento muito delicado e tendo que acompanhar seu filho Joaquim que iria ser submetido a quatro cirurgias hoje. **A seguir, a Cerimonialista Luana Dantas** fez a leitura do histórico da Comenda. **Na sequência, o Presidente Rozenha** entregou a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Daniel Gerhard juntamente com os familiares do agraciado. **Dando prosseguimento, o Senhor Carlos Alberto** elogiou o vasto curriculum do homenageado e afirmou que ele se dedicava com afinco a todas as atribuições que lhe eram confiadas. **Como oradora seguinte, a Senhora Fernanda Cantanhede** externou alegria com a homenagem realizada e enfatizou que a competência profissional do Senhor Daniel Gerhard enobrecia a Corte de Contas e o Estado do Amazonas com o seu brilhantismo profissional. **Na continuidade, o Senhor Maurílio Maia** ressaltou a importância do agraciado para a Defensoria Pública e aos debates acadêmicos nas universidades, parabenizando pela honraria. **Em seguida, o Senhor Mauro Bezerra** destacou a simplicidade e humildade de um profissional portador de um amplo currículo que o fazia um grande intelectual no cenário público. **Com a palavra, o Senhor Daniel Gerhard** agradeceu à Casa, em especial à Deputada Joana Darc e ao Deputado Rozenha, pelo momento tão significativo e dedicou a Medalha a toda a sua família. Salientou que o valor da honraria por ele recebida possuía a mesma grandiosidade com que zelava pelo bom desempenho de suas funções e pela responsabilidade pública no exercício de seu cargo. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. **Ato contínuo,** todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega,** Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 113ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ABERTURA DO 3º SIMPÓSIO PREVENÇÃO É SOLUÇÃO. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 28 DE SETEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ.

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de setembro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ADJUTO AFONSO**, com a presença dos Deputados Daniel Almeida, Doutor George Lins e João Luiz, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada para a abertura do 3º Simpósio Prevenção é Solução, conforme Memorando n.º 16/2023, de autoria do Deputado João Luiz. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Gabriella Leonora Campezzato, Secretária-Executiva Adjunta de Direitos Humanos/Sejusc, representando o Governador Wilson Lima; João Luiz, Deputado Presidente da Frente Parlamentar de Cuidados e Prevenção à Depressão, Suicídio e Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas/Fenapred; Doutor George Lins e Daniel Almeida, Deputados Membros da Fenapred; Vereador João Carlos, Secretário-Geral da Câmara Municipal de Manaus; Bruno Fraga, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Amazonas; Maria Edimeida Rezende Gato, Diretora de Gestão de Pessoas, representando a Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Andréa Chaves, Psicóloga Mestra em Psicologia Social e do Trabalho e Especialista em Saúde Mental; Tenente Coronel QOPM Alisson da Silva Henrique, Coordenador Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, representando a Polícia Militar do Amazonas; Ana Cláudia Botelho, Oficial de Proteção Social, representando o Unicef; Raimunda Gomes Pinheiro, Diretora do Centro de Saúde Mental do Amazonas; Juscimara de Jesus Bernardes, Presidente da Comissão de Orientação e Ética, representando o Conselho Regional de Psicologia. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram a execução do Hino Nacional brasileiro. **Com a palavra, o Deputado João Luiz** informou que o Simpósio que seria realizado em São Gabriel da Cachoeira foi cancelado em razão da reforma do Aeroporto de Manaus que fica fechado pela parte da manhã e destacou o "Projeto Depressão tem Cura" ressaltando a importância das atividades preventivas e espirituais. Agradeceu ao Presidente Roberto Cidade pelo apoio incondicional dispensado e afirmou que mesmo diante das intempéries da vida nem tudo estava perdido e era possível buscar ajuda e solução. Clarificou que o trabalho realizado era em nível nacional visando conhecer a realidade de outros Estados brasileiros e que Manaus era a 4ª capital com maior número de adultos depressivos de acordo com dados do Ministério da Saúde, por isso, desde o seu primeiro mandato como parlamentar, tem investido em Campanhas permanentes voltadas ao tema. Finalizou elencando as proposituras de sua autoria que abordam o assunto. **Em seguida, o Deputado Adjuto Afonso declarou instalada a Frente Parlamentar de Cuidados e Prevenção à Depressão, Suicídio e Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas/Fenapred, assinando o Termo de Instalação juntamente com os Deputados Daniel Almeida, João Luiz**

e Doutor George Lins, fez o registro dos nomes dos vereadores do interior do Estado do Amazonas presentes em plenário e prometeu contribuir da melhor forma possível com a Frente elogiando o trabalho do Deputado João Luiz. Anunciou que iria se retirar em razão de compromissos assumidos anteriormente com a OCB. **Neste momento assumiu a Presidência o Deputado João Luiz. Na sequência, a Senhora Juscimara Bernardes** externou alegria por estar participando de um momento relevante e discorreu sobre a problemática do alcoolismo evidenciando que, apesar da naturalização do problema, tratava-se de uma situação de calamidade pública que resultava em consequências graves, inclusive o suicídio. **Como oradora seguinte, a Senhora Raimunda Pinheiro** deu conhecimento de que o Estado, na atual gestão do Governador Wilson Lima, possuía o Centro de Saúde Mental do Amazonas, cujo objetivo era dar a devida assistência e ajuda às pessoas acometidas de patologias mentais. Pediu a ajuda da Assembleia no sentido de ampliar a rede de apoio. **Após, o Vereador João Carlos** parabenizou o Deputado João Luiz por legislar em prol da vida e agradeceu também o convite recebido. Enfatizou que a Frente Parlamentar era uma atitude humana e que a Câmara Municipal de Manaus enfrentaria a questão como um desafio complexo e urgente do cotidiano desempenhando um papel importante e fundamental à conscientização e desenvolvimento de políticas públicas e destinação de recursos àqueles que enfrentavam o problema em silêncio. **Dando prosseguimento**, foi exibido um vídeo referente ao testemunho do jovem Hugo que superou um drama pessoal, vencendo o suicídio. **Na continuidade, a Senhora Ana Botelho** discursou acerca do papel do Unicef voltado à saúde mental e defendeu o avanço em políticas públicas, a título de resultados sistêmicos, para o enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas e álcool por adolescentes e crianças. **Em seguida**, houve uma apresentação cultural do Projeto FJU (Força Jovem Universal) com o tema "Vencendo a Depressão". **Com a palavra, o Senhor Bruno Fraga** elogiou o Deputado João Luiz por apoiar incondicionalmente o combate às drogas, ao alcoolismo e aos crimes cibernéticos, argumentando que considerava o tráfico de drogas um câncer social. Concluiu fazendo apologia ao processo de conscientização a fim de erradicar a questão delicada e polêmica e agradeceu ao Coordenador do Pró-Vida, Senhor Júnior Estivalet, pelo empenho e dedicação. **Como oradora seguinte, a Senhora Gabriella Leonora Campezzato** destacou o trabalho desenvolvido por toda a equipe de profissionais no sentido de prevenir o suicídio e considerou o tema importante que deve ter o apoio da família e dos amigos. **Na sequência, o Senhor Jesem Orellana, Pesquisador da Fiocruz/AM**, discorreu sobre o tema "Suicídio no Brasil: panorama nacional, possíveis causas e estratégias de prevenção" com foco nas principais causas da tragédia e explicitou que promover saúde dependia, sobretudo, do bem-estar social. **Dando prosseguimento, a Senhora Andréa Bezerra Chaves**, Psicóloga, fez uma palestra sobre o tema "Posvenção: uma internação dolorida, porém necessária" e frisou que 92% dos suicídios estavam diretamente relacionados aos casos depressivos. Exibiu um vídeo acerca do "Setembro Amarelo" e realizou uma dinâmica com os presentes para fixar a importância do tema. Concluiu presenteando o Deputado João Luiz com um livro de Salmos e uma lata de tâmaras. **Ato contínuo, o Presidente João Luiz**

entregou Certificados da Unale ao Senhor Jesem Orellana e à Senhora Andrea Chaves. A seguir, o Cerimonialista Rondinely Fonseca procedeu à chamada nominal dos homenageados que receberam Certificados. Após, houve uma apresentação cultural e teatral pelo Projeto Strike. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos, convidou a participarem do evento “Basta” em frente ao Teatro Amazonas às dezessete horas e trinta minutos e reiterou seu posicionamento favorável à prevenção ao suicídio, às drogas e à depressão, salientando que o item espiritualidade também fazia parte do referido processo. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de amanhã às 10h. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 114ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AOS 9 ANOS DO PROGRAMA RONDA MARIA DA PENHA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 29 DE SETEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e nove de setembro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência da Parlamentar ALESSANDRA CAMPÊLO, ausentes os demais. A Senhora Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada em homenagem aos 9 anos do Programa Ronda Maria da Penha, conforme Requerimentos n.º 3367/2023, de sua autoria, e n.º 4305/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Luiz de Almeida Afonso, Secretário-Executivo da Sejusc, representando o Governador Wilson Lima; Major Tatiana Cristina Reis de Souza, Comandante da Ronda Maria da Penha; Eliane Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto, Juíza de Direito Titular do 4º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Jussara Maria Pordeus e Silva, Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Maria das Graças Soares Prola, Subsecretária Municipal de Políticas Afirmativas para as Mulheres e Direitos Humanos/Semasc, representando o Prefeito David Almeida; Carolina Matos Carvalho Norões, Defensora representando a Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Tenente Coronel Otacicleide Pereira de Oliveira, Comandante do Centro de Policiamento Metropolitano, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas; Tenente Coronel QOPM Guilherme José Sette Junior, idealizador do Programa Ronda Maria da Penha; Marlene Parizotto, Presidente da Comissão Permanente da Mulher Advogada, representando a OAB Seccional Amazonas; Débora Mafra, Delegada Titular da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher; Lídia de Abreu Carvalho, Ouvidora da Mulher do Tribunal Regional Eleitoral; Anderson Souza, Secretário-Executivo da SEAS/AM; Regina Melo Cavalcante, Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e Membro da Advocacia-Geral

da União/AGU. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Amazonas. Após, foi exibido um vídeo comemorativo. Com a palavra, a Deputada Alessandra Campêlo justificou a ausência do Presidente Roberto Cidade por estar cumprindo compromissos assumidos anteriormente e enfatizou que a classe feminina era muito valorizada por fazer as coisas acontecerem na sociedade. afirmou que a Ronda era um mecanismo altamente significativo para assegurar os direitos das mulheres, protegendo-as contra a violência doméstica, através de medidas protetivas. Concluiu lamentando todos os fatos ocorridos diariamente na sociedade que amedrontavam as mulheres e defendendo a interiorização do Programa Ronda Maria da Penha. Na sequência, a Cerimonialista Tereza Pinheiro fez a chamada nominal dos homenageados que receberam Certificados. Neste momento, a Presidente registrou a presença da Escola da Polícia Militar Jamil Seffair e informou que havia recebido um pedido de emenda para a compra de um ônibus para a referida escola, prometendo atender à solicitação. Dando prosseguimento, a Senhora Carolina Carvalho salientou que a Ronda era de suma importância para o avanço contínuo das mulheres na sociedade e colocou a Defensoria Pública à disposição da classe feminina. Na continuidade, a Senhora Lídia Abreu fez elogios à atuação da Parlamentar Alessandra Campêlo na Assembleia Legislativa e explicitou que a defesa da Deputada pela causa das mulheres as enaltecia ainda mais e fortalecia os movimentos sociais em prol da rede de proteção à mulher. Como oradora seguinte, a Senhora Jussara Pordeus parabenizou o Programa que ajudava e apoiava bastante as mulheres vítimas de violência doméstica e lembrou que o dia 25 de novembro era uma data emblemática por ser o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, como também o dia em que a Ouvidoria da Mulher completaria um ano de existência, sendo que haveria uma vasta programação e o lançamento de um livro como parte do evento. Chamou atenção para a eleição dos Conselheiros Tutelares que iria acontecer no domingo, dia 1º de outubro, e alertou que a Ouvidoria não atendia somente casos de violência doméstica, mas todas as demandas denunciadas. Após, a Senhora Eliane Paixão justificou a ausência da Desembargadora Graça por motivo de viagem e clarificou que existiam seis varas especializadas em violência doméstica, corroborando a credibilidade que as pessoas depositavam nos serviços de proteção às mulheres. Neste instante, foi registrada a presença da Senhora Maria Gláucia Soares, Coordenadora da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica da Região Norte. Com a palavra, a Major Tatiana Souza fez um breve retrospecto do Programa Ronda Maria da Penha desde sua criação e destacou os avanços e as dificuldades enfrentadas. Concluiu enfatizando o valioso trabalho realizado de maneira preventiva, levando segurança às vítimas através de medidas protetivas. A caminho do fim, a Presidente Alessandra Campêlo agradeceu o valoroso trabalho da Ronda na prevenção e proteção das mulheres vítimas de violência e observou que as situações de feminicídio e agressões haviam sido reduzidas por causa do serviço profícuo da referida Ronda. Na oportunidade, destacou a criação da Procuradoria da Mulher neste Poder, com o apoio incondicional do Presidente Roberto Cidade. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de segunda-feira às 13h. E, para constar, eu, Ivelize Fausto

Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 115ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO DO AMAZONAS AO SENHOR JOSÉ SIQUEIRA BARROS JÚNIOR. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 2 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO MÁRIO CÉSAR FILHO.

Às treze horas e trinta minutos do dia dois de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **MÁRIO CÉSAR FILHO**, com a presença da Deputada **Débora Menezes**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada para entrega do Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor José Siqueira Barros Júnior, conforme Projeto de Lei n.º 225/2023, de sua autoria, que se tornou a Lei Ordinária n.º 6.297, de 17 de julho de 2023. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Osvaldo Jodas Filho, Diretor-Presidente da Fundação Televisão e Rádio Encontro das Águas, representando o Governador Wilson Lima; José Siqueira Barros Júnior/Sikêra Júnior, homenageado; Débora Menezes, Deputada; Bruno Fraga Delegado-Geral da Polícia Civil do Amazonas; Dissica Tomas Calderaro, Vice-Presidente da Rede Calderaro de Comunicação. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram a execução do Hino Nacional Brasileiro executado pela Banda da Polícia Militar do Amazonas. **Após**, foi exibido um vídeo comemorativo e registrada a presença dos familiares do laureado em Plenário. **Na sequência, a Cerimonialista Luana Johnson** proferiu a leitura do histórico da Comenda. **A seguir, o Presidente entregou o Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor Sikêra Júnior. Com a palavra, a Deputada Débora Menezes** externou alegria pela homenagem e enfatizou que o apresentador sempre encontrava maneiras de enaltecer o Amazonas quando estava exercendo o ofício de comunicador. **Como orador seguinte, o Senhor Osvaldo Jodas Filho** fez referência ao saudoso Humberto Calderaro e enfatizou que a Rede Calderaro de Comunicação havia recebido muitas homenagens neste Poder. Elogiou o Senhor Sikêra Júnior e afirmou que ele era um excelente comunicador, na oportunidade parabenizou o proponente pela relevância da propositura. **Dando prosseguimento, o Senhor Dissica Calderaro** assegurou que o laureado sempre priorizou o Amazonas para exercer a sua profissão e desejou êxito constante em sua trajetória. **Neste momento, a Deputada Débora Menezes assumiu a Presidência enquanto o Deputado Mário César Filho usou a tribuna** para justificar a sua propositura e frisou que o apresentador era amado pelo povo amazonense por sua defesa dos valores da família, convicto de suas atitudes diante da câmara televisiva. **De volta à Presidência concedeu a palavra ao Senhor José Siqueira Barros Júnior** que agradeceu à Casa, em especial ao Deputado Mário César Filho, pela homenagem e fez uma retrospectiva de seu trabalho desde a sua cidade natal em Pernambuco até sua chegada a Manaus. Explicou que já recebeu vários convites para trabalhar

em outros Estados, entre eles, do próprio dono do SBT, Silvio Santos, no entanto recusou por entender que o Amazonas é uma terra de grandes oportunidades e reafirmou a sua gratidão pelo Estado e pelo acolhimento do povo amazonense. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas interpretado pela Banda da Polícia Militar. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 116ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AO DIA DA AMAZÔNIA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 3 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS.

Às doze horas e trinta minutos do dia três de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **SINÉSIO CAMPOS**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada em homenagem ao Dia da Amazônia, conforme Requerimento n.º 3628/2023, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Fabrícia Arruda Moreira, Secretária-Executiva Adjunta de Estado do Meio Ambiente, representando o Governador Wilson Lima; Joel Bentes Araújo Filho, Superintendente Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente/Ibama; Andréa da Cunha Cidade, Subsecretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade/Semmas; Juliano Marcos Valente, Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas/Ipaam; Emiliano Esterci Ramalho, Diretor Técnico Científico, representando o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/IDSM; Jadson Pinho Maciel, Coordenador do Projeto Remada Ambiental; Muni Lourenço S. Júnior, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária/FAEA; Josy, Presidente do PT em Coari; Maria Madalena Freitas, Vice-Prefeita de Manaquiri. **Ato contínuo**, todos de pé, ouviram Hino Nacional brasileiro. **Após**, foi exibido um vídeo institucional. **Na sequência**, foram entregues as **Placas Comemorativas** aos Senhores Joel Bentes Araújo Filho, Superintendente Regional do Ibama; Emiliano Esterci Ramalho, Diretor Técnico Científico do Instituto de Desenvolvimento Mamirauá; Giuliano Valente/Ipaam; Jadson Pinho Maciel, Projeto Remada Ambiental; e às Senhoras Fabrícia Arruda Moreira, Secretária-Executiva Adjunta de Estado do Meio Ambiente; e Andréa da Cunha Cidade, Subsecretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade/Semmas. **Com a palavra, a Senhora Fabrícia Arruda Moreira** agradeceu a homenagem recebida e enfatizou que a Amazônia possuía uma beleza encantadora, mas lamentou o estado depredatório em que se encontrava. **Como orador seguinte, o Senhor Juliano Valente** discorreu sobre as atribuições do Ipaam e apresentou dois servidores do Instituto que muito colaboravam com a

boa prestação de serviços à sociedade. Concluiu destacando os renomados professores Vicente Nogueira e Roberto Vieira por terem criado o conceito de Reserva e Desenvolvimento Sustentável – RDS em 1996, da Amazônia para o mundo. **Dando prosseguimento, o Senhor Joel Filho** afirmou que era muito desafiador e complexo debater acerca da preservação da Amazônia com foco no combate ao desmatamento por diversos motivos paralelos com interesses nos recursos naturais de nossa floresta. Concluiu sugerindo que essa data comemorativa se tornasse permanente no calendário deste Poder. **Na continuidade, o Senhor Muni Lourenço** elogiou a relevância da propositura do autor e frisou que reconhecia a grande atuação do Deputado em prol das causas econômicas da nossa região, considerando a data bastante oportuna para o debate da sustentabilidade que não poderia ser confundida com a intocabilidade do setor rural. **Com a palavra, o Deputado Sinésio Campos** fez críticas aos preconceitos existentes na Amazônia, comentou sobre a morte de animais nos rios lamentando a ocorrência, bem como discordou das constantes queimadas que ceifavam as vidas humanas, animal e vegetal. Observou que houve um grande retrocesso no Governo Federal anterior quanto à atuação dos órgãos de proteção ao meio ambiente, porém no Governo Lula existe uma garantia de que o meio ambiente será preservado. Fez apologia aos povos originários e argumentou que eles mereciam total respeito e dignidade por sua vasta contribuição na formação cultural do País, destacando que a população indígena em maior percentual se encontrava na Amazônia. **Após, a Senhora Madalena Freitas** demonstrou alegria pela homenagem e comentou sobre os momentos difíceis vividos pelo povo de Manaquiri, devido a vazante dos rios e as constantes queimadas no referido local, pedindo apoio das autoridades constituídas a fim de solucionar a questão. **Neste instante, o Presidente Sinésio Campos** apelou ao Ipaam e ao Ibama que disponibilizasse carros-pipa visando amenizar a seca interiorana. **Na sequência, o Senhor Emiliano Ramalho** reportou-se ao valioso trabalho prestado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá objetivando o desenvolvimento dos povos com a parceria da ciência, envolvendo pesquisas voltadas às mudanças climáticas que resultavam em secas extremas. Concluiu defendendo o investimento significativo em ciência e tecnologia. **A caminho do fim, o Presidente** agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental.** E, **para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 117ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AO DIA MUNDIAL DOS ANIMAIS, DIA NACIONAL DOS PROTETORES DOS ANIMAIS E DIA ESTADUAL DE COMBATE AOS MAUS-TRATOS ANIMAIS. 1ª SESSÃO

LEGISLATIVA. MANAUS, 4 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADA JOANA DARC.

Às quinze horas e trinta minutos do dia quatro de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência da Parlamentar **JOANA DARC**, ausentes os demais. **A Senhora Presidente** explicou se tratar de uma **Sessão Especial convocada em homenagem ao Dia Mundial dos Animais, Dia Nacional dos Protetores dos Animais e Dia Estadual de Combate aos Maus-Tratos dos Animais, conforme Requerimento n.º 111/2023, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Eduardo Costa Taveira, Secretário de Estado do Meio Ambiente, representando o Governador Wilson Lima. **Neste momento, a Deputada Joana Darc** explicou que a cadela Branquinha iria compor a Mesa por ser um animal que representa bem a causa que ela defende. Frisou que a cadela foi sua companheira de campanha e que foi resgatada no bairro Alvorada depois de ser abandonada pelos seus tutores. Eduardo Badaró Fernandes, Delegado da Receita Federal em Manaus; Felipe Antônio Araújo Sarkis, Delegado Titular da Alfândega da Receita Federal do Aeroporto de Manaus; Juliana Soares Viga, Delegada da Delegacia Especializada em Crimes contra o Meio Ambiente; Denilson Melo de Aguiar, Professor e Coordenador da Clínica de Direitos dos Animais e Membro da Comissão dos Direitos dos Animais da Universidade do Estado do Amazonas/UEA; Major QOPM Marcelo Ferreira Arruda Ormand, Comandante da Companhia Independente de Policiamento com Cães; Tenente Coronel QOBM Robson Falcão, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas; Tenente Magno Sulivan, representando o Comando do Regimento de Policiamento; Marina Pandolphi Brolio, Coordenadora do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina de Manaus/Fametro; Jaqueline Canizo, Presidente da ONG Compaixão Animal; Débora Lopes Mesquita, Presidente da ONG Sem Raça Definida. **Ato contínuo,** todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro. **Na sequência,** foi exibido um vídeo comemorativo. **Com a palavra, a Deputada Joana Darc** justificou sua iniciativa e salientou que reconhecia o valoroso trabalho das pessoas que atuavam na causa animal, ainda que de forma anônima. Deu destaque ao papel das ONGs dos protetores da capital e do interior e de alguns empresários que em muito colaboravam ao bem-estar animal e enfatizou que um dos desafios do seu mandato era implementar o Curso de Medicina Veterinária na UEA visando dar oportunidade às pessoas que não possuíam condições de pagar uma faculdade, bem como comentou acerca de suas proposições alusivas à causa por ela abraçada e agradeceu à Fametro, na pessoa da Senhora Maria do Carmo, por ter enviado ajuda ao resgate de um jacaré, colocando-o no antigo zoológico do Hotel Tropical. Concluiu evidenciando as ações da Comissão de Proteção aos Animais criada por este Poder e a sua importância para a causa. **Neste momento,** foi exibido um vídeo referente aos cães da Receita Federal que contribuem nas operações realizadas. **Em seguida, a Presidente** entregou duas Placas Comemorativas aos cães da Receita Federal “Deco” e “Odin”, representados pelo Delegado Felipe Antônio Araújo Sarkis. **Na continuidade,** fez um minuto de silêncio em razão das vidas animais ceifadas em decorrência dos frequentes desastres naturais, bem como fez

referência aos protetores Caio Silva e Nádia Barbosa, que não estavam mais em nosso convívio, mas que mereciam ser homenageados chamando as Senhoras Edinilda e Vanessa, mães dos protetores, para receber Placas Comemorativas. **Dando prosseguimento, o Cerimonialista Dan Oliveira** fez a chamada nominal dos homenageados que receberam Certificados. **Neste instante, a Presidente** registrou a presença de protetores dos Municípios de Beruri e Presidente Figueiredo. **Após, a Senhora Carla Manorte** reportou-se à pessoa da Nádia, ativista em causa animal, lamentando profundamente o seu falecimento, bem como agradeceu todo o bem realizado por ela aos animais. **Como oradora seguinte, a Senhora Natasha Barbosa** proferiu a leitura de uma homenagem póstuma à sua irmã Nádia, elogiando o perfil humano da protetora. **Na sequência, a Senhora Vanessa** afirmou estar emocionada ao falar do saudoso Caio, no dia de São Francisco de Assis, protetor dos animais, ressaltando que ele havia feito muito pela causa animal. **Ato contínuo, a Senhora Edinilda Teixeira** agradeceu a Deus pelo seu filho e destacou o amor incondicional que ele tinha pelos animais. **Neste momento, a Deputada Joana Darc** fez referência também ao falecimento do Doutor Adalberto karini, Juiz da Vara Especializada em Meio Ambiente. **Dando prosseguimento, o Senhor Felipe Sarkis** manifestou gratidão à Deputada Joana Darc por todo o empenho no exercício de seu mandato à causa animal. **Com a palavra, a Senhora Juliana Viga** elogiou a iniciativa da autora e colocou a Delegacia do Meio Ambiente à disposição para combater os maus-tratos de animais e assegurou estar admirada com o número expressivo de pessoas engajadas na referida causa. **Como oradora seguinte, a Senhora Marina Brolio** também reconheceu o excelente trabalho da parlamentar que era uma heroína diante da causa animal. **A caminho do fim, a Presidente** sugeriu que os tutores de animais pudessem levar seus bichinhos para receber a bênção na Paróquia Nossa Senhora das Graças, às vinte horas, feita pelo Padre Francisco em razão do Dia de São Francisco de Assis, protetor dos animais e agradeceu a presença de todos. **Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental.** E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 5 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e vinte minutos do dia cinco de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar ROBERTO CIDADE, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Débora Menezes, Delegado Péricles, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Mário César Filho, Mayra Dias, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abraham, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Adjuto Afonso, Comandante Dan, Carlinhos Bessa, Daniel Almeida e as Deputadas Alessandra Campêlo e Doutora Mayara tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 267, 348, 29, 230, 444 e 321/2023, respectivamente. Na Fase Preliminar, o Secretário, Deputado ABDALA FRAXE, procedeu à leitura do EXPEDIENTE que constou dos Ofícios: 1. n.º 2375 e 2574/2023-ACC, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, em resposta aos Requerimentos: I - n.º 1921/2023, de autoria do Deputado Rozenha, solicitando a obrigatoriedade de apresentação do Cartão da Vacina do Vírus do Papiloma Humano (HPV) nas Escolas Públicas de Canutama/AM. (2023.9.46172), II - n.º 1511/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, que versa sobre a solicitação de campanha publicitária ostensiva dos contatos, finalidade e como a sociedade pode participar em denúncias que combatam a violência nas escolas, por intermédio da plataforma "Escola Segura", do Ministério da Justiça e Segurança Pública. (2023.9.49486); 2. n.º 3726, 3724, 3752, 3776, 3760, 3782 e 3784/2023/Seinfra, do Senhor Carlos Henrique dos Reis Lima, Secretário de Estado de Infraestrutura, respondendo aos Requerimentos: I - n.º 3680/2023, de autoria do Deputado João Luiz, solicitando o asfaltamento do Ramal Fé em Deus (AM 010, KM 91, margem direita) Rio Preto da Eva/AM. (2023.9.49445), II - n.º 3509 e 3875/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, solicitando o recapeamento asfáltico no Ramal dos Padres - BR 174 - KM 22, Comunidade Rainha dos Apóstolos (na Estrada da Escola Agrícola), no Município de Manaus; e Estrada do Curupira, no Município de Nova Olinda do Norte. (AD-Doc.2023.9.47835 e 49448), III - n.º 3888/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campelo, solicitando serviços de pavimentação e asfaltamento do ramal de acesso a Comunidade Nova Aliança, AM-240, Km 04, Zona Rural do Município de Presidente Figueiredo/AM. (2023.9.49446), IV - n.º 3908/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham, solicitando a construção de um Hemonúcleo no município de Silves. (2023.9.49450), V - n.º 3614/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos, solicitando serviços de limpeza, capinação e roçagem nas margens da Rodovia AM 010/AM que interliga os municípios de Manaus, Rio Preto da Eva e Itacoatiara. (2023.9.49452), VI - n.º 3745/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Angelo, que solicitou asfaltamento na Comunidade Novo Millenium, localizada no Município de Manaus. (2023.9.49453). Neste momento, o Presidente cumprimentou os servidores da saúde e da educação presentes em plenário. Como primeiro orador, o Deputado Wilker Barreto deu boas-vindas aos servidores da saúde e opinou que hoje seria um dia histórico por conta da aprovação da TAG (Termo de Ajustamento de Gestão) que permite a contratação direta dos enfermeiros evitando o atraso dos salários. E outro tema, posicionou-se contrário ao Projeto de Lei Complementar que altera a aposentadoria dos servidores públicos e mencionou que não falta dinheiro no Estado, falta gestão e que a Cema (Central de Medicamentos) não tem remédios dificultando a vida dos pacientes. Cobrou do Secretário de Saúde uma atitude mais enérgica e prometeu apresentar os relatórios feitos a partir de suas vistas a três prontos-socorros da cidade. Neste momento, o Presidente suspendeu a Sessão para que os Deputados membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação pudessem se reunir e deliberar proposições. Reabertos os trabalhos, o Presidente iniciou o Grande Expediente. Com a palavra, o Deputado Sinésio Campos deixou claro que, como Líder do PT, não apoia a decisão da Ministra Marina Silva contrária ao asfaltamento da BR 319 e salientou que a situação se tornou ainda mais grave com a seca dos rios e com o fechamento do Aeroporto Eduardo Gomes para reforma. Sugeriu que fosse criada uma Frente Parlamentar em Defesa da BR 319 ressaltando que o Presidente Lula é a favor do asfaltamento da rodovia. Em aparte, os Deputados: Rozenha parabenizou o Deputado Sinésio Campos pela coragem em questionar a Ministra Marina Silva sobre a BR319 da mesma forma que o Senador Omar Aziz, observou que a BR já está construída, faltando apenas o

asfaltamento, e frisou que não haverá mais derrubada de árvore ou qualquer dano ao meio ambiente. Propôs uma Força-Tarefa em defesa da BR319 para que a Amazonas saia do ostracismo e que a Ministra compreenda que o homem da floresta não prejudica o meio ambiente; Débora Menezes evidenciou que a BR está abandonada há 40 anos e opinou que a Ministra erra ao ser contra a BR porque essa intransigência apenas isola o Amazonas; Delegado Péricles considerou a atitude da Ministra uma forma de atrapalhar o desenvolvimento do Amazonas ao barrar o asfaltamento da BR 319 e questionou o fato de o Presidente Lula ser a favor da BR 319 e a Ministra não e prevalecer a vontade da Ministra e não do Presidente do Brasil; Joana Darc parabenizou a firmeza do Deputado Sinésio Campos em favor da BR319 e pontuou que a rodovia já existe faltando apenas a sua trafegabilidade. Convocou todas as autoridades mundiais que usam o slogan da Amazônia a defender a pavimentação da BR319; Roberto Cidade manifestou alegria pelo posicionamento do Deputado Sinésio Campos em relação à BR319 e afirmou que a atitude do Presidente em enviar Ministros ao Amazonas simboliza o compromisso do Governo Federal, como também a adoção de medidas eficazes pelo Governador Wilson Lima e pelo Senador Omar Aziz. Expressou seu desejo de ver a BR 319 trafegável. Acolhidos os apertes, o Deputado Sinésio Campos anunciou que estaria fazendo um documento, através do Parlamento Amazônico, com o intuito de unir forças no sentido de que a BR319 fosse asfaltada. Fez referência à vinda dos Ministros ao Amazonas como um grande passo e mencionou que conversou com o Ministro dos Transportes acerca dos portos do Estado que não funcionam e com o Ministro de Minas e Energia sobre a situação da energia e da mineração no Amazonas, bem como a questão da seca que assola os municípios. Resumiu o que foi conseguido com a presença dos Ministros: dragagem dos rios, kits de saúde com a inserção do Amazonas no Programa Mais Médicos, antecipação dos benefícios como Bolsa-Família, Pronaf e Seguro-Defeso, aquisição de uma aeronave e deslocamento de brigadistas a fim de conter os incêndios e queimadas. Como orador seguinte, o Deputado Wilker Barreto deu destaque ao Projeto de Lei Complementar n.º 14/2023 que mexe no Fundo Previdenciário do Amazonas e expôs imagens com as receitas e despesas do Estado mostrando que a receita continua superavitária, mas as dívidas se aglomeram o que poderia “acender a luz amarela” dos gastos segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Informou que já enviou à Sefaz um pedido de explicação acerca das contas públicas e sugeriu que fosse feito um empréstimo, ao invés de lançar mão do dinheiro da aposentadoria dos servidores Concluiu solicitando um tempo maior para a discussão do Projeto. Neste momento, o Presidente iniciou a Ordem do Dia, fazendo verificação de quórum estando presentes os Deputados: Abdala Fraxe, Cabo Maciel, Cristiano D’Angelo, Delegado Péricles, Doutor Gomes, Débora Menezes, Felipe Souza, Joana Darc, Mayra Dias, Mário César Filho, Roberto Cidade, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abraham, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto. Havendo quórum regimental, a Secretária, Deputada JOANA DARC, procedeu à leitura da Pauta de Requerimentos: 1. n.º 4694/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, “Requer, na forma regimental, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 773/2023, de autoria do requerente, que “Institui Plano de Segurança e Resposta a Ameaças nos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Amazonas.” Em discussão, os Deputados Wilker Barreto, Cristiano D’Angelo, Sinésio Campos, Delegado Péricles, Rozenha e a Deputada Joana Darc subscreveram o Requerimento. Em votação, aprovado; 2. n.º 4725/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Requer, na forma regimental, Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 13/2023, de autoria do requerente, que “Acrescenta o Art. 178-A à Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997 (Isenção de taxa de renovação de CNH para idosos).” Em discussão, os Deputados Rozenha, Doutor Gomes e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc subscreveram o Requerimento. Em votação, aprovado. Questão de Ordem, o Deputado Wilker Barreto pediu que o Requerimento de sua autoria, subscrito por vários Deputados, de Repúdio à Ministra Marina Silva fosse aprovado. Na sequência, a Secretária proferiu a leitura dos Projetos de Lei Complementar, em Discussão e Votação em 1º Turno: 1. Projeto de Lei Complementar n.º 13/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Acrescenta o Art. 178-A à Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997 (Isenção de taxa de renovação de CNH para idosos)”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos; da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa; e de Transporte, Trânsito e Mobilidade (Relator: Deputado Carlinhos Bessa). Em discussão, os Deputados: Rozenha parabenizou o Deputado Delegado Péricles e subscreveu o Projeto; Cabo Maciel, Joana Darc, Mayra Dias, Mário César Filho e Doutor Gomes subscreveram o Projeto; Wilker Barreto mencionou que, como Relator, gostaria de parabenizar o Deputado Delegado Péricles pela

relevância social e fez uma reflexão acerca das taxas do Detran/AM considerando muito altas e pedindo que a Casa revise essa situação; Sinésio Campos manifestou seu voto favorável e rememorou que, no seu primeiro mandato, foi responsável por derrubar a taxa do Detran/AM que cobrava vistoria de carro novo. Defendeu a gratuidade da taxa da CNH para idosos a partir de sessenta anos porque a maioria ganha um salário mínimo e essas taxas pesam no orçamento e considerou o Projeto de Lei “uma pegadinha” por dar o benefício apenas aos idosos a partir de setenta anos; Delegado Péricles agradeceu aos Deputados pela subscrição e explicou que a Lei Federal n.º 14.071 alterou a data de renovação da CNH, sendo que pessoas com até 50 anos tem um prazo de 10 anos para a renovação; de 50 a 69 devem renovar de 5 em 5 anos e a partir dos 70 anos seria de 3 em 3 anos e o Projeto seria uma forma de compensar esse valor, já que as pessoas nessa faixa etária teriam uma despesa maior. Em votação, aprovado com as subscrições; 2. Projeto de Lei Complementar n.º 14/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 78/2023, “Altera, na forma que especifica, o artigo 47 da Lei Complementar n.º 30, de 27 de dezembro de 2001, que “Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência do Estado do Amazonas, estabelece seus Planos de Benefícios e Custeio, cria Órgão Gestor e dá outras providências”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emendas do Relator: Deputado Felipe Souza; e Parecer Conjunto Favorável, nos termos das emendas, das Comissões de Assuntos Econômicos; de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos; e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. Gomes). Em discussão, o Deputado Wilker Barreto pediu aos Deputados novamente que não aprovassem o Projeto antes de um debate mais aprofundado e solicitou que o Governo conversasse com os servidores que eram os dono do Fundo, já que eles contribuem para a aposentadoria. Exibiu relatórios, inclusive do Ministério da Previdência, que diz que não deveria ser alterado o Fundo sem estudo prévio e observou que o aporte do percentual de vida estaria superior a 1% ao contrário do que determina a Portaria do Ministério. Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Sinésio Campos afirmou que o servidor público não terá nenhum benefício com a aprovação do Projeto e que, como professor concursado, não poderia aceitar essa mudança. Esclareceu que só apoia aquilo que o convence de que é certo e que ainda não se convenceu de que a matéria não trará prejuízos ao servidor. Frisou também a necessidade de um levantamento dos inativos da Amazonprev e defendeu a necessidade de os representantes dos Sindicatos serem ouvidos; Roberto Cidade assegurou que houve várias discussões na Casa sobre o Projeto inclusive uma Audiência Pública de autoria do Deputado Wilker Barreto; Felipe Souza explicitou, através de slides, o estudo feito pela Amazonprev este ano e alertou que os relatórios exibidos pelo Deputado Wilker Barreto são do ano passado. Advertiu que o Projeto é constitucional e que o Fundo possui um superávit sendo permitido a utilização de até seiscentos e oitenta e seis milhões de reais e clarificou que apenas mil setecentos e quarenta servidores acima de 80 anos de idade seriam remanejados. Além disso, o Fundo superavitário só começará a pagar a aposentadoria dos servidores daqui a 10 anos e assegurou que o estudo é confiável e o Parecer do Ministério da Previdência ratificou o estudo garantindo não haver nenhum risco futuro aos servidores; Wilker Barreto clarificou que a Audiência Pública foi realizada, no entanto a Amazonprev não compareceu e mencionou que o Parecer citado pela Liderança do Governo é posterior à Mensagem, ou seja, primeiro foi feito o Projeto e depois o Parecer Técnico. Pediu que o Projeto fosse retirado de Pauta por conta desse vício insanável e que fosse analisado melhor; Delegado Péricles esclareceu que tem havido algumas distorções sobre a matéria e deixou claro que é um servidor efetivo e que o Projeto não retira o dinheiro do servidor, apenas remaneja servidores de um Fundo para o outro. Assegurou que o Parecer Técnico chegou no dia 16 de junho e que o outro Parecer exibido apenas endossa o que acompanhou a Mensagem Governamental. Saliou ainda que esse remanejamento já foi feito em outros Estados e que não mexe na contribuição dos servidores e garantiu que não irá faltar dinheiro para a aposentadoria e não há risco algum; Sinésio Campos decidiu votar a favor do Projeto porque ficou convencido de que não haveria nenhum prejuízo ao servidor; Wilker Barreto pediu vista; Presidente Roberto Cidade colocou o pedido de vista em votação, sendo negado pelo Plenário. Em votação, aprovado com voto contrário do Deputado Wilker Barreto. Durante a Sessão, os Projetos de Lei Complementar n.º 13 e 14/2023 foram aprovados em 2º turno, como também a Redação Final. Ato contínuo, a Secretária JOANA DARC procedeu à leitura da Pauta de Votação, em Discussão Geral e Votação Única: 1. Projeto de Lei n.º 943/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 98/2023, “Autoriza a contratação por tempo determinado de Profissionais de Enfermagem, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nas condições que especifica, e dá outras providências”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça

e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos; de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos; e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Rozenha). Em discussão, os Deputados: Rozenha considerou o Projeto um avanço porque acaba com o círculo vicioso do atraso de salários e coloca a saúde do Amazonas em prioridade; Joana Darc rememorou que há três anos houve um grande avanço com a contratação direta dos técnicos em enfermagem e hoje esse mesmo avanço está sendo estendido aos enfermeiros. Manifestou seu voto favorável e seu orgulho por participar de uma causa tão nobre. Parabenizou a Senhora Graciete pelo empenho; Sinésio Campos defendeu o ingresso por concurso público, porém ponderou que o momento é diferenciado e, por isso, concorda com a contratação direta, pois as empresas terceirizadas costumam explorar os seus funcionários. Declarou seu voto favorável; Wilker Barreto fez uma retrospectiva de todos os momentos que culminaram na propositura e agradeceu nominalmente ao Presidente Roberto Cidade, ao Conselheiro Josué Neto, ao Deputado Felipe Souza, à Deputada Alessandra Campêlo, ao Controlador-Geral e a Secretária-Executiva da Casa Civil. Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Wilker Barreto pediu à Liderança do Governo e ao Presidente que os servidores pudessem receber ainda este mês de outubro; Roberto Cidade agradeceu a todos os Deputados e ao Governador Wilson Lima pela sensibilidade em apoiar a TAG e ao Conselheiro Josué Neto presente em plenário; Felipe Souza considerou o momento muito feliz e histórico e agradeceu ao Governador Wilson Lima que sempre apoiou o Projeto; Delegado Péricles parabenizou todos os enfermeiros pela conquista e expressou gratidão ao Controlador-Geral, ao Secretário da Casa Civil, ao Presidente Roberto Cidade, ao Conselheiro Josué Neto e ao Governador Wilson Lima pelo apoio. Em votação, aprovado por unanimidade; 2. Projeto de Decreto Legislativo n.º 34/2023, de autoria da Comissão Especial, "Aprova o nome que especifica para compor o Conselho Estadual de Cultura/Conec/AM. (Pedro Henrique Secatti Cacheado). Relator: Deputado Abdala Fraxe. Enviado pela Mensagem Governamental n.º 82/2023. Em votação, aprovado. Neste momento, o Presidente anunciou que a votação seria em Bloco, no entanto iremos reproduzir na íntegra as proposições. 3. Projeto de Lei n.º 373/2021, de autoria da Deputada Joana Darc, "Altera a Lei n.º 5.403, de 24 de fevereiro de 2021, que 'Dispõe sobre a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTÉA). Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Assuntos Econômicos (Relatora Deputada Dra. Mayara Pinheiro); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Desarquivado pela autora por meio do Requerimento n.º 10/2023. Em votação, aprovado com subscrição das Deputadas Mayra Dias, Débora Menezes e do Deputado Rozenha; 4. Projeto de Lei n.º 40/2023, de autoria da Deputada Joana Darc, "Dispõe sobre o treinamento e a capacitação dos profissionais que realizam o atendimento direto às pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA)". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Débora Menezes); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Em votação, aprovado com subscrição das Deputadas Mayra Dias, Débora Menezes e do Deputado Rozenha; 5. Projeto de Lei n.º 49/2023, de autoria da Deputada Joana Darc, subscrito pelo Deputado Rozenha, "Institui o 'Portal TEA'. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Débora Menezes); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Dra. Mayara Pinheiro); de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). Em votação, aprovado com subscrição das Deputadas Débora Menezes e Mayra Dias; 6. Projeto de Lei n.º 182/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, "Institui o Dia Estadual do Conservadorismo no Estado do Amazonas". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); da Mulher, Da Família e Da Pessoa Idosa (Relator: Deputado Wilker Barreto); e de Cultura e Economia Criativa (Relator: Deputado Mário César Filho). (Retirado de pauta na sessão de 21/09/2023). Em discussão, os Deputados: Sinésio Campos afirmou que a matéria é de cunho ideológico e que o conservadorismo não leva em consideração as mudanças sociais, direitos civis, além de promover a intolerância principalmente nas questões de raça e religião. Opinou que não seria hora de aprovar um projeto com essa abordagem e manifestou seu voto contrário; Débora Menezes clarificou que não existe nada de ideológico na matéria e que a criação do dia quer reafirmar os valores e princípios da família; Delegado Péricles pediu para subscrever a matéria e assegurou que o projeto quer apenas defender a família e os princípios cristãos. Em votação,

aprovado com subscrição do Deputado Delegado Péricles e voto contrário do Deputado Sinésio Campos e da Deputada Mayra Dias; 7. Projeto de Lei 212/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ángelo, "Estabelece diretrizes para a valorização e empoderamento da mulher no campo, no âmbito do Estado do Amazonas". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Thiago Abraham); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo) e de Agricultura Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Relator: Deputado Adjuto Afonso). (Retirado de pauta na Sessão de 27/09/2023), Retirado de Pauta a pedido do autor); 8. Projeto de Lei n.º 229/2023, de autoria do Deputado Rozenha, subscrito pela Deputada Joana Darc, "Assegura aos portadores de transtornos psíquicos o direito a se fazer acompanhar de animal de assistência emocional nos estabelecimentos públicos estaduais, estabelecimentos privados e meios de transporte". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Débora Menezes); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dr. George Lins); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. Gomes) e de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo). Em votação, aprovado; 9. Projeto de Lei n.º 234/2023, de autoria do Deputado Rozenha, "Institui a Campanha de Conscientização e Incentivo ao Diagnóstico Precoce do Fenilcetonúria, e dá outras providências". Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emenda do Relator, Deputado Thiago Abraham; e Pareceres Favoráveis das Comissões de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Dra. Mayara Pinheiro); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Cabo Maciel). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 10. Projeto de Lei n.º 235/2023, de autoria do Deputado Rozenha, "Institui o Dia Estadual da Prematuridade e dá outras providências". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Wilker Barreto); e de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens (Relatora: Deputada Mayra Dias). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 11. Projeto de Lei n.º 252/2023, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, "Dispõe sobre os direitos para as pessoas com sequelas graves advindas de queimaduras e dá outras providências". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Dra. Mayara Pinheiro); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. Gomes); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 12. Projeto de Lei n.º 261/2023, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, "Institui o dia 5 de junho como 'Dia do Indigenista". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Felipe Souza); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Wilker Barreto); e Políticas sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa (Relator: Deputado Daniel Almeida). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 13. Projeto de Lei n.º 294/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos. "Altera, na forma específica a Lei n.º 4.605, de 28 de maio de 2018, que Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional no Estado do Amazonas". Recebeu emendas do Deputado João Luiz na comissão de Assuntos Econômicos. Com Pareceres Favoráveis, na forma das emendas, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado João Luiz); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Adjuto Afonso). Em votação, aprovado; 14. Projeto de Lei n.º 314/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, "Institui, no âmbito do Estado do Amazonas, a Semana Estadual de Combate ao Etarismo". Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Dra. Mayara Pinheiro); e da Mulher, Família e da Pessoa Idosa (Relatora: Deputada Joana Darc); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 15. Projeto de Lei n.º 333/2023, de autoria do Deputado Felipe Souza, "Dispõe sobre o sistema de referência e contrarreferência do sistema de saúde e dá outras providências. Recebeu Substitutivo do autor, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: "Dispõe sobre o sistema de saúde e dá outras providências." Com Pareceres Favoráveis, nos termos do Substitutivo, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado João Luiz); de Saúde e Previdência (Relator:

Deputado Dr. George Lins); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). Em votação, aprovado; 16. Projeto de Lei n.º 490/2023, de autoria da Deputada Mayra Dias, “Dispõe sobre a prioridade nas investigações para apuração de crimes de abuso e/ou exploração sexual que tenham como vítimas crianças e/ou adolescentes no âmbito do Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Felipe Souza); de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens (Relator: Deputado Comandante Dan); e de Segurança Pública (Relator: Deputado Cabo Maciel). Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Thiago Abraham, Rozenha, Wanderley Monteiro e das Deputadas Débora Menezes e Joana Darc; 17. Projeto de Lei n.º 549/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, “Altera a Lei n.º 3.331 de 23 de dezembro de 2008, que Dispõe sobre o Sistema Estadual de Defesa Civil - SIEDEC, e estabelece outras providências, para dispor sobre a instalação de sirenes de alerta sonoro em regiões com risco de alagamento e deslizamento, no âmbito do Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Wilker Barreto); Assuntos Municipais, Desenvolvimento Rural e Regional (Relator: Deputado Thiago Abraham); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dr. George Lins). Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Cristiano D’Angelo, Delegado Péricles e da Deputada Joana Darc; 18. Projeto de Lei n.º 565/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, “Institui Campanha Permanente de Conscientização e Promoção da PREP no Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Felipe Souza); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Cabo Maciel). Em votação, aprovado com subscrição das Deputadas Mayra Dias e Joana Darc; 19. Projeto de Lei n.º 604/2023, de autoria do Deputado João Luiz, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Excelentíssimo Coronel RR QOPM, Sr. Dan Câmara”. Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Delegado Péricles). Em votação, aprovado com subscrição das Deputadas Débora Menezes e Joana Darc; 20. Projeto de Lei n.º 615/2023, de autoria da Deputada Mayra Dias, “Institui a Semana de Conscientização e Incentivo à Educação Não Violenta no âmbito do Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Débora Menezes); e de Educação (Relator: Deputado Cabo Maciel). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 21. Projeto de Lei n.º 646/2023, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, “Dispõe sobre a instituição da Semana Estadual de Conscientização e Combate ao Consumo de Cigarro Eletrônico no Estado do Amazonas e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Cabo Maciel). Em votação, aprovado; 22. Projeto de Lei n.º 653/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Procurador do Estado do Amazonas Eugênio Nunes Silva. Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Carlinhos Bessa). Em votação, aprovado; 23. Projeto de Lei n.º 657/2023, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, subscrito pelo Deputado Mário César Filho, “Institui, o ‘Dia Estadual do Exame do Teste do Pezinho’, a ser comemorado, anualmente, dia 6 de junho, e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Cabo Maciel). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 24. Projeto de Lei n.º 658/2023, de autoria dos Deputados Alessandra Campêlo e Carlinhos Bessa, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao médico e infectologista Dr. Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda”. Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Delegado Péricles). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 25. Projeto de Lei n.º 660/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, “Institui o Dia Estadual de Combate à violência contra os Trabalhadores da Saúde”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Wilker Barreto). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 26. Projeto de Lei n.º 720/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, “Altera a Lei Promulgada n.º 241 de 2015 que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas, para fins de instituir o dia estadual de combate à violência contra pessoa com deficiência”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 27.

Projeto de Lei n.º 723/2023, de autoria do Deputado Rozenha, “Institui o Dia Estadual da Síndrome de Williams”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Wilker Barreto). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Joana Darc; 28. Projeto de Lei n.º 728/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Institui o ‘Dia Estadual da Conscientização sobre o Desaparecimento de Pessoas’”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes). Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Débora Menezes; 29. Projeto de Lei n.º 733/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, “Declara a celebração realizada no Município de Itacoatiara, alusiva à Nossa Senhora do Rosário, integrante do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Cultura e Economia Criativa (Relatora: Deputada Mayra Dias). Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Rozenha, Roberto Cidade, Thiago Abraham e da Deputada Joana Darc; 30. Projeto de Lei n.º 734/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, “Declara a celebração realizada no Município de Manaus, alusiva à Nossa Senhora da Conceição, integrante do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Cultura e Economia Criativa (Relatora: Deputada Mayra Dias). Em votação, aprovado; 31. Projeto de Lei n.º 769/2023, de autoria do Deputado Rozenha, “Concede o Título de Cidadão Amazonense ao Senhor Francisco Ferreira da Silva Sobrinho”. Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Delegado Péricles). Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Delegado Péricles. Dando prosseguimento, foi aprovada, em Bloco, a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 34/2023; e dos Projetos de Lei n.º 943/2023, 373/2021, 40/2023, 49/2023, 182/2023, 229/2023, 234/2023, 235/2023, 252/2023, 261/2023, 294/2023, 314/2023, 333/2023, 490/2023, 549/2023, 565/2023, 604/2023, 615/2023, 646/2023, 653/2023, 657/2023, 658/2023, 660/2023, 720/2023, 723/2023, 728/2023, 733/2023, 734/2023 e 769/2023. Na continuidade, foi aprovado, com anuência do Plenário, o Requerimento n.º 4779/2023, de autoria Coletiva, “Requer à Mesa Diretora, com aquiescência do duto Plenário, na forma regimental, que seja encaminhada Moção de Repúdio à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pelas declarações e intransigências com relação às ações de trafegabilidade da BR-319. Após, o Presidente aprovou as Atas das Sessões Ordinárias 89, 90, 91 e 92 e das Sessões Especiais 112, 113, 114, 115, 116 e 117. A seguir, foi feita a Promulgação: Decreto Legislativo n.º 1.060, de 5 de outubro de 2023, “Aprova o nome que especifica para compor o Conselho Estadual de Cultura/CONEC/AM.”; Lei n.º 6.387, de 5 de outubro de 2023, “Institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte.”; Lei n.º 6.388, de 5 de outubro de 2023, “Define o Beach Tennis como modalidade esportiva passando a integrar o Calendário de Eventos do Estado.”; Lei n.º 6.462, de 5 de outubro de 2023, “Institui o Dia 21 de junho como Dia Estadual do Capelão Evangélico e Militar”, Lei n.º 6.463, de 5 de outubro de 2023, “Veda expressamente a utilização da denominada ‘Linguagem neutra’, do ‘dialeto não binário’ ou de qualquer outra expressão que descaracterize o uso da norma culta da Língua Portuguesa, na grade curricular e no material didático de instituições de ensino público ou privado e, em documentos oficiais das instituições de ensino e repartições públicas, no âmbito do Estado do Amazonas.”; Lei n.º 6.464, de 5 de outubro de 2023, “Institui o Dia Estadual Cristão.”; Lei n.º 6.465, de 5 de outubro de 2023, “Dispõe sobre a flexibilização do licenciamento ambiental de competência estadual para incentivo à conclusão da rodovia BR-319.”; Lei n.º 6.466, de 5 de outubro de 2023, “Institui o Dia Estadual das Leguminosas no Amazonas.”; Lei n.º 6.467, de 5 de outubro de 2023, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais e de lazer a dotarem em suas dependências, o ‘Protocolo Não se Cale, Mana’ de prevenção, e auxílio às mulheres e meninas em situação de violência.”; Lei n.º 6.468, de 5 de outubro de 2023, “Estabelece o atendimento especializado nas provas realizadas no Departamento Estadual de Trânsito/Detran/AM, para as pessoas com dislexia.”; Lei n.º 6.469, de 5 de outubro de 2023, “Dispõe sobre a proibição de participação de crianças e adolescentes na Parada Orgulho LGBTQIAPN+.”; Lei n.º 6.470, de 5 de outubro de 2023, “Restringe a oferta de embutidos, enlatados e bebidas artificiais, na composição do Cardápio da Alimentação Escolar da rede pública de ensino, no âmbito do Estado do Amazonas”. Após, o Presidente encaminhou às Comissões 3 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, “Obriga as empresas prestadoras de transporte individual privado de mobilidade urbana a notificar à autoridade policial e ao Ministério Público toda denúncia

formalizada contra motorista cadastrado em sua plataforma, pela prática de crime contra a dignidade sexual de passageiros”; 2 de autoria do Deputado Comandante Dan, “Institui diretrizes para a criação do Programa da Coleta Seletiva de Lixo em templos Cristãos e em locais de Eventos e Atividades com grande concentração de público.”, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)”. Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Rozenha n.º 4753, 4754, 4755, 4756, 4757, 4758, 4759, 4760, 4761, 4762, 4763, 4764, 4765, 4766, 4767 e 4768/2023 (subscrição, respectivamente, dos Projetos de Lei 891, 835, 791, 781, 746, 566, 38, 805, 752, 726, 718, 648, 63, 40 e 377/2023); Mayra Dias n.º 4769/2023; Débora Menezes n.º 4770, 4771 e 4772/2023; Wilker Barreto n.º 4773/2023; Roberto Cidade n.º 4774/2023; Cabo Maciel n.º 4775/2023; Mário César Filho n.º 4776/2023; Alessandra Campêlo n.º 4777/2023; Doutora Mayara n.º 4778/2023. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 919/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo; Projeto de Lei n.º 920/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida; Projetos de Lei n.º 921 e 922/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho; Projeto de Lei n.º 923/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham; Projeto de Lei n.º 924/2023, de autoria do Deputado Doutor Gomes; Projeto de Lei n.º 925/2023, de autoria do Deputado Delegado Pérciles; Projeto de Lei n.º 926/2023, de autoria do Deputado Adjuto Afonso (estes em terceiro dia); Projetos de Lei n.º 929 e 930/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan; Projeto de Lei n.º 931/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham; Projeto de Lei n.º 932/2023, de autoria do Deputado Cabo Maciel; Projeto de Lei n.º 933/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho; Projetos de Lei n.º 934 e 938/2023, de autoria da Deputada Joana Darc; Projetos de Lei n.º 935 e 936/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa; Projetos de Lei n.º 937, 939, 940 e 941/2023, de autoria do Deputado Rozenha; Projetos de Resolução Legislativa n.º 73 e 74/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan; Projetos de Resolução Legislativa n.º 75 e 76/2023, de autoria do Deputado João Luiz (estes em segundo dia); Projeto de Resolução Legislativa n.º 72/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Aderbal Domingos Lana”; Projeto de Lei n.º 942/2023, de autoria dos Deputados Carlinhos Bessa, Doutor George Lins e Thiago Abraham, Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Deputado Estadual, Senhor Ednailson Leite Rozenha.”; Projeto de Lei n.º 943/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 98/2023, “Autoriza a contratação por tempo determinado de Profissionais de Enfermagem, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nas condições que especifica, e dá outras providências.” [em Regime de Urgência solicitado pelo autor] (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de amanhã às 11h. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 10 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO.

Às nove horas e quinze minutos do dia dez de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar CARLINHOS BESSA, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Cristiano D’Angelo, Débora Menezes, Doutora Mayara, Doutor Gomes, Felipe Souza, Joana Darc, Mário César Filho, Rozenha, Sinésio Campos, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Comandante Dan, Delegado Pérciles, Daniel Almeida, Doutor George Lins, Roberto Cidade, Thiago Abraham, João Luiz e a Deputada Mayra Dias tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 362, 314, 235, 187, 141, 189, 646 e 149/2023, respectivamente. Na Fase Preliminar, o próprio Presidente Carlinhos Bessa procedeu à leitura do EXPEDIENTE que constou dos Ofícios: 1. n.º 244/2023-CMC, da Senhora Conceição Moura de Oliveira, Secretária de

Administração da Câmara Municipal de Careiro, encaminhando Requerimento n.º 349/2023 de autoria do Vereador Carlos Tavares de Lima, no qual requer Emenda Parlamentar para aquisição de uma Lancha para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente daquele Município. (2023.9.50334); 2. n.º 2626/2023/ACC, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, em resposta ao Requerimento n.º 3249/2023, de autoria da Deputada Joana Darc, solicitando a conclusão da obra do Posto de Saúde na Aldeia Capivara, localizada no Município de Autazes/AM. (2023.9.50463); 3. n.º 500/2023/CMA, do Vereador Pedro Renato Frozzi, Presidente da Câmara Municipal de Apuí, encaminhando cópia da Moção de Apoio n.º 4/2023, em face da iminente legalização do aborto. (2023.9.50452); 3. n.º 3805 e 3840/2023/Seinfra, do Senhor Carlos Henrique dos Reis Lima, Secretário de Estado de Infraestrutura, em resposta aos Requerimentos n.º 4248 e 3972/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, solicitando a possibilidade de iluminar a Ponte Rio Negro, com as luzes na cor roxa, na semana do dia 09 a 13 de outubro, com o intuito de conscientizar a população sobre a Síndrome de Rett; e a revitalização da Praça Benjamin Constant, que fica localizada na Rua Monteiro, Município de Humaitá. (2023.9. 50518 e 50633); 4. n.º 4167 e 4152/2023/Seduc, da Senhora Maria Josepha Penella Pêgas Chaves Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar, respondendo aos Requerimentos: I - n.º 1034/2023, de autoria do Deputado João Luiz, que solicita implantação de curso de capacitação aos professores, gestores e diretores das escolas com a finalidade de identificar de forma precoce sinais do Transtorno do Espectro Autista em alunos. (2023.9.48888), II - n.º 1267/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham, que encaminhou indicação ao Governador do Estado para que adequasse as Escolas do Estado à Lei Federal 13.935/2019. (2023.9.50618). Como primeiro orador, o Deputado Adjuto Afonso parabenizou o Município de Canutama por mais um aniversário e o Deputado Rozenha, Presidente da Federação Amazonense de Futebol, pelo acesso do time Amazonas à Série B. Em outro tema, anunciou que o Governo enviou à Casa a Mensagem acerca da negociação e remissão de dívidas dos agricultores atingidos pela seca e elogiou a sensibilidade do Governador Wilson Lima em atender ao seu pedido e se solidarizar com um momento tão difícil dos produtores rurais. Discorreu sobre os prejuízos enfrentados pelos interioranos em razão da estiagem e a dificuldade de pagar o crédito tomado junto à Afeam. Como orador seguinte, o Deputado Wilker Barreto também discursou acerca dos entraves provocados pela seca e agradeceu ao Deputado Cristiano D’Angelo por socorrer uma comunidade de Manacapuru, por meio da Prefeitura, com caixa d’água e mangueiras. Rememorou que alertou sobre o Programa Água Boa que não estava funcionando a contento e que hoje está fazendo falta e cobrou do Governador o repasse de recursos aos prefeitos do interior. Em outro tema, voltou a denunciar a falta de remédios na Cema e de equipamentos nos hospitais e prometeu entregar os relatórios que fez durante suas visitas nos prontos-socorros. Neste momento, assumiu a Presidência a Deputada Joana Darc que registrou a presença da “Onça Pintada” que representa o time do Amazonas. Com a palavra, o Deputado Carlinhos Bessa também discorreu sobre a seca no Estado e lamentou o fato de sua cidade natal, Tefé, estar praticamente isolada. Informou que conseguiu remanejar um milhão de reais de suas emendas para a compra de cestas básicas destinadas aos Municípios do Solimões. Parabenizou o Prefeito de Alvarães por comprar com recursos próprios cestas básicas e cobrou do Prefeito de Tefé uma atitude, pois já arrecadou mais de vinte e nove milhões e não fez nada. De volta à Presidência, concedeu a palavra a Deputada Joana Darc que cumprimentou os aprovados no concurso da SSP/AM e declarou seu apoio aos concursados. Em outro tema, registrou que hoje é o Dia Nacional de Luta contra Violência à Mulher e expressou sua solidariedade à Conselheira Yara Lins que foi agredida dentro de seu ambiente de trabalho. Em outro assunto, deu boas-vindas ao mascote do Amazonas e a todos os representantes do time presentes em plenário pela conquista. Lembrou que o Amazonas tem apenas quatro anos de existência e já conseguiu um feito histórico, visto que o esporte não é apenas uma diversão, mas uma forma de produzir emprego e renda no Estado. Neste momento, o Presidente Carlinhos Bessa transpôs os trabalhos ao Grande Expediente continuando na tribuna a Deputada Joana Darc que frisou que estendeu a mão ao futebol amazonense e foi muito criticada por isso, porém o resultado fala por si e o Amazonas, em um curto período, fez história. Explicou que as emendas que destinou ao clube foram alocadas no futebol de base visando formar crianças e dar uma chance aos pequenos. Agradeceu ao Deputado Rozenha por ser um entusiasta do futebol amazonense e por não permitir que ela desistisse nos momentos mais difíceis e elogiou a Federação por promover o Futebol da Floresta dando oportunidade aos que mais precisam. Em aparte, os Deputados: Rozenha considerou o sábado passado como um dia histórico e salientou a importância do acesso à Série B e do apoio da Deputada Joana Darc por acreditar que seria possível. Manifestou seu

apoio incondicional à Deputada por apoiar o futebol e investir no Amazonas; Débora Menezes também parabenizou a Deputada Joana Darc pela garra e por crer na possibilidade de acesso do Clube e por não desistir do esporte, como também elogiou o Deputado Rozenha que como Presidente da Federação Amazonense fez história ao promover inclusão de mulheres e crianças no futebol e por desenvolver o esporte; Sinésio Campos observou que o amazonense gosta de futebol e sugeriu que as empresas do Distrito Industrial possam investir mais no esporte local, como também a criação de uma Parceria PúblicoPrivada para explorar o entorno da Arena que deve ser melhor utilizada. Acolhidos os apartes, a Deputada Joana Darc clarificou que o Amazonas poderá ser campeão da Série C se vencer o Brusque e manifestou gratidão à Deputada Débora Menezes por comparecer à Arena da Amazônia representando a Comissão de Esporte da Assembleia. Colocou seu mandato à disposição objetivando contribuir com os eventos na Arena e com estruturação do espaço e propôs, juntamente com o Deputado Rozenha, uma Moção de Apoio ao Amazonas pela conquista com a subscrição do Deputado Sinésio Campos. Concluiu informando que está fazendo uma Campanha de arrecadação de água e convocou todos a participarem. Na sequência, o Deputado Mário César Filho parabenizou o clube Amazonas, o Deputado Rozenha, a Deputada Joana Darc pela vitória. Em outro tema, denunciou que o plano de saúde Hapvida insiste em não cumprir as decisões judiciais e exibiu um vídeo em que a Senhora Daiana, cujo pai precisou passar por um procedimento de emergência e por estar na carência do plano, o Hapvida cobrou mais de cem mil reais da Senhora pela cirurgia e se recusou a manter o paciente na unidade. Explicou que foi ao Hospital Rio Negro e não foi recebido pelo plano que alegou que não iria cumprir a decisão da Justiça obrigando a manter o paciente na UTI. Esclareceu que para a decisão ser cumprida teve que chamar a polícia e, a partir disso, recebeu a promessa de que o pai da Senhora Daiana seria internado na UTI. Em aparte, os Deputados: Rozenha lembrou que o Hapvida tem sede no Ceará e que pratica uma estratégia comercial de “derrubar” os concorrentes oferecendo um plano de saúde barato, mas sem condições de possibilitar um mínimo de saúde de qualidade. Ponderou que o compromisso da empresa não é com o cliente e sim com o lucro e que os pacientes não atendidos pelo Hapvida vão para o SUS que cobra uma dívida imensa do plano; Joana Darc endossou o discurso do Deputado Mário César Filho e acrescentou que no Amazonas quase todas as empresas de plano de saúde oferecem um péssimo serviço. Mencionou que as famílias atípicas pagam plano de saúde em dia e não tem acesso à continuidade do serviço prestado. Acolhidos os apartes, o Deputado Mário César Filho enfatizou que as decisões judiciais custam a sair e mesmo assim o Hapvida insiste em não cumprir. Em outro tema, expôs algumas imagens de sua visita ao Município de Nhamundá e alertou para a possibilidade de o Município entrar em situação de emergência por conta da seca. Concluiu comunicando que ontem houve uma caminhada na Ponte Rio Negro e a iluminação do local com a cor roxa visando chamar a atenção para a Síndrome de Rett da qual é embaixador. Neste momento, assumiu a Presidência a Deputada Alessandra Campêlo iniciando uma Cessão de Tempo conforme Requerimento n.º 4809/2023, de autoria do Deputado Wilker Barreto, o qual usou a tribuna para cobrar o chamamento dos concursados da SSP/AM ressaltando que os bombeiros estão fazendo falta no combate aos incêndios que tomaram conta do Estado. Sugeriu que o Secretário de Segurança Pública viesse à Casa apresentar o seu plano de segurança para o Amazonas. Em seguida, o Senhor Thiago Dolzane, representante dos concursados, discursou sobre a necessidade de convocação urgente dos que passaram no concurso da SSP em razão da insegurança que tomou conta do Estado e o coloca no terceiro lugar no ranking de estados mais violentos. Explicitou que o Amazonas precisa, de pelo menos, onze mil servidores na área da segurança e o Governador não leva esse fato em consideração, como também evidenciou que o Governo deveria ter feito um estudo de impacto nas contas públicas antes de realizar o concurso e que se reeleger com a promessa de que chamaria os concursados e até agora nada. Concluiu citando o nome de dois concursados que faleceram sem ser convocados. Novamente com a palavra, o Deputado Wilker Barreto sugeriu que a Comissão de Segurança Pública agendasse para semana que vem uma reunião com o Secretário de Segurança Pública visando esclarecer as datas de convocação e prometeu formalizar o documento. Finalizou pedindo que os direitos do cidadão fossem cumpridos. Encerrada a Cessão de Tempo, o Deputado Sinésio Campos usou a tribuna para se solidarizar com as pessoas vítimas da estiagem e frisou que o Governo Federal estaria destinando um percentual significativo de recursos para amenizar a situação. Propôs a intensificação do Programa Luz para Todos com a instalação de energia solar e a perfuração de poços artesianos a fim de que o povo tenha acesso à água tratada. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Carlinhos Bessa. Com a palavra, a Deputada Alessandra Campêlo cumprimentou os concursados, lembrou

que o Governador Wilson Lima prometeu resolver a situação ainda neste segundo semestre e elencou as ações de seu mandato voltadas à causa. Em outro assunto, lamentou que um Conselheiro Tutelar de plantão, embriagado, atropelou um pai de família que foi a óbito e deixou duas crianças órfãs e acionou o Ministério Público porque considerou um absurdo o Conselheiro, que deveria estar prestando um serviço à população, estar bêbado no seu horário de trabalho e matar um cidadão de bem. Parabenizou a Delegada Joyce Coelho por prender o bandido que espancou uma criança de dois anos que está na UTI em estado grave e exibiu um vídeo em que uma mulher foi agredida por um homem a pauladas e não prestou queixa pedindo à população que se conhecer a vítima e o agressor denunciasses, pois a agressão ocorreu no bairro Santa Etelvina. Concluiu mostrando imagens de duas escolas em Borba totalmente sem estrutura, salientou que o Prefeito de Borba foi preso por desvio de dinheiro público da educação e destacou o Dia Nacional de Luta contra Violência à Mulher citando os números da agressão no Estado principalmente a violência verbal e psicológica e felicitou as Delegacias, a Procuradoria da Mulher da Assembleia e a Ronda Maria da Penha pelo brilhante trabalho. Dando prosseguimento, o Deputado Rozenha anunciou que recebeu um comunicado da CBF de que a final da Série C será no domingo às 17h na Arena da Amazônia e novamente o Amazonas poderá fazer história sendo o campeão da Série C. Voltou a dizer que futebol é negócio, é geração de renda e de emprego e fez uma analogia com outros estados em que os times de futebol fazem a diferença na economia local. Agradeceu à Diretoria do Clube Amazonas, à CBF, ao Parlamento, ao Governador Wilson Lima por acreditarem e darem os meios para que o Amazonas pudesse ser colocado no cenário nacional. Na Ordem do Dia, o Presidente encaminhou às Comissões 14 Projetos de Lei Ordinária, sendo 2 de autoria do Deputado Comandante Dan, “Altera a Lei nº 3.498 de 19 de abril de 2010, que Dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Amazonas, e dá outras providências.”; “Dispõe sobre alteração do nome da Avenida do Turismo para Avenida Governador Amazonino Armando Mendes.”; 1 de autoria do Deputado Wilker Barreto, “Dispõe sobre o monitoramento da qualidade dos exames de mamografia do Estado”; 2 de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo, “Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, o Bloco da Maizena no município de Manacapuru.”; “Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas, o Bloco da Maizena realizado no município de Manacapuru.”; 2 de autoria do Deputado Mário César Filho, “Declara como de Utilidade Pública o Sindicato dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Amazonas/SINDEPOL/AM.”; “Institui o programa educativo e de alimentação diferenciada para alunos diabéticos e hipertensos nas unidades escolares da rede estadual de ensino do Estado do Amazonas.”; 1 de autoria da Deputada Débora Menezes, “Institui o mês ‘Outubro Prateado’ em prol da conscientização ao envelhecimento saudável.”; 1 de autoria da Deputada Joana Darc, “Dispõe sobre a instituição de cursos gratuitos destinados à mulher gestante sobre cuidados e atendimentos de emergência a crianças de zero a seis anos.”; 1 de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Dispõe sobre a preferência no acesso das mães solo, com filhos menores, aos programas sociais do Governo do Estado do Amazonas.”; 4 de autoria da Deputada Mayra Dias, “Dispõe sobre a determinação de todos os estabelecimentos, localizados no Estado do Amazonas, informarem aos seus trabalhadores sobre a Lei Federal n. 13.767, de 18 de dezembro de 2018, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.”; “Estabelece critérios de proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores terceirizados que atuam na Administração Pública Estadual, sob condições climáticas adversas de altas temperaturas.”; “Dispõe sobre a prioridade na matrícula de filhos e/ou dependentes legais de Agentes de Segurança Pública em estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino, quando registradas ocorrências de ameaça ou morte contra o Agente ou a algum de seus familiares.”; “Dispõe sobre a reintegração educacional de crianças e adolescentes que superaram o Câncer.”; 3 Projetos de Resolução Legislativa, sendo 1 de autoria do Deputado Comandante Dan, “Altera a Resolução Legislativa nº 469 de 16 de março de 2010, na forma que especifica (licença paternidade de 20 (vinte dias)); 2 de autoria do Deputado João Luiz, “Concede a Medalha Ruy Araújo à Excelentíssima Delegada Dra. Joyce Coelho Viana”, “Concede a Medalha Ruy Araújo à Excelentíssima Delegada Dra. Débora Cristina Pereira Mafra”. Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Adjuto Afonso n.º 4780, 4781, 4782, 4783, 4784, 4785, 4786, 4787, 4788, 4789, 4790, 4791, 4792, 4793, 4794, 4795, 4796, 4797, 4798, 4799, 4800, 4801, 4802, 4803, 4804, 4805, 4806, 4807, 4820, 4821 e 4822/2023; João Luiz n.º 4808/2023; Wilker Barreto n.º 4809/2023 (Cessão de Tempo dia 10 de outubro), n.º 4839 e 4840/2023; Alessandra Campêlo n.º 4810/2023; Mário César Filho n.º 4811, 4812 e 4813/2023; Roberto Cidade n.º 4814, 4824, 4825, 4826, 4827, 4828 e 4829/2023; Cristiano D’Angelo n.º

4815/2023 (arquivamento do Projeto de Lei n.º 212/2023), n.º 4818/2023; Rozenha n.º 4816/2023 (Cessão de Tempo dia 11 de outubro); Débora Menezes n.º 4817/2023; Joana Darc n.º 4819/2023 (Sessão Especial dia 16 de outubro); Doutor George Lins n.º 4823/2023 (Cessão de Tempo dia 26 de outubro); Thiago Abraham n.º 4830, 4831, 4832, 4833, 4834, 4835, 4836, 4837 e 4838/2023; Mayra Dias n.º 4841, 4842, 4843, 4844 e 4845/2023; Wanderley Monteiro n.º 4846/2023 (subscrição do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2023). A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou dos Projetos de Lei n.º 929 e 930/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan; Projeto de Lei n.º 931/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham; Projeto de Lei n.º 932/2023, de autoria do Deputado Cabo Maciel; Projeto de Lei n.º 933/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho; Projetos de Lei n.º 934 e 938/2023, de autoria da Deputada Joana Darc; Projetos de Lei n.º 935 e 936/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa; Projetos de Lei n.º 937, 939, 940 e 941/2023, de autoria do Deputado Rozenha; Projetos de Resolução Legislativa n.º 73 e 74/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan; Projetos de Resolução Legislativa n.º 75 e 76/2023, de autoria do Deputado João Luiz (estes em terceiro dia); Projeto de Resolução Legislativa n.º 72/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa; Projeto de Lei n.º 942/2023, de autoria dos Deputados Carlinhos Bessa, Doutor George Lins e Thiago Abraham; (estes em segundo dia); Projeto de Lei n.º 944/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, "Obriga as empresas prestadoras de transporte individual privado de mobilidade urbana a notificar à autoridade policial e ao Ministério Público toda denúncia formalizada contra motorista cadastrado em sua plataforma, pela prática de crime contra a dignidade sexual de passageiros"; Projetos de Lei n.º 945 e 946/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, "Institui diretrizes para a criação do Programa da Coleta Seletiva de Lixo em templos Cristãos e em locais de Eventos e Atividades com grande concentração de público.", "Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)"; Projetos de Lei n.º 947 e 948/2023, oriundos das Mensagens Governamentais n.º 99 e 100/2023, respectivamente, "Dispõe sobre a concessão de remissão e renegociação de dívidas de operações de crédito realizadas pela Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas S.A. – Afeam, no âmbito do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPEs, em decorrência dos efeitos provocados pela excepcional estiagem de 2023, aos produtores rurais, micro e pequenos empresários e profissionais autônomos de baixa renda, e dá outras providências", "Altera o artigo 1.º da Lei n.º 3.684, de 15 de dezembro de 2011, que 'Dispõe sobre o não ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor e dá outras providências', e o inciso III do artigo 1.º da Lei n.º 3.968, de 13 de dezembro de 2013, que 'Autoriza os Procuradores do Estado do Amazonas a desistirem de ações de execução e dá outras providências', Cria o Laboratório de Inovação da Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências". [ambos em Regime de Urgência solicitado pelo autor] (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 11 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar ROBERTO CIDADE, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Carlinhos Bessa, Cabo Maciel, Débora Menezes, Doutora Mayara, Doutor Gomes, Felipe Souza, Joana Darc, Mário César Filho, Rozenha, Sinésio Campos e Thiago Abraham, sendo que os Deputados Comandante Dan, Daniel Almeida, Delegado Pérciles, Doutor George Lins, Cristiano D'Angelo, João Luiz, Wanderley Monteiro, Wilker Barreto e a Deputada Mayra Dias tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 362, 237, 314, 188, 223, 648, 120, 248 e

149/2023, respectivamente. Na Fase Preliminar, a Deputada DÉBORA MENEZES procedeu à leitura do EXPEDIENTE que constou dos Ofícios: 1. n.º 3604/2023/SES, do Senhor Jani Kenta Iwata, Secretário-Executivo de Estado de Saúde, respondendo ao Requerimento n.º 3311/2023, de autoria da Deputada Joana D'Arc, solicitando a possibilidade da execução de reforma da Policlínica Codajás. (2023.9.50682); 2. n.º 1771/2023/Sefaz, do Senhor Alex Del Giglio, Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando Relatório da Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2023. (2023.9.50680); 3. n.º 828/2023/CMMPU, do Vereador Manoel Alberto Benicio Brito, Presidente da Câmara Municipal de Manacapuru, encaminhando cópia da Indicação nº 423/2023, de autoria da Vereadora Mirian Trindade, sugerindo aquisição de uma Balsa e Pontes Metálicas, para o Porto Fluvial, localizado no Centro da Cidade. (2023.9.50584). Como primeiro orador, o Deputado Cabo Maciel exibiu o estado do Porto de Itacoatiara que sofreu um desbarrancamento e discorreu sobre as consequências da estiagem para a população parabenizando o Governador Wilson Lima pela sensibilidade em oferecer as aulas e a merenda escolar em casa, pois muitos alunos não conseguem mais ter acesso às escolas devido a seca. Eliogiu ainda o Governo Federal por destinar recursos ao Estado e prometeu remanejar emendas parlamentares visando a compra de água e outros produtos necessários à sobrevivência. Neste momento, o Presidente registrou a presença em plenário do Ex-Deputado Lupércio Ramos. Na sequência, o Deputado Carlinhos Bessa denunciou o excesso de fumaça que tomou conta da cidade em razão dos incêndios e das queimadas e sugeriu uma punição mais severa a quem comete os delitos. Após, o Deputado Sinésio Campos também fez algumas ponderações sobre a fumaça e alertou que hoje Manaus é a segunda cidade do mundo com maior poluição. Opinou que existem saídas para as queimadas com a distribuição de calcário agrícola que substitui as cinzas responsáveis por aumentar o PH do solo tornando-o mais fértil e a punição aos criminosos. Em seguida, o Deputado Thiago Abraham também discorreu sobre o desbarrancamento do Porto de Itacoatiara elencando os prejuízos causados à população e pediu às autoridades competentes que pudessem tomar as providências cabíveis. Explicou ainda que existem outros lugares atingidos pela seca dificultando até a saída dos moradores das localidades. Dando prosseguimento, a Deputada Joana Darc cumprimentou as pessoas presentes em plenário e se solidarizou com as vítimas da negligência do Hapvida. Em outro assunto, lamentou a situação de fumaça que tomou conta da cidade e que colocou Manaus no ranking de segundo pior ar para respirar do mundo. Clarificou que a maioria dos incêndios é criminosa e provocada pela ação humana e enfatizou a importância de se denunciar a fim de haja punição. Concluiu explicitando que os planos de saúde de Manaus não estão dando continuidade aos serviços necessários às pessoas com deficiência o que provoca um retrocesso no andamento do tratamento. Na continuidade, a Deputada Alessandra Campêlo voltou a comentar acerca da criança que era espancada pelos tios vindo a óbito e solicitou que a tia fosse punida, já que ela também batia na criança de dois anos. Em outro assunto, exibiu novamente o vídeo em que uma mulher é agredida brutalmente e anunciou que localizou a vítima que teve as duas pernas quebradas e fraturas em todo o corpo. Salientou que fará o registro da ocorrência, pois não precisa ser a vítima a autora do boletim, e pediu o apoio de todos no sentido de encontrar o agressor que precisa ser punido. Neste momento, o Presidente Roberto Cidade iniciou o Grande Expediente continuando na tribuna a Deputada Alessandra Campêlo que mostrou outro vídeo de um caso que ocorreu no Tribunal de Justiça do Pará em que a advogada não pôde comparecer porque estava em trabalho de parto e o Presidente não aceitou o adiamento da sustentação oral alegando que "gravidez não é doença". Prometeu apresentar uma Moção de Repúdio ao ato. Em aparte, os Deputados: Joana Darc manifestou revolta pelo vídeo, pois entende que um desembargador seja uma pessoa esclarecida e conhece as dificuldades enfrentadas por uma mulher durante uma gravidez. Fez questão de subscrever a Moção porque ela própria já foi vítima de acusações por estar grávida e continuar a agir em defesa dos animais. Rememorou que, durante o parto do Joaquim, foi condenada por uma juíza por não comparecer a uma audiência; Mário César Filho também repudiou a atitude do Magistrado e subscreveu a Moção e lembrou que como apresentador sempre defendeu as mulheres. Citou que aqui em Manaus, no Tribunal de Contas, houve algo parecido em que a Conselheira Yara Lins foi agredida verbalmente por outro colega da Corte. Acolhidos os apartes, a Deputada Alessandra Campêlo agradeceu ao Presidente da Casa por apoiar a causa das mulheres e alertou que existe uma Lei de sua autoria que obriga os hospitais a comunicarem à Polícia quando chega uma mulher agredida e prometeu verificar porque o hospital não denunciou o caso que relatou. Neste momento, assumiu a Presidência a Deputada Joana Darc que iniciou uma Cessão de Tempo, conforme Requerimento n.º 4816/2023, de autoria do Deputado Rozenha, para discutir a

problemática do plano de saúde Hapvida. Com a palavra, o Deputado Rozenha expôs, no telão, vários depoimentos em que pacientes morreram por negligência do plano de saúde Hapvida e afirmou que já existe uma Associação de Vítimas do Hapvida, o que mostra que existe algo de errado com esse plano. Explicou, por meio de slides, que dez por cento da população amazonense tem Hapvida (cerca de 416.343 usuários), visto que a empresa vende plano de saúde muito barato e isso provoca uma péssima prestação de serviço. Explicou que há apenas duzentos leitos para mais de quatrocentas mil pessoas e que os médicos contratados, em geral, são recémformados. Assegurou que o objetivo do Hapvida não é saúde, é dinheiro com um faturamento de mais de seis bilhões e em razão disso faz todo tipo de atrocidade. Acrescentou que o plano não tem nenhum leito no interior, no entanto oferece o serviço para os servidores da Seduc do Estado, ou seja, recebe o pagamento pelo plano, mas não presta o serviço. Ressaltou ainda que a empresa tem um débito de quase setecentos milhões com o SUS que atende os pacientes negligenciados pelo Hapvida. Denunciou que o advogado do Hapvida e outros planos de saúde, Senhor Rogério Scarabel, foi Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de 2018 a 2021 e considerou essa ação do Governo Bolsonaro colocar uma “mucura no galinheiro”, ou seja, os planos de saúde só lucraram com a sua gestão. Cobrou das empresas do Distrito Industrial, com exceção da Moto Honda, um posicionamento porque os funcionários estariam correndo risco de vida e, mesmo assim, insistem em manter convênio com a operadora. Manifestaram-se os Deputados: Doutora Mayara parabenizou o Deputado Rozenha pela relevância do tema e se solidarizou com os relatos. Colocou a Comissão de Saúde à disposição e sugeriu que fosse feita uma visita técnica ao plano Hapvida e que a Assembleia criasse uma Comissão Especial com membros de várias Comissões para ir “in loco” buscando forçar a empresa a prestar um serviço de qualidade; Mário César Filho frisou que a Comissão de Defesa do Consumidor que preside recebe muitas denúncias do plano e relatou novamente a situação da Senhora Daiana cujo pai idoso teve atendimento na UTI negado pelo Hapvida; Thiago Abraham se solidarizou com as famílias e propôs que fosse realizada uma fiscalização no plano para que essas famílias tenham uma resposta. Como orador seguinte, o Senhor Marcos Benathar Fecury, pai da Sara, elencou todos os nomes dos mortos por negligência do Hapvida, inclusive a sua filha Sara, e salientou que a causa da morte, em geral, é a sepse, isto é, a contaminação ocorre dentro do Hospital, além da falta de equipamentos como cateter e alimentos adequados. Pediu aos Deputados que fosse feita uma investigação séria e aprofundada sobre o plano que mata mais do que salva. Após, a Senhora Ana Paula da Silva Oliveira, mãe da Lohayna, discursou sobre a negligência da operadora que atende de forma desleixada e proferiu a mensagem escrita por sua filha antes da morte demonstrando a total falta de zelo dos médicos, pois ela entrou no Hospital Rio Negro com um dor de garganta e saiu sem vida. Na sequência, o Deputado Sinésio Campos se solidarizou com a dor dos pais e rememorou que o Hapvida sempre foi alvo de suas críticas pelo péssimo serviço prestado. Solicitou que houvesse o Serviço de Verificação de Óbito a fim de que se saiba com certeza a causa do óbito e demonstrou total apoio à causa. Dando prosseguimento, o Senhor Patrick, pai do Noah, fez o relato do que aconteceu com seu filho que veio ao mundo por meio do parto normal e que, na verdade, deveria ter sido realizada uma cesariana. Clarificou que seu filho nasceu com uma Síndrome, no entanto não o impediria de viver, mas precisaria de cuidados especiais, sendo que eles foram convencidos de que o Hospital teria condições de cuidar da criança, porém não conseguiram e ele acabou contraindo infecções. Pediu o apoio dos Deputados para resolver essa situação e agradeceu ao Deputado Rozenha pela oportunidade. Novamente com a palavra, o Deputado Rozenha reiterou o seu compromisso com a causa e pontuou que a luta não é fácil porque a operadora é ‘poderosa’, no entanto envidará esforços para que a justiça seja feita. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Thiago Abraham que iniciou a Ordem do Dia encaminhando às Comissões 5 Projetos de Lei Ordinária, sendo 3 de autoria do Deputado Mário César Filho, “Institui a Política Estadual de Prevenção, Abordagem e Responsabilização Institucional contra violências na Educação Superior e Técnico.”, “Dispõe sobre a implementação do Disque Saúde Mental da Mulher, um canal de atendimento visando fornecer apoio emocional e psicológico para mulheres em situação de vulnerabilidade.”, “Dispõe sobre a criação do selo Empresa Amiga da Saúde.”; 1 de autoria da Deputada Doutora Mayara, “Dispõe sobre a adequação dos elevadores, em prédios com mais de quatro andares, para o transporte de macas”; 1 de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Garante ao pequeno produtor rural, no exercício de sua atividade, a isenção do recolhimento da GTA – Guia de Transporte Animal, para o transporte animal no Estado do Amazonas.”; 1 Projeto de Resolução Legislativa de autoria do Deputado João Luiz, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Ilustríssimo Sr. Jefferson Vidal de Menezes”.

Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Wanderley Monteiro n.º 4847 e 4848/2023; João Luiz n.º 4849 e 4915/2023; Adjuto Afonso n.º 4850/2023 (Sessão Especial dia 19 de outubro); Joana Darc n.º 4851, 4852, 4853, 4854, 4855, 4856, 4857, 4858, 4859, 4860, 4861, 4862, 4863, 4864, 4865, 4866, 4867, 4868, 4869, 4870, 4871, 4872, 4873, 4874, 4875, 4876, 4877, 4878, 4879, 4880, 4881, 4882, 4883, 4884, 4885, 4886, 4887, 4888, 4889, 4890, 4891, 4892, 4893, 4894, 4895, 4896, 4897, 4898, 4899, 4900, 4901, 4902, 4903, 4904, 4905, 4906, 4907, 4908, 4909, 4910, 4911 e 4912/2023; Cristiano D’Angelo n.º 4913/2023 (Audiência Pública dia 7 de novembro); Débora Menezes n.º 4914/2023 (subscrição do Projeto de Lei n.º 942/2023); Sinésio Campos n.º 4916, 4917, 4918 e 4919/2023. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Resolução Legislativa n.º 72/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa; Projeto de Lei n.º 942/2023, de autoria dos Deputados Carlinhos Bessa, Doutor George Lins e Thiago Abraham; (estes em terceiro dia); Projeto de Lei n.º 944/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo; Projetos de Lei n.º 945 e 946/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan (estes em segundo dia); Projetos de Lei n.º 949 e 950/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, “Altera a Lei n.º 3.498 de 19 de abril de 2010, que ‘Dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Amazonas, e dá outras providências.’”, “Dispõe sobre alteração do nome da Avenida do Turismo para Avenida Governador Amazonino Armando Mendes.”; Projeto de Lei n.º 951/2023, de autoria do Deputado Wilker Barreto, “Dispõe sobre o monitoramento da qualidade dos exames de mamografia do Estado”; Projetos de Lei n.º 952 e 953/2023, de autoria do Deputado Cristiano D’Angelo, “Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, o Bloco da Maizena no município de Manacapuru.”, “Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas, o Bloco da Maizena realizado no município de Manacapuru.”; Projetos de Lei n.º 954 e 955/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, “Declara como de Utilidade Pública o Sindicato dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Amazonas/SINDEPOL/AM.”, “Institui o programa educativo e de alimentação diferenciada para alunos diabéticos e hipertensos nas unidades escolares da rede estadual de ensino do Estado do Amazonas.”; Projeto de Lei n.º 956/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, “Institui o mês ‘Outubro Prateado’ em prol da conscientização ao envelhecimento saudável.”; Projeto de Lei n.º 957/2023, de autoria da Deputada Joana Darc, “Dispõe sobre a instituição de cursos gratuitos destinados à mulher gestante sobre cuidados e atendimentos de emergência a crianças de zero a seis anos.”; Projeto de Lei n.º 958/2023, de autoria do Deputado Thiago Abraham, “Dispõe sobre a preferência no acesso das mães solo, com filhos menores, aos programas sociais do Governo do Estado do Amazonas.”; Projetos de Lei n.º 959, 960, 961 e 962/2023, de autoria da Deputada Mayra Dias, “Dispõe sobre a determinação de todos os estabelecimentos, localizados no Estado do Amazonas, informarem aos seus trabalhadores sobre a Lei Federal n. 13.767, de 18 de dezembro de 2018, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.”, “Estabelece critérios de proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores terceirizados que atuam na Administração Pública Estadual, sob condições climáticas adversas de altas temperaturas.”, “Dispõe sobre a prioridade na matrícula de filhos e/ou dependentes legais de Agentes de Segurança Pública em estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino, quando registradas ocorrências de ameaça ou morte contra o Agente ou a algum de seus familiares.”, “Dispõe sobre a reintegração educacional de crianças e adolescentes que superaram o Câncer.”; Projeto de Resolução Legislativa n.º 77/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, “Altera a Resolução Legislativa n.º 469 de 16 de março de 2010, na forma que especifica (licença paternidade de 20 (vinte dias)”; Projetos de Resolução Legislativa n.º 78 e 79/2023, de autoria do Deputado João Luiz, “Concede a Medalha Ruy Araújo à Excelentíssima Delegada Dra. Joyce Coelho Viana”, “Concede a Medalha Ruy Araújo à Excelentíssima Delegada Dra. Débora Cristina Pereira Mafra.” (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 118ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃ DO AMAZONAS À SENHORA ORIONA MARIA FERREIRA OHSE. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 6 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ.

Às onze horas e trinta minutos do dia seis de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar JOÃO LUIZ, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada para entrega do Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Oriona Maria Ferreira Ohse, conforme Projeto de Lei n.º 572/2021, de sua autoria, que se tornou a Lei Ordinária n.º 5.879, de 13 de maio de 2022. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Oriona Maria Ferreira Ohse, Homenageada; Débora Mafrá, Delegada Titular da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher, representando o Governador Wilson Lima; Nilda Maria da Silva, Diretora Administrativa e Financeira, representando a Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas/Fcecon; Lúcia Marques de Freitas, Chefe da Divisão de Atenção à Saúde da Mulher, representando a Secretaria Municipal da Saúde/Semsa; Primeira Tenente Érika Castro R. Batista, representando o Comando Militar da Amazônia/CMA; Tenente QOBM Bárbara da Silva Pereira, Chefe da Seção de Saúde e Assistência Social do Departamento de Resposta ao Desastre e Suporte, representando a Defesa Civil do Amazonas; Eulália Campos; Marcela Albuquerque; Elcinei Sampaio, Diretora da Maternidade Azilda Moreira. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro executado pela Banda da Polícia Militar. Em seguida, foi apresentado um vídeo comemorativo. Com a palavra, o Deputado João Luiz justificou sua iniciativa e reportou-se ao perfil da contemplada argumentando que ela preenchia os requisitos para concessão da Comenda, diante dos serviços relevantes prestados ao segmento da saúde na sociedade amazonense com destaque à criação do GAMMA (Grupo de Apoio às Mulheres Mastectomizadas da Amazônia) que ajuda mulheres em tratamento do câncer possibilitando renda e esperança. Ressaltou ainda o seu engajamento no empreendedorismo quando solicitou ao Governo do Amazonas espaço no PACs objetivando vender os produtos de mulheres com câncer resultando em mais uma renda nesse momento difícil. Após, a Jornalista Tereza Pinheiro fez a leitura do histórico da Comenda. Na sequência, o Presidente João Luiz entregou o Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Oriona Maria Ferreira Ohse. Dando prosseguimento, foi exibido um vídeo com a mensagem do Doutor Gerson Mourão, Diretor-Presidente da Fcecon. Na continuidade, houve uma apresentação cultural com a cantora Ingres Monteiro acompanhada pelo tecladista Kênio Monteiro. Com a palavra, a Senhora Oriona Maria Ferreira Ohse relembrou fatos alusivos à sua chegada ao Amazonas vindo de Dourados no Mato Grosso do Sul e enfatizou que já havia plantado diversas sementes na capital e no interior do Estado, vendo-as crescer e frutificar. Fez referência a sua luta na Fcecon, ao ser diagnosticada com câncer, motivo que a levou a criar o grupo de apoio às mulheres mastectomizadas, visando dar alento e ajuda às portadoras da referida patologia que nem sempre possuíam recursos para o tratamento oncológico. Concluiu defendendo a criação de um Centro de Saúde Preventivo, por ela denominado como “Hospital do Amor”. Como oradora seguinte, a Senhora Débora Mafrá parabenizou a iniciativa do proponente e elogiou o fato de sempre atuar em prol das mulheres desde o combate à violência doméstica à saúde física e mental. Defendeu a prevenção e afirmou que as mulheres necessitavam de cuidado a fim de evitar diagnósticos negativos. Finalizou felicitando a laureada por sua trajetória brilhante e amorosa em prol das pessoas. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 119ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AO DIA NACIONAL DAS CRIANÇAS. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 6 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia seis de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar JOÃO LUIZ, com a presença da Deputada Débora Menezes, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada em homenagem ao Dia Nacional das Crianças, conforme Requerimento n.º 3900/2023, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Jorge Elias Costa de Oliveira, Secretário de Estado de Desporto e Lazer do Amazonas/SEDEL, representando o Governador Wilson Lima; Anabel Vitória Mendonça de Souza, Procuradora de Justiça, Coordenadora do Núcleo Permanente de Autocomposição do Ministério Público do Estado do Amazonas; Eliézer Fernandes Júnior, Juiz de Direito Titular do Juizado da Infância e Juventude Infractional e Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça/CNJ; Francisco Edson Ferreira Rebouças, Auditor Fiscal do Trabalho, representando o Ministério do Trabalho e Emprego; Joicilene Jerônimo Portel, Desembargadora e Corregedora Regional do Trabalho da 11ª Região e Coordenadora do Comitê Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT; Denis Alves Pinho, Delegado e Coordenador do Núcleo de Inteligência e Segurança Escolar, NISE/Seduc; Rosalina Moraes Lobo, Secretária-Executiva dos Direitos da Criança e Adolescente da Secretaria-Executiva de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania/Sejusc; Anne Emanuely Campos; Jair Paulino de Souza, Atleta de Wake Board; Lucas Theylon da Silva Colares; Sidney Costa Lira, Márcio Tavares, Vereador representando a Câmara Municipal de Manaus. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro tocado executado pela Fanfarra da Escola Estadual Petrônio Portela. Em seguida, foi exibido um vídeo comemorativo. Após, a Cerimonialista Luana Dantas fez a chamada nominal dos homenageados para o recebimento das Placas Comemorativas e dos Certificados. Com a palavra, o Deputado João Luiz informou que a Comissão em Defesa das Crianças da Assembleia havia mudado o nome para Comissão de Relação Internacional na Defesa de Crianças e Adolescentes, a pedido dele, e agradeceu ao Presidente Roberto Cidade por tê-lo atendido. Elencou os projetos do Governo Wilson Lima, sob a coordenação do Senhor Jorge Elias, voltados às crianças destacando a doação de farmamentos às crianças, a parceria existente entre a Delegacia de Enfrentamento a Crimes Cibernéticos e a Seduc com a finalidade de manter a paz e harmonia nas escolas. Parabenizou todos os conselheiros tutelares eleitos no dia primeiro do mês corrente e desejou êxito na realização do trabalho. Concluiu enfatizando que a data dedicada às crianças não deveria ser celebrada apenas com os presentes, pois investir nelas era investir no futuro, oportunizando lhes alternativas de estarem seguras e protegidas. Na sequência, a Escola Estadual Senador Flávio Brito fez uma apresentação cultural com a música “Nunca deixe de Sonhar”. Dando prosseguimento, o Atleta Jajá agradeceu a oportunidade e o apoio proporcionados pelo Deputado João Luiz. Como orador seguinte, o Delegado Denis Pinho parabenizou o autor pela relevância da matéria e informou que a criação do Núcleo de Inteligência de Segurança Escolar ocorreu durante as constantes ameaças às escolas da rede pública, com o fito de assegurar e proteger as crianças. afirmou que as crianças eram o futuro da Nação e ressaltou que a data comemorativa era de suma importância, bem como salientou o profícuo trabalho realizado pelas Delegacias Especializadas e o incansável trabalho do Parlamentar João Luiz nas causas juvenis. Neste momento, o Deputado João Luiz registrou a presença da Senhora Andreza de Souza Lima, Secretária-Adjunta da Secretaria dos Direitos das Crianças e Adolescentes da Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania/Sejusc. Após, a Senhora Rosalina Lobo assegurou que era um desafio diário trabalhar as questões alusivas à rede de proteção às crianças e adolescentes, pois eles enfrentavam sérios problemas psicossociais e necessitavam de uma atuação intersetorial. Na continuidade, o Senhor Edson Reouças agradeceu ao Deputado João Luiz pelo evento e a toda a rede de proteção que o ajudava a desempenhar seu trabalho com afinco. Enfatizou que a proteção à criança deveria iniciar desde o momento da concepção e defendeu o rigoroso combate na exploração do trabalho infantil. A seguir, a Senhora Joicilene Protela endossou o compromisso do TRT em prol da defesa dos direitos das crianças e adolescentes e considerou inadmissível o envolvimento de crianças com o tráfico humano. Divulgou que, no próximo onze de outubro, seria realizado um evento cultural às nove horas no TRT com premiação dos vencedores em quatro

modalidades: música, redação, vídeos e desenhos. Dando prosseguimento, a Senhora Anabel Mendonça afirmou que se orgulhava em fazer parte há 33 anos do Ministério Público e pontuou que lutava incansavelmente pela causa das crianças e adolescentes, pois não os via como inimigos da sociedade, mas pessoas com possibilidades de resgate social, através da justiça reparadora diante do ato infracional cometido. Concluiu defendendo as escolas restaurativas como parte das ações da justiça. Com a palavra, o Senhor Eliezer Fernandes argumentou que a recuperação do adolescente que cometia qualquer ato infracional necessitava de reinclusão social com o apoio de toda a sociedade, pois as crianças eram seres de direito, e sugeriu que todos fizessem a sua parte. Na sequência, o Senhor Jorge Elias Costa de Oliveira elogiou a iniciativa do proponente e mencionou que os Projetos do Governo contribuíam para retirar e evitar o envolvimento de crianças e jovens com as drogas e situações similares. Ato contínuo, a Banda da Fanfara da Escola Estadual Petrólio Portela fez uma apresentação cultural com a música “Descobridor dos Sete Mares”. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos e reiterou o seu comprometimento com a causa das crianças e dos adolescentes. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de terça-feira à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 120ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO DO AMAZONAS AO SENHOR LUIZ FERNANDO MALHEIRO. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 10 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO DOUTOR GOMES.

Às doze horas e dez minutos do dia dez de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar DOUTOR GOMES, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada para entrega do Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor Luiz Fernando Malheiro, conforme Projeto de Lei n.º 172/2014, de autoria da então Deputada Conceição Sampaio, que se tornou a Lei Ordinária n.º 4.112, de 23 de dezembro de 2014. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Marco Apolo Muniz de Araújo, Secretário-Executivo de Cultura e Economia Criativa/SEC, representando o Governador Wilson Lima; Maestro Luiz Fernando Malheiro, homenageado; Conceição Sampaio, Deputada Estadual nas 16ª e 17ª Legislaturas; João Gustavo Keienen, Diretor da Faculdade de Artes, representando a Universidade Federal do Amazonas; Oswaldo Jodas Lopes Filho, Diretor-Presidente da Fundação Televisiva Encontro das Águas/Funtea; Robério Braga, representando a Academia Amazonense de Letras; Maria Neblina Marães, Presidente da Fundação Previdenciária do Estado do Amazonas/Amazonprev; Renato Borges, Superintendente de Negócios, representando a Processamento de Dados do Amazonas S/A; Jozenor Rocha de Oliveira, Presidente Fundador da Academia Amazonense de Música; Socorro Sampaio, Ex-vereadora de Manaus; Miquéias William, Tenor. Ato contínuo, todos de pé, ouviram a execução do Hino Nacional brasileiro pelos músicos Marcelo de Jesus, Giovanni e Elena Koynova. Com a palavra, o Deputado Doutor Gomes enalteceu o mandato da então Deputada Conceição Sampaio e elogiou o seu perfil parlamentar, considerando o momento presente uma extensão do mandato dela. Parabenizou o Maestro e o considerou um dos principais cantores de ópera do Brasil fazendo um retrospecto de sua trajetória profissional caracterizada por um currículo cultural riquíssimo. Após, o Jornalista Silva Santos procedeu à leitura do histórico da Comenda. Na sequência, o Presidente Doutor Gomes e a Ex-Deputada Conceição Sampaio entregaram o Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor Luiz Fernando Malheiro. Dando prosseguimento, houve uma apresentação musical com os Tenores Juremir Vieira, Enrique Bravo e Miquéias William. Como orador seguinte, o Senhor Robério Braga demonstrou alegria com o momento presente, aplaudiu e reconheceu a

homenagem como justa e merecida ao Maestro Malheiro e afirmou que ele é um personagem artístico cultural altamente renomado e grandioso. Rememorou um ato de generosidade do músico ao deixá-lo na Secretaria de Cultura em 2017 e destacou a sua grandiosidade e nobreza. Neste momento, o Presidente Doutor Gomes teceu elogios ao Senhor Robério Braga, mencionou o legado cultural que ele deixou ao Estado do Amazonas, como também enalteceu o atual Secretário de Cultura do Amazonas e registrou a presença da cantora Celestina Maria em plenário. A seguir, o Senhor Miquéias William agradeceu indistintamente a todos aqueles que o ajudaram significativamente em sua caminhada artística e prometeu investir num outro encontro de tenores no próximo ano. Na continuidade, a Senhora Conceição Sampaio pontuou que a carteira de identidade de um país é a sua cultura e que o reconhecimento do trabalho de alguém era valioso, pois a história jamais se apaga em uma sociedade, bem como assinalou que o povo amazonense estava reposicionado na cultura brasileira devido ao brilhantismo do laureado. Com a palavra, o Senhor Luiz Fernando Malheiro discorreu sobre a sua trajetória desde a chegada a Manaus no ano de 1999, vindo de São Paulo, e frisou que o seu sonho se concretizou quando honrosamente tocou no Teatro Amazonas. Enfatizou que sente muito orgulho por ser reconhecido no mundo todo como o “Maestro do Amazonas” e assegurou que o “calor” dos amazonenses é um diferencial. Concluiu agradecendo ao Secretário Marco Apolo por tornar o Festival de Ópera grandioso e à Casa por lhe dar oficialmente a naturalidade amazonense. Da tribuna, o Senhor Marco Apolo salientou a importância do Maestro Malheiro para a cultura do Amazonas citando o Festival de Ópera que propiciou um intercâmbio significativo de artistas do Brasil, considerando o evento um legado do ex-Secretário Robério Braga. Finalizou elogiando o excelente trabalho realizado pelo homenageado que ampliou o emprego e renda na área de arte e cultura do Amazonas. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos, anunciou que, em apoio à cultura, propôs o Projeto de Lei n.º 363/2021, que se tornou a Lei Ordinária 5.705/2021, declarando o Encontro de Tenores no Brasil, realizado no Amazonas, Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, e aproveitou a oportunidade para divulgar um vídeo convidando a população a participar do 12º Encontro de Tenores no Brasil que realizarse-á no dia 25 de outubro no Teatro Amazonas e pediu o apoio total da Secretaria de Cultura. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas pelos músicos Marcelo de Jesus, Giovanni Conte e Elena Koynova Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 121ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃ DO AMAZONAS À SENHORA LUCIANA FELICORI. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 11 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: DEPUTADO ADJUTO AFONSO.

Às treze horas e dez minutos do dia onze de outubro do ano dois mil e vinte e três, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar ADJUTO AFONSO, com a presença da Deputada Débora Menezes e do Deputado Abdala Fraxe, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada para entrega do Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Luciana Felicori, Empresária, conforme Projeto de Lei n.º 411/2023, de autoria dos Deputados Roberto Cidade, Adjuto Afonso, Abdala Fraxe e da Deputada Débora Menezes, que se tornou a Lei Ordinária n.º 6.301, de 17 de julho de 2023. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Oswaldo Lopes Filho, Diretor-Presidente da TV e Rádio Encontro das Águas, representando o Governador Wilson Lima; Luciana Felicori, homenageada; Abdala Fraxe e Débora Menezes, Deputados autores da propositura; Maria de Fátima Loureiro, Defensora representando a Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Mauro Cleto, Pároco da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios; Silvana Maria Ferreira de Carvalho, Diretora Regional do Senac, representando a Fecomercio. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro, executado pela Banda da Polícia Militar do

Amazonas. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Abdala Fraxe enquanto o Deputado Adjuto Afonso usou a tribuna para justificar a sua iniciativa argumentando que a homenageada escolheu morar no Amazonas, vindo de Minas Gerais, e construir não só a família, mas um legado empresarial que gera emprego e renda ao Estado. Enalteceu os dotes culinários da empresária e a sua garra em manter o restaurante “Sabor a Mi” e o “Felicori” que são referências em sabor e qualidade. De volta à Presidência, o Deputado Adjuto Afonso justificou a ausência do Presidente Roberto Cidade e registrou a presença da Senhora Miriam Belmont, Presidente da Rede Mulheres Empreendedoras do Amazonas. Na sequência, o Jornalista Silva Santos procedeu à leitura do histórico da Comenda. Após, o Presidente Adjuto Afonso, o Deputado Abdala Fraxe e a Deputada Débora Menezes entregaram o Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Luciana Felicori. A seguir, o Deputado Abdala Fraxe discursou sobre a “Lu”, sua vizinha e amiga, que lhe proporcionou lembranças agradáveis e cheias de carinho. Salientou a boa convivência que teve com a laureada e ressaltou que a empresária é digna da mais alta honra do Estado por ser um exemplo de mãe, de amiga, de empresária e de ser humano que ilumina as pessoas ao seu redor. Com a palavra, a Deputada Débora Menezes assinalou que, quando ela estava nascendo, a Senhora Luciana já estava empreendendo e gerando renda para o Estado. Destacou os valores defendidos pela laureada que inspira as mulheres e consegue manter por tantos anos, no mesmo lugar, um empreendimento que é referência em comida de qualidade em Manaus. Como oradora seguinte, a Senhora Luciana Felicori afirmou que era um sonho poder viver este momento e agradeceu à Casa, em especial aos Deputados Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Roberto Cidade, Débora Menezes, pela Comenda. Discorreu acerca de sua trajetória pessoal e profissional desde a chegada a Manaus, em 1981, vinda de Minas Gerais, até os dias atuais e frisou que sua caminhada foi pautada na ética e na certeza de que o Amazonas era um lugar bom para viver e criar seus três filhos. Destacou que a gastronomia sempre permeou toda a sua vida e a construção do restaurante “Sabor a Mi”, em 1996, na modalidade “self-service”, inédita em Manaus, foi a realização de um sonho e a consagração de sua paixão pela comida. Fez referência ao seu marido, Senhor Rogério, que faleceu em 2008, e assegurou que a sua jornada de sucesso é resultado do amor de seus pais e de seus filhos e netos que a encorajam e a animam. Lembrou das dificuldades enfrentadas durante a pandemia quando manteve todos os funcionários mesmo com as portas fechadas e manifestou gratidão a todos que a apoiam e contribuem para o brilhantismo do “Sabor a Mi” que já foi premiado três vezes pela Revista Veja e foi inspiração para o Felicori, seu mais novo empreendimento. Concluiu expressando agradecimento ao povo do Amazonas por prestigiar a sua gastronomia, à amiga Baby Rizzato e citando a poesia de Clarice Lispector. Como orador seguinte, o Senhor Oswaldo Lopes Filho enfatizou que a agraciada escolheu o Amazonas para viver e possibilitar renda ao nosso Estado com restaurantes que significam muito. Repassou um abraço do Governador Wilson Lima e parabenizou os autores por reconhecerem o trabalho brilhante da empresária. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas executado pela Banda da Polícia Militar. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de terça-feira à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

CONSUMO CONSCIENTE

EVITE IMPRIMIR, UTILIZE O ALEAM DIGITAL PARA TRAMITAR DOCUMENTOS COMO OFÍCIOS E MEMORANDOS.



Solicite o seu cadastro



Acesse o sistema



Tramite os documentos

SUORTE AO USUÁRIO
[4340 ou 4341]



<http://aleam.ikhon.com.br/>

O consumo de papel pode representar até

60%

das despesas com material de expediente da Assembleia.

EVITE O DESPÉRDÍCIO



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO AMAZONAS

/ ASSEMBLEIAAM
WWW.ALE.AM.GOV.BR